

**RODRIGO AUGUSTO BORGES PEREIRA**

**PARA UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DO CONCEITO  
DE “LOCAL” A PARTIR DE MAURICE MERLEAU-  
PONTY**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
CAMPO GRANDE-MS**

**2019**

**RODRIGO AUGUSTO BORGES PEREIRA**

**PARA UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DO CONCEITO  
DE “LOCAL” A PARTIR DE MAURICE MERLEAU-  
PONTY**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação do Professor Dr. Josemar Campos Maciel e co-orientação da Professora Dra. Dolores Pereira Ribeiro Coutinho.

**CAMPO GRANDE-MS**

**2019**

P436p Pereira, Rodrigo Augusto Borges

Para uma análise da dinâmica do conceito de "local" a partir de Maurice Merleau-Ponty/ Rodrigo Augusto Borges Pereira, sob orientação do Prof. Dr. Josemar Campos Maciel. -- Campo Grande, MS : 2021.

102 p.:

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, Ano 2021

Inclui bibliografia

1. Fenomenologia - Desenvolvimento local. 2. Estudos I.Maciel, Josemar Campos. II. Título.

CDD: Ed. 21 -- 309.212

# FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título:** “Por uma análise da dinâmica do conceito de “Local” a partir de Maurice Merleau-Ponty”.


**Área de concentração:** Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

**Linha de Pesquisa:** Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

**Exame de Defesa aprovado em:** 27/02/2019

## BANCA EXAMINADORA




---

**Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel**  
Universidade Católica Dom Bosco




---

**Prof. Dr. Heitor Romero Marques**  
Universidade Católica Dom Bosco



---

**Prof. Dr. Márcio Luis Costa**  
Universidade Católica Dom Bosco



---

**Prof. Dr. Paulo Eduardo Benites de Moraes**  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de nossa herança, deixar de lado o mau e simplesmente considerá-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento. A corrente subterrânea da história ocidental veio à luz e usurpou a dignidade de nossa tradição. Essa é a realidade em que vivemos. E é por isso que todos os esforços de escapar do horror do presente, refugiando-se na nostalgia por um passado ainda eventualmente intacto ou no antecipado oblívio de um futuro melhor, são vãos.

Hannah Arendt, Prefácio da primeira edição. *A origem do Totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo.*

Verão de 1950

*Aos meus amigos e família...*

Leitores acolhedores das minhas sandices, atentas escutas deste empenho e apoiadores das minhas tragédias.

## AGRADECIMENTOS

Li pela primeira vez as cartas do jovem *Franz Kappos* à *Rainer Maria Rilke* um pouco depois de ter terminado a faculdade de psicologia, em meados de 2015. Se o tivesse feito antes, bem provavelmente teria tomado a coragem de dedicar-me a questões que, como sugere *Rilke: impele a escrever; e que se estende as raízes até o ponto mais profundo do coração, questões que precisava escrever.*

Mas se trago os conselhos de Rilke, não o faço sem motivo: foram eles que organizaram anseios e questionamentos que pairavam meio sem forma em muitas conversas que tive com orientadores, professores, amigos e família. Cada qual, ao seu jeito, já me havia despertado para um local comum a que venho dedicando meus trabalhos e, portanto eles/vocês atravessam este projeto de vida aparentemente pessoal, mas cujo resultado não conseguiria ver se não como resultado coletivo e tocado a muitas mãos.

Gostaria de nominar todos, mas se o fizesse este agradecimento não terminaria diferente um Saramago que lembro ter lido na infância, páginas e páginas cobertas de nomes próprios. Deixo, no entanto, marcado a presença da minha família: mãe, irmã e tia. Obrigado pelo apoio emocional, material e por suportarem-me nas minhas impaciências – que não foram poucas – e no silêncio diário. Sem os apoios de vocês, escrever seria muito mais trabalho penoso e terminar este processo impossível.

Sobretudo, obrigado por não desistirem de se importar comigo e com este trabalho. Das palavras que lhes deixo fica uma apropriação de parte de poema *manuelesco* e que me persegue desde o início da escrita deste documento: *se o meu quintal é maior que o mundo* é porque os seus mundos e gestos o compuseram e atualizaram em mim sensibilidades e horizontes.

É inesquecível também a presença de tantos orientadores/professores que dispuseram de seu tempo – bem precioso na academia – de suas ideias e exemplos, me possibilitando uma formação indissociável de seus nomes. Não é justo chamá-los de simples orientadores, vocês foram e são sim meus pedagogos, meus pais intelectuais e amigos. Alguns cuja presença desde os primeiros anos de graduação marcaram profundamente meu mundo – minha forma de pensar e de me posicionar – agradeço, sobretudo por que foram vocês que me proporcionaram exemplos fortes de acadêmicos competentes.

Lembro aqui da Professora Dolores Pereira Ribeiro Coutinho, minha primeira orientadora neste mestrado e atual co-orientadora. Obrigado por acreditar que eu poderia fazer a diferença. Seus conselhos e carinho ficam na memória seja pela forma e confiança que

me entregou aulas e projetos pessoais. Seja pela forma com que sempre esteve disposta a uma palavra amiga e ação solidária.

Agradeço também a presença suave e sempre carinhosa do Professor Josemar Campos Maciel, orientador e primeiro crítico competente deste trabalho. Obrigado, principalmente por se importar e por não desistir mesmo quando eu já havia desistido. Foi um guia de um escritor vezes perdido e vezes confiante. Em suma agradeço por ser hospitaleiro ao meu desenvolvimento, mostrando que o imperativo da hospitalidade em desenvolvimento local começa em uma banalidade cotidiana e atenta as relações e a vida.

Obrigado ao Professor Marcio Luis Costa, membro da banca de avaliadores deste trabalho, mas especialmente um dos meus maiores e mais importantes amigos nesta trajetória profissional e pessoal. Nos nossos dez anos trabalhando juntos, não faltaram exemplos de sua determinada forma de educar simultaneamente sagaz e sensível. Será sempre um prazer trabalhar contigo. Será para, além disso, sempre um Outro quem diálogo durante meus textos e para quem vezes ou outra tenho de responder.

Agradeço ainda ao Professor Dr. Heitor Romero Marques, membros da banca de avaliação, a quem poderia replicar palavra por palavra dedicada até agora. Mas a quem fica sempre a lembrança das histórias de vida me abriram para a necessidade do cuidado e da responsabilidade com as pessoas a quem as minhas teorias ou pensamentos implicam.

Agradeço ao Professor Dr. Paulo Eduardo Benites de Moraes, que em pouco tempo de contato fez uma diferença poética na qualificação e no meu pensamento. Obrigado pela pronta resposta ao convite de compor a avaliação desta dissertação. Abriste a possibilidade voltar a poesia de Manuel quem sabe lá o veja também.

A todos vocês obrigado por terem emprestando ideias e suas importantes e sensíveis leituras do texto para versão final. Sobretudo por se dedicarem a análise do conteúdo sem dissociá-lo de minha trajetória de vida e pesquisa.

E por fim agradeço aos meus amigos *Atenienses* meus primeiros leitores e com quem muitas das minhas ideias foram postas a prova, com quem não teria vergonha de ser franco sobre a fragilidade do futuro ou do presente. A Rodrigo Coin Curvo, Leonardo Lopes Coelho – agradeço pelo exemplo de honestidade intelectual e hombridade.

A Gabriel Kaus, Pedro Ian Brambilla, Paulo Benites Oteiro, Luiza Rosa, Nathalia Santos e Lidia Maria Gonçalves. Pela fraterna companhia que fazemos em nossos dias. São nove dividimos projetos, idéias, mesas e cafés – não nessa ordem necessariamente. Há anos preciso agradecer-lhes por serem minhas referências e coletivo sempre dispostos a criticar e ajudar quando e quanto fosse necessário.



Por fim meus bons companheiros de jornada, corredores e de trabalho: amigos como Gabriela Palieraqui, João Alberto M. da Silva e sempre alegre Tatiane Machado – seus conselhos e incentivo serão lembrados sempre.

Yan Chaparro obrigado pelo exemplo de vida e dedicação – já te disse que esta dissertação nasceu de um incomodo com pontos da sua tese.

E por fim, obrigado ainda a ti, meu leitor. Um texto sem leitores não teria significado algum. E mesmo que anonimamente, tu contribuis e vivifica este texto desta dissertação, promovendo criticas e (re)novando seus limites.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO GERAL</b>	Página 11
<b>INTRODUÇÃO</b>	Pág. 13
<b>PROÊMIO METODOLÓGICO: ALGUMAS ESCOLHAS</b>	Pág. 23
<b>CAPÍTULO 1 - O LOCAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS À FENOMENOLOGIA</b>	Pág. 38
<b>CAPÍTULO 2 - MERLEAU-PONTY. A PELE E O DESENVOLVIMENTO</b>	Pág. 62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UM MUNDO COMUM</b>	Pág. 86
<b>POSFÁCIO DO ORIENTADOR</b>	Pág. 100

PEREIRA, R.A.B. **Por uma análise da dinâmica do conceito de “Local” a partir de Maurice Merleau-Ponty.** Dissertação de Mestrado – Campo Grande (MS): Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local, 2019.

## RESUMO GERAL

A presente dissertação tem o propósito de analisar a dinâmica do conceito de local junto à teoria do campo do desenvolvimento e a luz da aproximação com elementos da filosofia fenomenológica de Maurice Merleau-Ponty. Insere-se, por um lado, dentro dos *Estudos Críticos do Desenvolvimento* cuja principal preocupação é o de evidenciar sistematicamente pressupostos teóricos e implicações de teorias de base e outras camadas de intercâmbio intelectual nas iniciativas práticas que dão corpo a campos como do desenvolvimento e da sustentabilidade. E, por outro, no *campo do Desenvolvimento Local* que ocupar-se das iniciativas, dinâmicas, conflitos e possibilidades das diversas formas de experiência do acontecer local do desenvolvimento. Os **Objetivos** desta pesquisa são tanto o de compreender como o conceito de local aparece na teoria do campo do desenvolvimento, quanto por meio da aproximação deste campo com a filosofia fenomenológica de Maurice Merleau-Ponty pensar pontos que podem enriquecer e orientar a pesquisa em desenvolvimento local. **Metodologicamente** trata-se uma pesquisa temática, eminentemente teórica e orientada por um autor. Desenvolvida na aproximação do campo com área da filosofia e amparada por recurso da revisão bibliográfica permite a análise de categorias fundantes desse campo e dessa área do saber a partir da dinâmica própria de suas compreensões. **O principal resultado** é um incremento de clareza conceitual nas discussões do campo do desenvolvimento local, um que arroga a necessidade de que todo pesquisar seja mediado por uma sensibilidade e cuidado cujo objetivo é permitir a construção de narrativas que possam ser hospitaleiras à diversidade da vida e de suas manifestações. Mantendo-se atenta as questões fundamentalmente humanas da experiência do mundo presentes seja na pesquisa propriamente dita ou na realidade pela qual ela se questiona.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos Críticos do Desenvolvimento. Fenomenologia. Local. Merleau-Ponty

## **ABSTRACT**

The purpose of this dissertation is to analyze the dynamics of the concept of locality along with the theory of the field of development and the light of the approximation with elements of the phenomenological philosophy of Maurice Merleau-Ponty. It is part of the Critical Studies of Development, whose main concern is to systematically evidence theoretical assumptions and implications of basic theories and other layers of intellectual exchange in the practical initiatives that give shape to fields such as development and sustainability . And, on the other hand, in the field of Local Development we must deal with the initiatives, dynamics, conflicts and possibilities of the various forms of experience of local development events. The objectives of this research are as much to understand how the concept of place appears in the theory of the field of development, as well as the approximation of this field with the phenomenological philosophy of Maurice Merleau-Ponty to think points that can enrich and guide the research in local development. Methodologically it is a thematic research, eminently theoretical and guided by an author. Developed in the approach of the field with area of the philosophy and supported by the resource of the bibliographical revision allows the analysis of founding categories of this field and of that area of the knowledge from the own dynamics of its understandings. The main result is an increase in conceptual clarity in the discussions of the field of local development, one that argues the need for all research to be mediated by a sensitivity and care whose objective is to allow the construction of narratives that can be hospitable to the diversity of life and of its manifestations. By keeping in mind the fundamentally human questions of the experience of the present world whether in research itself or in the reality by which it is questioned.

**KEY WORDS:** Critical Development Studies. Phenomenology. Locality. Merleau-Ponty



## INTRODUÇÃO

*Se podes olhar, Vê. Se podes Ver, Repara*  
José Saramago em A História do Cerco a Lisboa

### **PARA ESCRITA, DESTE RELATO DE PESQUISA: ATRAVESSAMENTOS EPISTEMICO-METODOLÓGICOS**

Um amigo a quem também devo tantas e quantas conversas no curso do amadurecimento das ideias que se seguirão nesta dissertação escreveu introdutoriamente em seu texto, algo como: toda boa introdução conduz a uma primeira experiência com o texto que segue e que não deixe cair no esquecimento aquilo que a atravessa e lhe é condição inicial, constante e final (CASTRO, 2016). Apreciamos esta afirmação fazendo desta *introdução* momento oportuno para nos debruçar sobre o que entendemos como os elementos estruturais que deram condição para a pesquisa agora relatada nesta dissertação, a saber: *sua pergunta/questão de pesquisa, justificativa, objetivo, método e correlatas afiliações epistemológicas*.

Talvez assuste ao leitor o meu tom às vezes bastante pessoal. Isso se deve em parte a um esforço de escrita que é atravessado por uma forma de pensar o texto inspirado por algumas obras de Maurice Merleau-Ponty e pelas pessoas que “inventaram” a chamada Geografia human(ist)a, dedicadas a fazer da escrita uma exposição de suas experiências. Como para Louis-Sébastien Mercier [1740-1814]<sup>1</sup> no seu *Tableau de Paris* (1781), a escrita é o meio que nos leva pela cidade. Ela conduz a um perambular, marcados pelas escolhas do seu autor ao narrar o virar da esquina da padaria e do café; é um texto das relações com pessoas e coisas, fazendo do texto um caminho para o reconhecimento de um local vivido em primeira pessoa. O leitor visita a uma Paris: uma possível somente para os leitores de Mercier.

Esperamos que, neste afã de sermos humanos e orgulhosos do dom da linguagem como capacidade de negociação, não comprometamos o rigor dos conceitos. E, sobretudo, esperamos poder fazer com que cada um dos conceitos possam soar mais próximos das necessidades dos nossos leitores na construção de suas pesquisas, cuja importância está para além do cumprimento burocrático dos ritos acadêmicos, pois faz ver e falar os locais que compartilhamos ao transitarmos. Para mim a escrita desta dissertação (re)nomeada: *Para uma*

---

<sup>1</sup> Optei por incluir após a primeira menção de autores clássicos entre colchetes as datas de nascimento e morte. Reservo os parênteses para as devidas citações de obras relacionadas nas referências deste texto.

*análise do conceito de local: uma leitura a partir da fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty*, também é um modo de caminhar. Por ela quebra-se o silêncio sobre de uma experiência que já soava na intimidade deste pesquisador. Ela disponibiliza-a para ti, leitor.

Do lado de quem a escreve, este relato é um exercício que, como na psicanálise, exige a adoção de um imperativo sempre reiterado: *fale/escreva: é necessário (re)começar*. Um imperativo por pôr em marcha um relato, neste caso, o relato escrito da construção de conhecimento em ciências humanas. Há que se dizer que, como refere Aristóteles [350 a.C.] em sua *Ética a Nicômaco* (1988), este é um tipo de conhecimento que consegue, quando muito, dizer de seus resultados de forma tosca e esquemática. Eis que a minha pretensão ao escrever este relato de pesquisa ao vincular-se a esta modalidade de conhecimento não pode ser diferente, mesmo que frente à tentativa de compreender a uma inquietação produzida por uma pergunta aparentemente simples e que durou no processo de formação, a saber: *o que é o local do Desenvolvimento Local?*.

Doutro lado, para quem lê, este relato é percebido como terminado e objetivado. Parece que o conhecimento aqui apresentado sempre esteve organizado desta forma. Mas é justamente o contrário. Escrita e leitura, indica Maurice Merleau-Ponty [1908-1961], são exercícios que se fazem fazendo. Daí que escrevo na medida em que conduzo meus pensamentos no e com o texto. Compreendendo o caminho da pesquisa que estou desenvolvendo ainda agora. Ela não se encerrou quando fechei o texto ou saí do local para o qual meu interesse se orientava. É também no texto e somente agora quando as palavras precisam ser escritas, que a experiência feita na intimidade nos dois anos de formação recebe forma e pode ser posta em modo comum a nós, disponibiliza a ser lida.

Ao escrever escolho as palavras e o modo com que elas são dispostas. Estou habituado a estas palavras e a alguns de seus sentidos, as uso habitualmente de certa maneira e as escrevo. Não necessariamente me pergunto se serão compreendidas com os sentidos que me são habituais, escrevo-as e julgo assim permitir que meu caminho de pensamento esteja relatado no texto. Leio-o e nada nele me é completamente estranho, como quando ando; não necessito pensar sobre a ordem dos movimentos executados pelo meu corpo, cada músculo atua sem que me dê conta de sua ativação. Palavras escritas e a caminhada, eu as pré-compreendo e elas me são familiares.

Ao ler, dirá Merleau-Ponty (2002), o leitor encontra no texto o quê também lhe era conhecido. Reencontra nele um caminho de pensamento que lhe é habitual e em palavras que só podem inicialmente serem compreendidas a partir de um sentido já lhe é familiar. O leitor, então, trás para o texto seu conhecimento da língua, os seus sentido para as palavras, as

formas e a sintaxe. Leitor e escritor da leitura partilham condições, demandam-nas para compreenderem-se: senso-perceptivas, conteúdo casual-teleológico e uma gramática comum. De tal forma que o texto é ambigualmente comum e outro para o leitor, em outras palavras: é-lhe próprio e diferente.

Quando há entrega à leitura, o texto desaparece e o leitor é capaz esquecer-se das palavras que lê, de forma que ao se deixar de ser conduzido pelo escrito, ele emposta o lido com sua voz, fala pelo texto. Esta é uma das virtudes da linguagem, escreverá Merleau-Ponty em a *Prosa do Mundo* (2002): ela nos lança: “[...] ao que ela significa; ela se dissimula a nossos olhos por sua operação mesma; seu triunfo é apagar-se e dar-nos acesso, para além das palavras, ao próprio pensamento do autor, de tal modo que retrospectivamente acreditamos ter conversado com ele sem termos dito palavra alguma, de espírito a espírito.” (MERLEAU-PONTY, 2002, p. 32).

E, no entanto, eram as palavras do texto, escolhidas e articuladas pelo autor que nos conduziam pela leitura. Sustentados pelo movimento de nossos olhos e de nosso desejo, mas também o sustentando. E mesmo assim o texto trás algo de novo, as palavras só a primeira vista podem sustentar o mesmo sentido para leitor e escritor. E acontecem por meio das palavras, disposições, articulações e sentidos conhecidos em modos de aparecimento a apresentação de outros modos de condução do pensamento. O texto diz, pelo habitual, diferente. Conduz o que julgávamos compreender pelo sutil dissenso. De tal forma que, na leitura o texto passa ser empostado e apropriado como se cada palavra e ideia exposta fosse palavra e ideia do leitor.

Sem dar-se conta, o que ao leitor é próprio é revisitado recolocado no texto e presentificado; torna(-se) atual, atualiza(-se) o conhecido junto a experiência (da leitura) (MERLEAU-PONTY, 2009). Para usar as categorias de Merleau-Ponty, o *habitual* permite a leitura; o conhecido anteriormente é condição para a experiência *atual*. Por outro lado, a experiência *atual* é deixando de ser e convertendo-se em *habitual*. Um duplo movimento de correlações em que o presente é se convertendo em passado por meio da atualização das e pelas condições habituais. Em outras palavras, atividade de ler – o lendo – dá-se por meio de movimento de idas (presente-passado) e vindas (passado-presente) co-constitutiva e simultâneas no texto das compreensões (MERLEAU-PONTY, 2002, 2009).

E pensando a partir do que escreve Martin Heidegger (1889-1976) em seminário intitulado *Tempo e ser* (2009) em que desenvolve a compreensão do problema da pergunta pelo ser como um *dá-Se tempo* e *dá-Se ser*, penso que o texto, como as coisas que são, é temporal, ou seja, *ele é* e é determinado por um tempo. Ele esta marcado por esta



transitoriedade e passa com o tempo e existe em fluxo de tempo. A leitura, no entanto, presentifica-o, recolocando-o e abrindo-o por meio da ação de outra existência a tempo que lhe é tributário e estranho. Aquilo mesmo que trazia o texto, seu caminho de pensamento se mostra pela leitura num ritmo, em uma cadência que não do texto, mas aparece pela escrita e leitura. Isto posto, dizemos escrever e ler são modos de condução, que

cadência. Escrever e ler no e pelo texto, tendo ele mesmo suas condições de existência, desenvolve-se – des-vela-se –presentifica o que estava temporalmente determinado.

Bem, ao ler o que escrevi há tempos, você alarga co-constitutivamente os elementos fundamentais que já estavam presentes neste texto, o quê quer dizer que não haverá uma escrita que independa da leitura do leitor e do que se pretende dizer. Mas e também que mesmo estes elementos são correlatos e correlativos de suas condições, o que implica na necessidade de pensarmos como estes elementos contribuem para este relato de pesquisa e da decorrentemente análise sobre o local do desenvolvimento local.

Isto tanto no sentido em que comumente utilizamos a palavra objetivo, quanto aquele sentido que lhe é atribuído na ciência moderna. A saber, ser objetivo é ater-se a algo sem que com isto tragamos personalidades à análise. É importante dizer que é possível dizer de forma Objetivar ao texto com um relato impessoal, pois seria interromper e retirar dele o que lhe é constituinte, o escritor estar-lhe-ia supostamente ausente e a leitura seria aquela que a tudo compreende tal como o texto explicita.

Como poderia existir texto assim? Não irei responder esta pergunta.

O que sim responderei é que não pretendo tentar este tipo de escrita. Ademais não foi esta leitura que empreendi para compreender o local do desenvolvimento local durante estes anos de mestrado. Como escrevi antes este texto é um relato de meu caminho de pensamento. E de fato falar deste caminho é retomar a pergunta desta pesquisa aquela que indiquei e que interrogava pelo o que *é o local do Desenvolvimento Local* ela precisa ser pensada agora como o modo com que escrevo e leio o local.

Mas bem, como a escrita e a leitura, fenômenos que decidimos dedicar à escrita até agora, o local é também um local correlato e correlativo de quem o pretende pensar. No caso eu e se chega até aqui imagino que você também o queira, nós o elegemos como local, enquanto vivíamos e fazíamos sua experiência ele não era nomeado como local. O local é um problema de nossa pesquisa e caminho de pensamento. A escolha por pergunta pelo o que é o local do desenvolvimento local também é uma escolha e que implica em um local resultante de perguntas diferentes.

Ao perguntar pelo *o que é* esta pesquisa, arrogaria ser capaz de interromper as contínuas habituações-atualizações da compreensão do local, interromper as muitas e diversas leituras e escritas do campo em prol de um conjunto de afirmações sobre o local. Faria isto para tentar dizer o que é o local

E se lograsse responder a esta pergunta, este local seria universal e inespecífico. Valeira uma pergunta que não pretendo responder, deslocada – mais uma vez – de uma conversa com amigos, a saber: Quem viveria o local universal e inespecífico proposto por este tipo de resposta a pergunta pelo local?

Ademais

O *o que é* da pergunta pelo ser local sugere que eu possa construir uma resposta a pergunta, quando no máximo posso oferecer-lhes um caminho compreensivo para a pergunta/questão que hei de propor integralmente ainda nesta introdução. Ademais a resposta é o epitáfio e o silenciamento da pergunta e não sua compreensão e manutenção (COSTA; MAIA LIMA; PEREIRA, 2016). Sobretudo, as perguntas caem no esquecimento à medida que as respostas comunicam mais certezas a respeito das coisas do mundo, do que expõe a fragilidade dos próprios enunciados em dar conta do problema que é (HEIDEGGER, 2012). E neste sentido, os enunciados se furtam à necessidade de discutir aquilo que de fundo se mantém aberto e inconcluso.

Não, não comungo das escolhas epistemológicas necessárias para desenvolvimento deste tipo de pesquisa, bem como, tais escolhas negam o caminho que tomamos até aqui na condução do problema da escrita e leitura.

Como escrevi, estamos no centro de um embate político-epistemológico entre as compreensões de conhecimento que insistem em afirmar, das ciências modernas, e reconstruir pelo exercício da razão o que as coisas são (epistemologias modernas) e as narrativas que acenam para a perspicácia de continuar se perguntando sobre a nossa percepção da coisa numa dinâmica ambigualmente tateante e criteriosa.

Duas questões fundamentais aparecem no fundo do embate anteriormente descrito: a primeira, que interroga pelo que é o real e como ele se manifesta. A segunda, que pergunta pelas estruturas que nos permitem conhecer o real. Frente a estas perguntas Edmund Husserl (1859-1938) lê na *Psicologia Descritiva (Psicologia do Ato)* de Franz Brentano (1838-1917) o recurso lógico da correlação (princípio da correlação). Por esta leitura o acesso ao real é possível por um desvio indireto *cogito* (dirá Merleau-Ponty pela percepção, e no final de sua vida, pela linguagem), ao passo que, ao sujeito, só é permitida uma compreensão da manifestação do real como percebido, mundo.

O *princípio da correlação* liga institutiva e constitutivamente sujeito e mundo, confrontando aquilo que a *teoria do conhecimento* até então denominara como *estrutura do conhecimento*, constituída pelo sujeito, objeto e relação de conhecimento, todos igualmente em-si. Com a correlação, a fenomenologia co-implica sujeito e mundo numa relação que receberá o tratamento de *intencionalidade*, uma necessária co-presença desde as próprias condições de interação entre sujeito condicionado, interessado em conhecer, por um lado, e mundo condicionado desde suas próprias estruturas, por outro.

Nesta maneira de operar os elementos constitutivos do conhecimento, não seria pensável nem um sujeito nem um objeto em-si, sendo que a própria noção de objeto das epistemologias modernas (um ente passivo de escrutínio e independente) não opera dentro da lógica da fenomenologia. Em seu lugar, temos a compreensão fenomenológica do fenômeno, ou seja, aquilo que somos capazes de perceber desde nossas condições corpo perceptivas como outro no mundo em tempo-espaço determinados e por meio do modo de ser da *co-presença* (Estar aí com)<sup>2</sup>, que mantém a dinâmica de correlações (HUSSERL, 2006, 2013).

Estes elementos fundamentais da fenomenologia implicam, dentre outras coisas, que o conhecimento jamais será isento da parcialidade que compreende as condições de sua construção; dito de outra forma, não há enunciado que pretenda dizer exclusivamente da realidade que não carregue consigo os limites compreensivos de seu(s) autor(es), ou ainda, não há *teoria de tudo* sem o claro limite do possível pela percepção, o que não elimina os ganhos obtidos com os empenhos modernos para tentar elaborar respostas, mas sim desbanca a titulação ufanista de *universalidade, imparcialidade e replicabilidade* das ciências modernas e Ocidentais (HUSSERL, 2012).

É importante assinalar que o contexto específico dos questionamentos de Edmund Husserl, a lógica e as estruturas formais do pensamento, possibilitaram-no, na metade final de sua obra, construir críticas importantes e pioneiras às ciências modernas e ditas Ocidentais - considerava-as visão de mundo e projeto de ação fundamentalmente matematizadas e comprometidas quase exclusivamente com o progresso técnico. Compromisso que segundo autor fazia com que este modo de ciência responsável pelo abandono sucessivo de questões decisivas para uma *humanidade genuína* e abandonando o homem a própria sorte ao passo que prosperavam na construção de modelos técnico-explicativos.

A retomada do que Husserl compreende como eminentemente humano, as inquietações que perguntam pelos sentidos e significados, exigiria uma alternativa

---

<sup>2</sup> Cf.: Original: *mitgegenwärtigen*

epistemológica. A fenomenologia é a alternativa husserliana que, como afirmamos, preocupar-se-ia em refazer a conexão entre sujeito e mundo para a construção do conhecimento e na história do pensamento Ocidental. A fenomenologia husserliana dedica, para tanto, seus esforços na consideração das condições de possibilidade do e para a compreensão do fenômeno (sua fenomenalidade) e, cada vez e em cada caso, evidenciar aquilo que subjaz pelo e no fenômeno na construção do próprio conhecimento.

No momento em que nós nos dedicamos ao problema da escrita estes elementos já estavam assinalados de algum modo. Primeiro como escrevia anteriormente esta pesquisa que tendemos a pensar como uma construção que chega a escrita de um relato de pesquisa como acabado é na verdade uma forma de conhecimento que não parece estar alinhado a aquilo que compreendo como pesquisa em fenomenologia.

1º a construção do conhecimento é tal que ele não se encerra ao sair “campo” pelo contrário, na medida em que escrevo alguns dos problemas que havia pensado passam a ser conduzidos de forma que eles se desenrolam no pensamento escrito.

Dito isto, nós nos permitimos avançar um pouco mais na direção do que pretendemos com esta pesquisa. Para começar é preciso apontar que como se trata de uma dissertação vinculada ao *Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local*, é imperativo que nos debruçemos em apresentar ao campo a nossa leitura da filosofia fenomenológica, disponibilizando a caixa de ferramentas da filosofia às pesquisas vindouras no campo. Neste ponto, será importante que localizemos a gramática específica e especializada da filosofia fenomenológica para nossos pares/leitores do desenvolvimento. Ademais, as contribuições da fenomenologia a esta pesquisa, considerando seus fundamentos epistemológicos, e associando-os ao campo do *desenvolvimento local* (DL) devem apontar a um caminho para pensar as iniciativas, dinâmicas, conflitos e possibilidades das diversas formas de experiência do acontecer do desenvolvimento, doravante nesta pesquisa denominada como *experiencia local do desenvolvimento*.

Em nosso caso este caminho nos levou a entender local, não só como parte do globo (como frequentemente é encontrado nas publicações do campo), mas também *como acontecência da vida em suas mais diversas formas*. Esta compreensão ampara-se em duas suposições, a saber: de que local refere ambigualmente a superfície terrestre e do corpo<sup>3</sup>. Esta primeira suposição é encontrada no próprio campo do desenvolvimento local, ora pensada

---

<sup>3</sup> Temos aqui que pontuar que o corpo a que nos referimos neste momento já é um corpo situado a partir da compreensão merleau-pontyana. Especificamente, consideramos absurdo separar sentimento da materialidade e carnalidade corporal.

nos correlatos território/territorialidade (COUTINHO; DE CAMPOS MACIEL; BORGES, 2015; LE BOURLEGAT, 2008), lugar/pertencimento (TUAN, 2015) e ainda na rugosidade, teorizada por Milton Santos (2002, 2007, 2012).

A segunda suposição consiste que local (sobretudo quando o consideramos desde a primeira suposição) operaria no desenvolvimento como uma categoria que aponta para uma preocupação epistemológica e portanto opera no campo como dêitica tal qual a categoria ética *Outro*, resumidamente: como aquilo que resiste ao empenho de objetificação e de controle exigindo que o desenvolvimento se disponha a outra modalidade de relação para fazê-lo presente nas pesquisas do campo, em seus modelos político-econômicos, em suas agendas administrativas e epistemológicas.

Mais especificamente, esta segunda suposição encontra-se ancorada no projeto de participar de *Estudos Críticos do Desenvolvimento*, que apontam para a necessidade de evidenciar sistematicamente pressupostos teóricos e implicações de teorias de base e outras camadas de intercâmbio intelectual nas iniciativas práticas que caracterizam ao campo (necessidade esta que serve como porta de entrada para a fenomenologia como perspectiva epistemológica crítica preocupada com os fundamentos do conhecimento). E, que, todavia pensam o desenvolvimento desde um horizonte da vida, diverso e plural, não sendo possível isentar quem o pense de considerar que o que chamam de problemas não são, nas palavras irretocáveis de Dussel (1998, p. 11, nossa tradução) “[...] um conceito, uma ideia, nem um horizonte abstrato, se não que é o modo de realidade de cada ser humano concreto”<sup>4</sup>. Esta preocupação ética encontra eco no campo do desenvolvimento e nos aproxima (guardadas as devidas diferenças epistemológicas) de Amartya Sen (2010) e Martha Nussbaum (2015). Para eles, desenvolvimento não se reduz a indicadores econômicos, de crescimento industrial e avanço tecnológico. Mais que isso e aquém, é o fortalecimento das capacidades subjetivas e coletivas, para lidar com demandas da existência para construir uma vida com sentido.

Resumindo, talvez, grosseiramente, perseguimos por um lado, a Filosofia Fenomenológica como epistemologia capaz de lançar luz sobre problemas humanos e sobre a problemática do humano como desvelamento da crise da aplicação da ciência a projetos de crescimento e de manipulação de condições de vida. Por outro, buscamos o Desenvolvimento Local (DL) como campo político-epistemológico de encontro com o diverso, o caipira, e o tradicional. Orientados e articulados pelos Estudos Críticos do Desenvolvimento, acorremos

---

<sup>4</sup> Cf. Original: Dussel (1998, p.11): “Vida humana que no es un concepto, una idea, ni un horizonte abstracto, sino el *modo de realidad* de cada ser humano en concreto, condicion absoluta de la etica y exigencia de toda liberacion.”

ao alerta para construir as condições de uma escuta sensível e hospitaleira para o Outro, gerando reflexões que convergem nesta pesquisa, configurando uma região de interesse. Comunicamo-la antecipadamente em nossas suposições, ao batizá-la de *experiencia local do desenvolvimento*. Daí partimos para pensar a pergunta pelo conceito de local.



## PROÊMIO METODOLÓGICO - ALGUMAS ESCOLHAS

O caminho de pensamento exposto até aqui nos abre o campo para elucidar brevemente algumas de nossas escolhas teóricas. Heidegger (2007) diz que todo questionar constrói num caminho de pensamento (uma marcha, um ritmo). E, todo o pensamento, que se queira apresentar, fazer ver, passará de algum modo pela linguagem. E é justamente nela que o nosso questionamento toma forma. É fato que o local, esta referência na linguagem, existe como correlato a uma experiência na realidade. O que não significa que ele exista como local na realidade. Este arranjo discriminativo é importante, sobretudo por que, o que torna os enunciados da ciência moderna, particularmente problemáticos para uma perspectiva fenomenológica de matiz merleau-pontyana, não é tanto o conteúdo, mas a pressuposição de que a realidade opere e exista tal como os seus enunciados estabelecem. Esta suposição de que a ciência seja capaz de reconstruir o caminho até a realidade, Merleau-Ponty chamará de *Tese da Reconstituição*.

Esta discussão cumpre com a função de alertar para o foco de uma ciência do desenvolvimento. Se ela se entende como dotada de (auto)crítica, não pode assumir seus enunciados como dados em-si (como se o local não fosse problematizável e se revelasse automaticamente como território/territorialidade). Conquanto o campo possua o interesse de reconstruir a realidade num enunciado, ele continua se assentando em arranjos de linguagem que são também intencionais, construção/construto do real percebido.

### 1.1. FAZER VER

Disso decorre que pretendemos com a teoria entender estes enunciados como correlatos na linguagem de uma experiência possível de local. Merleau-Ponty ainda afirma a este respeito que, demovida de seu lugar habitual, a teoria de uma ciência aparece como linguagem e como via de acesso, quiçá única, para análise da percepção e de suas condições de construção. Ela *faz ver* e *faz falar* o percebido como uma descrição possível da relação dinâmica de quem percebe, e dos seres da natureza, da ciência, da vida privada e pública (MERLEAU-PONTY, 1973a).

Até agora tratávamos de um enunciado desde seu momento deítico (ou seja, que faz ver – que mostra). E aqui há uma diferença fundamental entre a descrição fenomenológica merleau-pontyana daquela proposta por Heidegger. Para este a linguagem *faz ver o ser*, enquanto que para aquele, o ser que fala em nós, não possui expressão direta. Explico, Merleau-Ponty recusará qualquer *via direta ao ser*, seja ela pelo conhecimento ou



pela suposição de uma linguagem pura. Existe, no entanto, uma ambiguidade fundamental na descrição, que por um lado, *faz ver* uma experiência perceptiva do mundo, por outro, ela *fala* a nós o percebido. Haverá sempre atividade/passiva e uma passividade/ativa na percepção e na descrição do mundo. As coisas que existem nele estão *prenhes de sentido* assim como o corpo *nunca é jamais indiferente a ele*. *Fazer ver e fazer falar* na descrição, em poucas linhas, é um recurso metodológico que nos alerta que na análise da teoria encontramos um conhecimento como construção/construto do real percebido e atualizamos em nós o conhecimento habitual que já soava silenciosamente na forma como sentíamos a experiência (MERLEAU-PONTY, 1973a, 2002, 2009).

Nossa escolha epistemológica implica num modo de debruçar-se sobre a teoria do campo, *um método analítico que faz ver e faz falar (descritivo)* aquilo é percebido desde uma orientação fundamentalmente cética. Esta visada abre-nos a teoria do campo do desenvolvimento, seus relatos documentais de pesquisa como o *nosso local de pesquisa*. Sobretudo, pensar a teoria do campo do desenvolvimento em busca do conceito de local e como ele aparece é trabalho que corresponderá ao objetivo do segundo artigo desta dissertação. E não obstante, voltar-se para a análise teórica de documentos de campo científico perguntando-se por seus fundamentos, como aponta Moraes (2001), Devechi e Trevisan (2010), Ronald Arendt (2014), Nussbaum (2015) e Costa, Maia Lima e Pereira (2016) e é uma escolha metodológica que vem recuando nas ciências humanas e sociais. Um recuo que parece também ser observado no campo do desenvolvimento local<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Das 42 dissertações do Programa em Desenvolvimento Local disponíveis no acervo digital e defendidas no período de 2015 a junho de 2018 nenhuma confessava diretamente em: resumo, título, introdução, objetivos e metodologia comprometer-se fundamentalmente com a análise e revisão teórica de e pressupostos. Esta afirmação não é suficiente para sustentar que não há uma boa discussão teórica no campo e mais especificamente no Programa. No entanto, aponta para a necessidade de consolidar internamente a prática de pesquisas eminentemente teóricas como condição necessária para o desenvolvimento de uma teoria de base e de articulação teórica que oriente e mobilize as pesquisas “tipo intervenção” e “pesquisa-ação” no campo. No final das contas, esse é um dos motivos pelos quais o grupo de pesquisa “Estudos Críticos do Desenvolvimento” ganhou ultimamente esse nome. É inclusive interessante apontar que em alguns casos, percebe-se o esforço pela revisão teórica frente a análise de situações e experiências concretas de desenvolvimento (pesquisa de tipo intervenção, pesquisa-ação) - o que, segundo Flick e colegas (2007) e, ainda, segundo Chizzotti (2010) é uma estratégia importante de construção de recursos de articulação prática-teórica do campo. Um ponto que também é digno de nota é o crescimento do volume de produção dissertativa vinculada a epistemologias quantitativas, computacionais, preditivas e explicativas. A afirmação anterior não se baseia nas dissertações disponíveis online no sistema do programa. Na verdade, a maioria não está disponível (o que por si é problemático), mas sabemos delas ao observar os currículos *Lattes* (de acesso público e irrestrito) de pesquisadores associados ao programa. Nas 16 dissertações deste tipo disponíveis, verificou-se que muito embora elas tragam considerações importantes para a discussão do DL é necessário estar atento quanto à vinculação ao campo. Algumas delas (2) não chegam a conceituar o que entendem por Desenvolvimento Local: a busca pela expressão *Desenvolvimento Local\** constatou que ela só é citada nos elementos pré-textuais do documento, o que ocorre em 2017 e volta a acontecer em 2018. A busca contextual pelo termo *Desenvolvimento\** no corpo dos arquivos encontrou-a associada a um léxico próprio da compreensão do desenvolvimento das políticas desenvolvimentistas dos anos 1960 como: crescimento, econômico (adjetivo), econômico-sustentável, economia social, inovação, industrial, tecnológico, progresso, progresso humano, progresso social, entre outras. Ambas as ponderações quando

Uma das formas de pensar<sup>6</sup> este recuo aponta para o crescimento de uma agenda de investimentos, norteadas pela busca do acúmulo de bens, que incidem nas agências de fomento a pesquisa e a educação, sob uma forma de produtivismo (*romântico* como adjetiva Arendt em 2014) e que aceleram forçosamente os resultados de pesquisas, baixo ideal hegeliano de progresso. Assim, tais agendas de investimentos vêm movidas, por vezes diretamente, por predileções pessoais, coletivas e institucionais por estratégias que encurtem o caminho até o resultado. Dentre estas estratégias encontra-se a eufemização da necessidade e da discussão teórica (*Recuo da Teoria*) e a adoção de epistemologias de cortes transversais e matematizados, computacionais, preditivos e explicativos que julgam estar isentos da necessidade de articulação teórica de base (MORAES, 2001).

A análise da teoria neste cenário passa a ser considerada ora como dispêndio de tempo, ora como especulação metafísica (pejorativamente), e ora como tarefa desnecessária (geralmente fundamentada unicamente pela datificação de padrões). Ou ainda, quando é feita, a discussão teórica fica restrita a uma exposição fragmentada, retórica, pragmática e utilitarista; estabelecendo-se na construção de um terreno consensual baseado na experiência imediata de um campo (linguagem habitual ou comum), ou na afirmação de conceito(s) corrente(s) para um grupo como ponto de partida e mínimo para a pesquisa (DEVECHI; TREVISAN, 2010; MORAES, 2001).

Martha Nussbaum, Maria Cecília de Moraes e Hannah Arendt convergem ao afirmar que o prejuízo do desinvestimento na teoria implica no enfraquecimento das ciências

---

compreendidas juntas apontam para uma complicada construção argumentativa para a sustentação e vinculação interna destas pesquisas ao Programa que se intitule *em Desenvolvimento Local*. Sobretudo é importante deixar claro que esta última ponderação não compromete os resultados destas pesquisas enquanto resultados que tratem de um tipo de desenvolvimento, mas implica que tais pesquisas, *para compor o campo do desenvolvimento local* (DL) deveriam ao menos fazer referência a questões ético-político-epistemológicas que orientam esta forma de pensar e fazer desenvolvimento. Assinalo ainda que esta nota de roda-pé compõe uma coleção de dados analisados com o uso de *Softwares* de análise de dados Qualitativos *Atlas.Ti*® em sua 7ª versão em que se utilizou na calibragem do programa, além das *StopWords* típicas do léxico português (Brasil), conjunções, preposições etc. a expressão *Mestrado em Desenvolvimento Local* e seus equivalentes. Deixamos claro que estes dados ainda carecem de mais alguns trabalhos estatísticos e de matização teórica, mas que serão publicados em breve na forma de artigo.

<sup>6</sup> Devechi e Trevisan (2010) indicam a possibilidade de leitura do problema desde uma recusa ao pensamento crítico ou ainda da aproximação das ciências do senso comum, a isto os autores argumentam a favor do que *Axel Honneth* em suas críticas à trajetória da teoria aponta como *deficit sociológico*; Moraes (2001) aponta para a possibilidade do *recuo da teoria* desde uma *volta da agenda desenvolvimentista dos anos de 1960*; Nussbaum (2015) no mesmo sentido, também analisa o *declínio das humanidades* como um fenômeno que se complexifica nas associações entre o poder, saber e fazer em seus muitos níveis de compreensão, sendo que a posse do estatuto metodológico das ciências modernas legitima socialmente ações de Estados e Instituições (aproximando-se das análises foucaultianas (2009, 2011) e de interesse antidemocrático e monopolista (como o mercado agropecuário no Estado e as pesquisas computacionais e preditivas de poluição e desmatamento); Costa, Maia Lima e Pereira (2016) possibilitam a análise a partir de uma perspectiva fenomenológica apontando para o esquecimento da pergunta pelos fundamentos. Bem à Heidegger.

humanas<sup>7</sup>. E vão além afirmando a perda de sentido da discussão das humanidades nos muitos contextos em que podem ser feitas (ético, político, epistemológico, lógico etc.), nos variados ambientes (acadêmico, midiático, jornalístico, político-estatal, empresarial etc.) e nos diferentes níveis institucionais (locais, regionais, federais e internacionais) afetando inclusive a capacidade de julgamento e conduta de sujeitos e grupos em ambiente dialogais e de características democráticas.

## 1.2. NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Do lado do campo do Desenvolvimento Local encontramos nas asseverações do professor Fideles (2008, 2012, 2016) a possibilidade e necessidade de *revisão constante da teoria* de seus pressupostos como forma de evitar que recaíamos no erro de desconsiderar o local *ao localizarmos o desenvolvimento*. Na mesma direção Dansero, Giaccaria, e Governa (2009) em uma meta-análise da publicação do campo, concluem que se faz necessário, que após vinte anos do discurso pautado na valorização das *racionalidades locais* encontre-se um momento para recuar no ímpeto de criação de agendas e pensar como o desenvolvimento local pode produzir um conhecimento que seja capaz de considerar a complexidade do mundo e de sua variada forma de manifestações atuais<sup>8</sup>.

Frente ao sobrescrito e se compreendemos que nosso trabalho é pensar este *acontecer da vida em suas mais diversas formas no local*, como também referenda Dansero, Giaccaria, e Governa (2009), e entendendo que isto é possível pela valorização e fortalecimento das capacidades de pessoas e grupos para pensar suas vidas e demandas políticas de forma democrática, a possível escolha pela pesquisa teórica e pelo perguntar sobre os fundamentos de um campo científico, não só uma escolha que responde a

---

<sup>7</sup> Citando a criteriologia pensada por Deveschi e Trevisan (2010) para chamar em causa os matizes epistemológicos em ciências humanas: fenomenológico-hermenêuticas (na linha de Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty e Gadamer), as crítico-dialéticas (seguindo Karl Marx, Lukács e A. Gramsci) e as hermenêutico-reconstrutivistas de (Apel, Habermas e Honneth).

<sup>8</sup> Dansero, Giaccaria, e Governa afirmam caráter incerto da teoria em Desenvolvimento Local em uma meta-análise das pesquisas do campo e concluem: “uma parte do discurso sobre desenvolvimento local virou moda e, de qualquer maneira, uma ortodoxia. A emergência – ruptura dos esquemas consolidados para a leitura dos processos de desenvolvimento e o surgimento do novo, do marginal, do imprevisto – transformou-se em codificação – definição do que é desenvolvimento local em diferentes territórios conceituais – e, sucessivamente, em normatização – ênfase crescente de políticas e práticas que deveriam, se não garantir, pelo menos facilitar a inclusão de processos de desenvolvimento local. O ponto sensível é que o processo de cristalização, difusão e abuso dos conceitos próprios do desenvolvimento local aconteceu sem um paradigma, isto é, sem uma reflexão sistemática sobre os fundamentos epistemológicos dos conceitos que constituíram o corpus heterogêneo do desenvolvimento local. Para sermos mais precisos, a reflexão teórica e epistemológica existente produziu uma multiplicidade de etiquetas similares, quando não confusas umas com as outras, e, sobretudo, foi incapaz de reduzir a distância entre conceitos, evidências empíricas e políticas.” (2009, p. 252)

necessidades teóricas pontuais desta pesquisa, mas também um posicionamento político urgente.

Conduzimos até este ponto a narrativa por um caminho que entendemos dizer das nossas condições iniciais, constantes e finais da feitura de umas linhas para pensar um arcabouço. Para fechar este momento do texto da pesquisa *Para uma análise da dinâmica do conceito de Local: a partir de Maurice Merleau-Ponty* vamos, muito rapidamente, evocar as demandas teóricas que se nos põem diante dos olhos. A seguir, o texto que nomeamos como *Merleau-Ponty. a pele e o desenvolvimento*, expande e sistematiza esta nossa leitura da filosofia fenomenológica, em sua relação com o campo do desenvolvimento. Esta tarefa assenta-se sobre um trabalho já feito por pesquisas anteriores tanto no campo interdisciplinar do desenvolvimento como no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB.

Como campo interdisciplinar, o desenvolvimento local incorporou elementos da fenomenologia no bojo de ciências, como a: geografia<sup>9</sup>, história<sup>10</sup>, sociologia<sup>11</sup>, ciência e filosofia política<sup>12</sup>, arquitetura e urbanismo<sup>13</sup>. Cada área destas concebeu e incorporou, ao seu modo, frente aos próprios problemas, critérios de legitimidade e coerência epistemológica um tipo, uma estirpe e uma espécie de fenomenologia. E a exemplo do que ocorreu na psicologia, estes tipos de incorporações fizeram escola e estenderam seus supostos, métodos (procedimentos) e resultados para outros campos do conhecimento científico (COSTA; CASTRO, 2017).

Especificamente no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local, encontram-se publicadas, na forma de dissertação, cinco textos que confessam observar elementos da filosofia fenomenológica em suas construções. Elas avizinham o DL com a área como: o *Direito* (Mediação, Humano e Constitucional), *Ciências Políticas*, *Antropologia*, *Etnografia* e *Ciências Sociais*. E aparecem citados, mesmo que indiretamente a

---

<sup>9</sup> Cf.: DE LA FUENTE, J. et al. Can Culture Influence Body-Specific Associations Between Space and Valence? *Cognitive Science*, v. 39, n. 4, p. 821–832, maio 2015.

<sup>10</sup> Cf.: STAEHLER, T. *Hegel, Husserl, and the phenomenology of historical worlds*. Lanham: Rowman & Littlefield International, 2017.

<sup>11</sup> Cf.: CROSSLEY, N. *The social body: habit, identity and desire*. London ; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2001.; SCHUTZ, A. *On phenomenology and social relations*. Tradução de Helmut Rudolf Wagner. 3. impr ed. Chicago [usw.]: Univ. of Chicago Pr, 1975.; e SPURLING, L. *Phenomenology and the social world the philosophy of Merleau-Ponty and its relation to the social sciences*. Londres (Inglaterra: Routledge & Kegan Paul, 2014.

<sup>12</sup> Cf.: PLOT, M. *The aesthetico-political: the question of democracy in Merleau-Ponty, Arendt, and Rancière*. New York: Bloomsbury Academic, 2014.

<sup>13</sup> Cf.: HALE, J. A. *Merleau-Ponty for architects*. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017.

través de artigos de diversas áreas, autores como: *Hannah Arendt, Hans-Georg Gadamer, Martin Heidegger, Edmund Husserl e Emmanuel Lévinas*. Os textos recorrem majoritariamente a comentadores e artigos de áreas como: *direito, psicologia e enfermagem*. Temos ainda conhecimento que no momento de redação deste texto, outras duas pesquisas no Programa fazem aproximações tanto a filosofia heideggeriana e como a de Merleau-Ponty, em nível doutoral. Esperamos que estas dissertações venham num futuro próximo se juntar a nós na explicitação da necessidade de fazer discussões de pressupostos para a construção de uma reflexão robusta sobre o DL, mesmo que por meio de suas próprias problemáticas.

Pra nós importa é que a fenomenologia esteja no campo. E que esta presença explicita a possibilidade de trabalhar e pensar a partir de seus fundamentos na contribuição de respostas a problemas que dizem respeito à vida. Neste sentido, o primeiro passo a ser dado como explicita Castro (2016) e Costa e Castro (2017) é fazer ver e fazer falar nas estruturas fundantes dos campos epistemológicos um ponto de convergência. Os autores apontam em um sentido que consideraremos como igualmente válido para a relação entre o DL e a fenomenologia, a saber: de seus conhecimentos ancoram-se na percepção do real como outro, não importando se este real é entendido como fenômenos sócio-geográficos que nos remete ao campo do desenvolvimento na figura de Milton Santos (2002, 2007, 2012) como rugosidades do espaço habitado, ou como o fenômeno a que se referirá Husserl (2006, 2012), Alfred Schutz (1975) e, ainda, Merleau-Ponty (1973b). Um exercício que passa pela localização da linguagem da fenomenologia para o campo do DL, explanando termos que compõe uma gramática própria na fenomenologia. Sublinhando apenas alguns, podemos listar: *mundo natural, atitude natural, percepção, campo, atividade/passividade, sensação, representação, ambiguidade, intencionalidade, fenômeno, tempo e temporalidade, percepção, corpo habitual/atual, outro, e intercorporiedade*.

Esperamos que este trabalho resulte na possibilidade de *fazer ver e fazer falar ao desenvolvimento local a filosofia fenomenológica a partir da leitura de Maurice Merleau-Ponty*. E que por ela possamos ser capazes de pensar o local em sua teoria como fenômeno: como percebido eminentemente outro no e com o mundo. Este é o solo sobre o qual se constrói o **Artigo denominado** *O local no desenvolvimento local: aproximações possíveis à fenomenologia* em que arrogamos a tarefa de buscar na teoria do próprio campo do desenvolvimento o conceito de local, analisando e descrevendo suas muitas formas narrativas. Lembramos que neste contexto, a revisão da teoria urge como uma estratégia de pesquisa necessária ao campo, e, como posição ética e política. De mais a mais, orientamos mantendo como horizonte o *local* como categoria fundamental para o campo do

desenvolvimento local, pois além de adjetivar este matiz, ele anima questões são determinantes e intrínsecas a um modo de fazer e pensar desenvolvimento fundamentalmente crítico e necessariamente resistente a objetivação do local.

O local é uma categoria polissêmica, e mesmo dentro do campo do desenvolvimento, foi posto em análise por diversas áreas do saber científico como por exemplo, a geografia, a arquitetura, a economia, para não falar da geologia, história e outras. Cada área descreveu o local e o animou na linguagem de tal forma que, por um lado, o local ganhou muitas camadas de análise, que o tornam uma categoria de difícil conceituação. Por outro lado, cada área o dissolveu e substituiu em seu léxico: ora como território, ora como lugar, ora como campo, ora como meio, ora como superfície, ora como parte do globo. Estes termos aparecem concorrendo pela narrativa explicativa do fenômeno, ou como uma espécie de taxonomia do corpo-local. Daí que a profícua complexidade que indicava a diversidade com que o local pode ser experienciado e representação esmaece e se deixa sobrepor por um conceito estabelecido consensualmente.

Nas pesquisas do campo, ele aparece quase sempre conceituado e resolvido e claro como “[...] meu local de pesquisa é...”, “o local o é lugar em que...”, “local é a experiência territorial...”, para citar algumas situações recorrentes na linguagem. É compreensível que com conceitos como o local (ambíguos), que desafiam uma explicação em termos causais e pragmáticos, chegará mesmo a nós que nos dedicamos a pensá-lo, o momento em que será necessário para a continuação da pesquisa e o cumprimento de agendas, tematizar sob qual perspectiva nós operamos para construir os nossos resultados. O que não nos exime da necessidade de ponderar como os resultados de nossas pesquisas recaem sobre as outras possibilidades de experienciar a realidade que chamamos de local. Esta consideração é importante, pois o “Desenvolvimento Local” muitas vezes serve de aporte para a construção de políticas que recaem sobre a vida das mais variadas formas de experiência e manifestação.

Com a análise teórica do campo, pensamos obter um conjunto variado de compreensões sobre o local que nos abrem para a possibilidade de variá-las descritivamente e animá-las com outra forma de pensar o local. Agora, desde uma leitura merleau-pontyana. É com este objetivo que a parte final da dissertação foram pensados. O primeiro deles (quarto na contagem total) intitulado *O local-corpo do desenvolvimento: uma leitura de local desde Maurice Merleau-Ponty*, traz fundamentalmente para dialogar com as compreensões de local as categorias merleau-pontyanas de percepção, corpo, corpo habitual e corpo atual e persegue a suposição de que local refere ambigualmente a superfície do mundo e do corpo.

Em um relato literário chamado *Tableau de Paris* (1781) Louis-Sébastien Mercier (1740-1814) narra a cidade de Paris da perspectiva de quem faz a experiência das ruas parisienses. O mapa da cidade se desenha desde as errâncias dos movimentos ritmados, dos gestos espontâneos e da relação em primeira pessoa com a cidade. Se quiséssemos falar da Paris de Mercier e o fizéssemos pelos *Tableaux de Paris* precisaríamos seguir o itinerários da sua vida; fazer com ele o exercício de percorrer cada rua e ir significando os movimento do seu e de nosso *corpo pelo local*. Por outro lado, se quiséssemos falar de Mercier supondo poder fazer falar a Paris dos *Tableau*, seria, talvez, *Mercier um local* que transita habitualmente *pelo corpo da cidade*. Este exercício arbitrário com a experiência de Mercier por Paris tem o interesse de apontar que, o que chamamos de local, parece possuir um fundamento relacional indispensável para sua compreensão. Não é por mera ocasionalidade ou por simples convenção, generalizará Merleau-Ponty (1973a, 2002) sobre as palavras, que o local possa representar igualmente Mercier e Paris, regional e global, e, parte e todo.

Daí que a descrição típica da geografia clássica que define local como superfície (solo) do mundo é tão verdadeira, quanto é verdadeira a possibilidade de dizer que local seja a Mercier (um corpo identificado). Milton Santos (2007, 2012) na tentativa de pensar a geografia humana chamará como ruga do mundo algo que nos parece e muito o que tratamos como corpo-local. Santos, bem como Yi-Fu Tuan (2015), que também se dedicará a questão em sua *Topofilia*, parecem, no entanto, privilegiar um sujeito psicológico que se projeta na existência por um elo afetivo entre a *pessoa e o lugar ou ambiente físico* que é vivido *no concreto* como *experiência pessoal*. Disso, dois pontos precisam ser considerados, são eles: a) a distinção entre o solo (ambiente físico) e o lugar (animado pelo homem), e, b) o que anunciou Tuan como afetivo existente, e, Santos como rugosidade, compreende uma experiencia que não é senão corporal.

Merleau-Ponty (2003, 2006, 2015) e sua *Fenomenologia da Percepção* pode nos oferecer uma alternativa para contribuir com a geografia e o desenvolvimento local, provocando a pensar as estruturas reiteradamente mantidas e compreendidas como antagônicas de solo e lugar, corpo e sujeito. Dado que corpo é entendido pelo autor como presença inalienável e unidade antepredicativa e posicionada no mundo. É donde nos posicionamos em relação a Outros corpos (corpo no mundo de corpos) e enquanto corpo relacional, intercorporal. A frase anterior pode deixar entender que há por detrás do *donde* uma consciência que, ademais do corpo, operaria ativa e passivamente suas relações e interesses com o mundo. Esta compreensão é possível, mas não corresponderia ao que Merleau-Ponty compreende; explicamos: ao autor, o corpo (corpo próprio) percebe de forma

imediate, tal que pareceria não estar presente no percebido. Sua incapacidade de perceber-se a si mesmo é a condição para a percepção do mundo como mundo aí dado e sentido.

Não obstante, a relação em que corpo é se dá sempre em movimento no tempo de modo que o corpo e o mundo que me eram habituais atualizam-se na medida em que apresentam o corpo que percebeu como próprio (habitual e passado) e o mundo percebido como dependente do corpo-habitual. Este jogo de dobras umas sobre as outras, com-plica, faz ver e faz falar corpo e mundo sem a típica cisão entre a experiência sensível e subjetiva, e, a experiência perceptual e corporal; melhor dizendo, entre alma e corpo, mas sim como polos intencionais de uma mesma experiência também ela intencional. Não é que local seja o corpo próprio, mas sim que não haveria outro corpo para percebê-lo como local que não no corpo (habitual) e pelo corpo (atual) em um movimento temporal que localiza o corpo e corporifica o local.

A conclusão deste documento foi nomeada como *Um mundo comum: o local eminentemente político em Desenvolvimento Local*. Ele tem a tarefa de pensar o local como Outro do desenvolvimento e, portanto problemático ao campo por nele acontecer uma dupla disposição que é ser corpo próprio (privado) e ao mesmo tempo ser intercorporal (público e relacional). Nesta frase há uma forma de interpretação que aponta para uma metanálise do campo do desenvolvimento local em perspectiva interdisciplinar, e outra que diz do local como este acontecer da vida em suas muitas e diversas formas. Entendemos que precisamos necessariamente abdicar de uma forma de interpretar para ficar com a outra, ambas operam simultaneamente. E não obstante, nós nos dedicaremos com mais afinco a pensar a segunda forma de interpretação, uma que abre o local com local da vida.

É nele, como falávamos anteriormente, que acontecem as relações intercorporais e, pois políticas. E neste sentido este artigo recebeu uma forte inspiração da leitura de Marina Garcés (2013) da filosofia política de Merleau-Ponty em suas pesquisas junto ao departamento de filosofia da *Universidade de Zaragoza* (Estado da Catalunha) para estabelecer um diálogo pró-independência. Garcés resgatou em Merleau-Ponty e em Jaques Derrida uma forma de pensar sensível e hospitaleira para pensar o espaço político criado na relação entre muitas formas de vida e na pluralidade de perspectivas político, econômicas e sociais. O local é Outro do desenvolvimento, sobretudo porque é nele que efetivamente se vive. Deve-se aqui entender que o Outro, categoria da ética, jamais surge completamente objetivado, Nem é jamais completamente desenvolvido, sem que com isto se interrompa o próprio desenvolvimento. Desenvolver na perspectiva do Outro exige o recurso ao gerúndio -



ir desenvolvendo. Como processo, não como fé nem como se houvesse um *terminus* que se fecha a partir de uma planta ou de um cálculo.

Com isto pensamos ter discorrido o suficiente sobre o arcabouço que sustenta os capítulos que vêm a seguir. Esperamos que as brechas e dúvidas pensadas mais pormenorizadamente, ou mesmo que possibilitem críticas e diálogos profícuos e novas pesquisas. De uma forma ou de outra *é preciso começar...*

Como colocamos O trabalho que segue é um esforço de utilizar o método fenomenológico para refletir acerca do conceito de “Local”, no contexto de um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Local<sup>14</sup> (DL). Seu objetivo mais importante é jogar luz acerca de um problema fundamental para o DL, para uma palavra que qualifica a este tipo de Desenvolvimento, o Local. A partir da leitura de alguns textos selecionados do filósofo Maurice Merleau-Ponty. Esse filósofo foi escolhido por ser aquele muito utilizado nas construções da chamada Geografia Fenomenológica ou “Humanista”, que é responsável por trazer para o campo dos estudiosos dos lugares de ocupação e de colonização, as condições de vida, de percepção, e aqui, da construção dos lugares como pele e como enquadramento de toda a experiência da subjetividade humana.

Para desenvolver um trabalho assim, precisamos nos interrogar para quem escrevemos: a resposta mesmo que parcial a este questionar é que escrevemos para acadêmicos menos especializados na filosofia. Pretendemos contribuir, o leitor dirá, com um texto que aprofunda aspectos de conceitos que não são desconhecidos. Na verdade, isso nos traz à resposta simples diante da pergunta pela “audiência” do texto: colegas que desejam aprofundar o tema das relações entre a corporeidade e as construções de territorialidades. Pessoas mais versadas em geografia que se interessam pelo estudo do desenvolvimento, mas não estão satisfeitos com o esquecimento imposto pela pressa das agendas às paradas e às lentas evoluções de sujeitos que precisam ver, tocar, construir vínculos e possivelmente abrir-se a relações, antes de executar coletivamente ideias que advém de outras pranchetas.

Mas atente o leitor. Mesmo sendo duas vezes hóspedes, quanto ao Desenvolvimento, pois não estamos no terreno da economia; e quanto ao esforço dos conceitos, posto que não somos oriundos de uma filosofia puro sangue, a ambição metodológica que atravessa e angustia cada página da nossa investigação é buscar a reflexão fenomenológica. Não “aplicar” ideias ou insights da fenomenologia, mas pensar o tema de

---

<sup>14</sup> A voz que dita estas páginas é a primeira pessoa do plural. Por um motivo simples, prezado leitor. Este trabalho é pessoal, e fruto de diálogos e de muitos esforços de amadurecimento a mais de duas mãos. E sim, é uma reflexão. Não uma equação nem uma receita. Estamos no campo das humanidades.

forma mais fenomenológica. Um desafio a que nos propomos, e que convidamos o leitor a sacrificar algumas horas para acompanhar, e que pode ter algumas consequências práticas.

Estruturalmente, dividimos esta dissertação em dois momentos cada qual composto por dois artigos ainda não publicados. O primeiro momento tem o objetivo descrever de forma mais detalhada esta região de encontro, que comunicamos acima, entre a filosofia e o DL. Este momento mais abrangente nos permite partir das condições de possibilidade da pesquisa para fazer espriar seus ganhos. E para que, no segundo, estes ganhos estejam disponíveis para nós na tarefa de pensar o local. Este segundo momento vai avivar as especificidades do nosso trabalho, orientado pelas suposições que também já anunciamos, a saber: a) que local refere ambigualmente a superfície do mundo e do corpo, e b) que local é o Outro do desenvolvimento. Conduzindo dedutivamente a esta dissertação não só por ser este o nosso caminho de pensamento, mas também, inspirados nas obras de Merleau-Ponty apresentar o caminho de pensamento próprio do autor que vai da explicação do problema e seu método em direção ao corpo, mundo e intercorporeidade.

O que de prático se pode esperar de um texto assim? No máximo, maior clareza acerca de alguns conceitos fundamentais que podem aproximar a geografia, os estudos críticos do desenvolvimento e a filosofia fenomenológica. Se não alcançarmos todo esse arvoredo, ao menos esperamos apresentar ao leitor um esforço de reconhecer a complexidade de um campo que leva a sério a experiência humana.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDDT, R. Aos prezados colegas da comissão de avaliação dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da Capes. In: BERNARDES, A. G.; TAVARES, G. M.; MORAES, M. (Eds.). . **Cartas para pensar políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória, ES: Edufes, 2014.

ÁVILA, V. F. **Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB e diplomado em qualquer curso de graduação Desenvolvimento Local**, 2008. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentolocalvfa.com.br/2010/08/16/mestrado-em-desenvolvimento-local-ucdb-e-diplomado-em-qualquer-curso-de-graduacao/>>

ÁVILA, V. F. Dupla relação entre Educação e Desenvolvimento Local (endógeno-emancipatório). **Paidéia Revista do curso de pedagogia da Universidade FUMEC**, v. 9, n. 12, p. 13–49, jun. 2012.

ÁVILA, V. F. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). **Interações (Campo Grande)**, v. 8, n. 13, p. 133–140, fev. 2016.

CASTRO, G. J. M. DE. **Para além da clareira: aproximações entre fenomenologia e pesquisa em psicologia da saúde em relação a tempo, narrativa e sujeito**. Dissertação de Mestrado—Campo Grande (MS): Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós Graduação em Psicologia, 2016.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petropolis (RJ): Vozes, 2010.

COSTA, M. L.; CASTRO, G. J. M. DE. A fenomenologia e a pesquisa em psicologia da saúde. **Rev. Nufen: Phenom. Interd.**, v. 9, n. 3, p. 127–139, dez. 2017.

COSTA, M. L.; MAIA LIMA, A. R.; PEREIRA, R. A. B. Relato da construção de uma pergunta/problema: simulacro, dobres e torções. In: BERNARDES, A. G.; COSTA, M. L.; ZANATTA, J. A. (Eds.). . **Modelos histórico-epistemológicos e produção de saúde**. Campo Grande, MS: UCDB Universidade Católica Dom Bosco, 2016. p. 61–78.

COUTINHO, D. P. R.; DE CAMPOS MACIEL, J.; BORGES, P. P. **Local development in the context of territoriality face to globalization**. 2015 International Conference on Technologies for Sustainable Development (ICTSD). **Anais...** In: 2015 INTERNATIONAL CONFERENCE ON TECHNOLOGIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD). Mumbai, India: IEEE, fev. 2015 Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/document/7095837/>>. Acesso em: 29 nov. 2018

DANSERO, E.; GIACCARIA, P.; GOVERNA, F. Desenvolvimento local: contextos nacionais em conflitos. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Eds.). . **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo (SP): Ed. Expressão Popular (UNESP): Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 95–120.

DEVECHI, C. P. V.; TREVISAN, A. L. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência? **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, p. 148–161, abr. 2010.

DUSSEL, E. D. **Ética de la liberación en la edad de la globalización y la exclusión**. 2. ed. Madrid: Trotta, 1998.

FLICK, U. et al. **The Sage qualitative research kit**. London: SAGE, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos. Curso ministrado no Collège de France (1979-1980)**. São Paulo, SP: Achiamé, 2011.

GARCÉS, M. **Un mundo común**. 1. ed. Saragoça (ESP): Espa eBook, 2013.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica (Die Frage nach der Technik). **scientiæ Studia**, v. 5, n. 3, p. 375–398, 2007.

HEIDEGGER, M. **Sobre a questão do pensamento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo: edição em alemão e português**. Tradução Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

HUSSERL, E. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Tradução Márcio Suzuki. 1. ed. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

HUSSERL, E. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica; de acordo com o texto de Husserliana VI**. Tradução Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

HUSSERL, E. **Meditações cartesianas e conferências de Paris: De acordo com o texto de Husserliana I**. Tradução Pedro M. S. Alves. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

LE BOURLEGAT, C. A. **Do território produzido e vivido ao dinamismo territorial**. Campo Grande, MS, 2008. . Acesso em: 4 dez. 2018.

MERCIER, L.-S. **Tableau de Paris**. 1. ed. Paris (FRA): Virchaux & Compagnie, 1781. v. 1

MERLEAU-PONTY, M. The Crisis of Understanding. In: **Adventures of the dialectic**. Northwestern University studies in phenomenology & existential philosophy. Tradução Joseph Bien. Evanston [Ill.]: Northwestern University Press, 1973a. p. 9–29.

MERLEAU-PONTY, M. **Adventures of the dialectic**. Tradução Joseph Bien. Evanston [Ill.]: Northwestern University Press, 1973b.

MERLEAU-PONTY, M. **A prosa do mundo**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. **El Mundo de la percepción: siete conferencias**. Tradução Víctor Goldstein. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. Tradução José Artur Gianotti; Armando Mora. 4. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2009.

MERLEAU-PONTY, M. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas**. Tradução Sílvia Rosa Filho; Thiago Martins. 1. ed. Belo Horizonte (MG): Autêntica Editora, 2015.

MORAES, M. C. M. DE. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 14, n. 1, p. 7–25, 2001.

NUSSBAUM, M. C. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. Tradução Fernando Santos. 1. ed. São Paulo (SP): WMF Martins Fontes, 2015.

PESSOA, F. **Poemas de Alvaros de Campos**. Lisboa (PRT): Ática, 1993.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2012.

SCHUTZ, A. **On phenomenology and social relations**. Tradução Helmut Rudolf Wagner. 3. impr ed. Chicago [usw.]: Univ. of Chicago Pr, 1975.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. 5. ed. São Paulo (SP): Companhia de Bolso, 2010.

TUAN, Y.-F. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução Livia De Oliveira. Londrina, PR: Eduel, Universidade Estadual de Londrina, 2015.

**CAPÍTULO 1 - O LOCAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL:  
APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS À FENOMENOLOGIA**

---

## O LOCAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS À FENOMENOLOGIA

Rodrigo Augusto Borges Pereira

Josemar Campos Maciel

### RESUMO

Não é simples a tarefa de aproximar a fenomenologia do campo de reflexões que se autodenominou como Desenvolvimento Local. O trabalho que segue tenta dar um passo nessa direção. Para isso tomamos algumas sugestões e fragmentos da obra de Maurice Merleau-Ponty e, a partir delas, mostramos pontos a partir dos quais alguns hiatos conceituais dessa área podem ser criticamente enunciados para propor algumas perspectivas de exploração coerentes com as exigências metodológicas da fenomenologia.

### PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento Local. Fenomenologia. Maurice Merleau-Ponty.

### ABSTRACT

It is not a simple task to bring phenomenology closer to the field of reflection that has called itself Local Development. The work that follows tries to take a step in that direction. For that, we take some suggestions and fragments of the work of Maurice Merleau-Ponty and, from them, we show points from which some conceptual gaps in this area can be critically enunciated to propose some perspectives of exploration consistent with the methodological requirements of phenomenology.

### KEY WORDS:

Local Development. Phenomenology. Maurice Merleau-Ponty.

*Wo es war, soll Ich werden.*<sup>15</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo *fazer ver e fazer falar* a forma como é pensada a categoria local na teoria da área do Desenvolvimento Local. Ele é parte do esforço de

---

<sup>15</sup> “Lá onde o isso está, o eu deve advir” Cf.: Freud, S. Novas conferências sobre psicanálise. Petrópolis, RJ: Imago Editora, 1993.

pesquisa de uma *Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local* que propôs analisar a dinâmica do conceito de local a partir da fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty. Especificamente este artigo explorará a teoria do campo do desenvolvimento a fim de pensar como a área do desenvolvimento local tem operado com a categoria, que mesmo antecipadamente, chamamos, de local.

É preciso levar em conta, que referir-se ao *local em desenvolvimento local* parte sempre de contexto geopolítico específico do qual desprendem componentes econômicos, sociais, e éticos, para citar apenas três ordens. Convém também apontar que na construção deste texto nos referimos a *campo* indicando a ciência do desenvolvimento *interessada em saber e atuar na correlação entre a organização de uma comunidade e suas capacidades sociais, políticas, econômicas e geográficas para responder a demandas programáticas ou espontâneas*.

O termo *área* será usado para pensar a parte do campo do desenvolvimento interessada nas *formas locais do desenvolvimento*. Com essa definição, sabemos não dar grandes detalhes sobre a área, justamente porque ainda paira uma dúvida que precisa ser devidamente analisada sobre como compreendemos esta categoria. O que sim, parece-nos já mais ou menos elaborado, é que ela indica uma *diferença escalar* e uma *diferença de compromisso ético-político*. Que foi sendo matizada ao longo da história da área nas décadas de 1960.

Em seu nascente, o que sentimos como *diferença escalar* e de *compromisso ético-político* correspondia a uma resposta dos Estudos Críticos do Desenvolvimento que desenham *pela categoria local* uma alternativa para solucionar um duplo problema criado pela aceleração do movimento de globalização da economia, a saber: a) homogeneização econômica e perda de diversidade produtiva; e b) a subvalorização e ou extinção de singularidades tradicionais e modos de vida específicos.

A área do desenvolvimento local nasce no interior deste *movimento de não deixar morrer as diferenças econômicas e culturais* e para fazer corpo e oferecer resistência, para as áreas de desenvolvimento econômico de matriz neoliberal, que haviam recebido fortes investimentos (econômico-industriais, ex.: Plano Marshall e econômico-publicitário, ex.: Macartismo) na metade inicial da Guerra Fria (1947-1991), em meio à necessidade de reconstrução da Europa. E que chegaram aos anos sessenta arregimentados nos aparelhos institucionais do Estado Moderno e epistemológico das ciências positivas e matematizadas.

Entender neste contexto, como a categoria local encontra-se na teoria do campo – que para além de adjetivar, fundamenta uma forma de pensar e agir próprio da área – e esta



impactando e operando em suas praticas, deve importar para todo aquele que queira se posicionar frente à discussão da área do desenvolvimento local e no campo do desenvolvimento.

Além disso, também promove mais um giro analítico dos fundamentos do campo ancorando-nos *Estudos Críticos do Desenvolvimento*, que apontam para a necessidade de evidenciar sistematicamente pressupostos teóricos e implicações de teorias de base e outras camadas de intercâmbio intelectual nas iniciativas práticas que estão nas bases de uma epistemologia do desenvolvimento.

Metodologicamente, esta pesquisa possui inspiração teórica. Isso significa que se tomou a teoria de um campo de conhecimento científico, como relatos especializados de um campo de conhecimento científico. E neste caso não é tomar suas narrativas como dados em-si. Mas de promover uma leitura que possa tomar suas narrativas como construção/construto de uma experiencia de pesquisa que de alguma maneira pensava o local. Como afirma Merleau-Ponty (1973, 2002) a este respeito, demovido de seu lugar habitual, a teoria de uma ciência aparece como linguagem e como via de acesso, quiçá única, para análise da percepção e de suas condições de construção de um conhecimento.

Ela *faz ver* e *faz falar* o percebido como uma descrição possível da relação dinâmica de quem percebe, e dos seres da natureza, da ciência, da vida privada e pública (MERLEAU-PONTY, 1973). Explico, existe uma ambiguidade fundamental na descrição, que por um lado, *faz ver* uma experiencia perceptiva do mundo, por outro, ela *fala* a nós o percebido. Haverá sempre atividade/passiva e uma passividade/ativa na percepção e na descrição do mundo.

Nossa escolha epistemológica implica num modo de debruçar-se sobre a teoria do campo, *um método analítico que faz ver e faz falar (descritivo)* aquilo é percebido desde uma orientação fundamentalmente cética. Esta visada abre-nos a teoria do campo do desenvolvimento, seus relatos documentais de pesquisa como o *nosso local de pesquisa*.

## **2. O CAMPO DO DESENVOLVIMENTO E A ÁREA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONTEXTO DO TEXTO**

Não podemos considerar analisar um campo do conhecimento como é o do desenvolvimento sem contextualizá-lo no fluxo do tempo, da história público-privada (MERLEAU-PONTY, 2003). Partindo desta asseveração, mas frente à necessidade de começar a análise a que nos propusemos, é preciso que nos voltemos a entender algumas ocorrências na vida do campo.

Ele nasce como saber científico no íterim formado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e o início do novo conflito geopolítico-econômico da Guerra Fria, que capitalizou o mundo entre Estados Unidos da América do Norte (EUA) neoliberal e, a agora extinta União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS), socialista. Vivia-se um misto de assombro e maravilhamento.

De um lado, a conta de 52 milhões de vidas humanas<sup>16</sup> e os prejuízos incalculáveis de uma Europa convertida em escombros pelo totalitarismo Estatal. De outro, a tecnologia, a ciência e avanços na dinâmica de produção industrial que motorizaram a Guerra podiam pela primeira vez ser convertidos para a criação de um novo e moderno estilo de vida (QUETEL, 2010).

No Agosto de 1941 embarcados em um Couraçado Inglês e sobre águas argentinas Winston Churchill (1874-1965) e Franklin Roosevelt (1882-1945) já firmavam na *Carta do Atlântico* para uma agenda político internacional que dentre oscilava pela manutenção da liberdade e autonomia dos povos e Estado, além de maçarem o compromisso de buscar uma ordem mundial lograda de paz e fundada sobre as condições de que os homens livres do mundo possam desfrutar de garantias de segurança econômica e social (CHURCHILL; ROOSEVELT, 1941).

Sobretudo, com os países europeus em meio ao difícil trabalho de reconstrução, foram os Estados Unidos da América do Norte que ascendera como capazes de capitanear o empenho industrial e ideológico. Tendo no centro deste empenho de reconstrução e utopia de uma vida melhor, estão ligadas, tanto uma política internacional americana quanto seu ideal constitucional liberal e a força de suas indústrias e mercado (MEDEIROS; MAZAT, 2019).

O primeiro, fundado na ideia de liberdade e democracia aos moldes constitucionais e liberais que contribuíram para fundação dos EUAs. Uma liberdade que é neste contexto *paranóica*, dirá Lummis (in.: SACHS, 2010, p. 43), e se arregimentará pelo Direito na construção jurídica de *liberdades particulares* e de *garantias de propriedade privada, igualdade de condição jurídica e econômica*. O segundo ancora-se tanto no desenvolvimento entendido aqui em seu sentido mais comum, ligado inseparavelmente no léxico ao crescimento econômico e ao progresso industrial, quanto na lógica economia de mercado (ESTEVA, 2010; WINTERHALT, 2018).

Uma ligação que aparece já desde o pronunciamento de posse 1949<sup>17</sup> de Harry S. Truman (1884-1972) como presidente dos Estados Unidos da América do Norte (1945-1953),

<sup>16</sup> Maioria soviéticos, europeus e combatentes de colônias européias que lutaram de ambos os lados do conflito. Cf.: Quetel, C. (2010). História da Segunda Guerra Mundial. (P. E. Duarte, Trad.) (1o ed, Vol. 16). Edições Texto & Grafia.

anunciada como projeto que, mais tarde, se materializaria em política econômica externa voltada principalmente para os países da América Latina e áreas economicamente atrasadas do mundo<sup>18</sup> (MEDEIROS; MAZAT, 2019). Um projeto imbuído de interesses geopolíticos e geoeconômicos e que visava estabelecer mercados consumidores e preparar terreno para apoios político-armamentistas ao conflito da Guerra Fria (1947-1991) que se anunciava (WALLERSTEIN; CECENA, 2016; WINTERHALT, 2018).

Em 1949 faz-se então o *desenvolvimento por convite*, como ironiza Immanuel Wallerstein (1979) em *The Capitalist World-Economy*, estendido a todos os países pobres do mundo que quisessem usufruir, mesmo enquanto promessa, da prosperidade norte americana. A ironia de Wallerstein não é despropositada, de fato, a política americana foi mais ostensiva e violenta; não só em permitir como, em vários casos, agenciou e promoveu deliberada e violentamente a necessidade do crescimento econômico destes países. Berthoud (in. SACHS, 2010, p. 74) pontuaria: “[...] maioria dos países não tem escolha; eles são forçados a aumentar sua integração dentro e dependência da economia de mercado internacional de uma forma ou de outra.”.

Se para alguns países havia escolha pelo modelo de desenvolvimento, para os EUAs ele parecia necessário. Um dos argumentos para a política de desenvolvimento americano encontra-se anunciado também por Truman no pronunciamento de 20 de Janeiro de 1949. Nele a palavra subdesenvolvido<sup>19</sup> foi usada pela primeira vez no contexto político, passando a ser o argumento “[...] emblema, um eufemismo usado desde então para aludir discreta ou inadvertidamente a era da hegemonia americana.”<sup>20</sup> (ESTEVA, 2010, p. 2).

Coaptado à política e a visão de mundo, o termo é “empacotada no estilo americano como uma luta contra o comunismo e a serviço do design hegemônico dos Estados Unidos.” (ESTEVA, 2010, p. 2). Desde então, o desenvolvimento tem correspondido, seja no

<sup>17</sup> Cf. Original: Discurso de Truman de 20 de janeiro (1949, §44): “(§40)The primary purpose of these agreements is to provide unmistakable proof of the joint determination of the free countries to resist armed attack from any quarter. Each country participating in these arrangements must contribute all it can to the common defense. (§41) If we can make it sufficiently clear, in advance, that any armed attack affecting our national security would be met with overwhelming force, the armed attack might never occur. (§42)I hope soon to send to the Senate a treaty respecting the North Atlantic security plan. (§43) In addition, we will provide military advice and equipment to free nations which will cooperate with us in the maintenance of peace and security. (§44) Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. (§45)More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. (§46) For the first time in history, humanity possesses the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people.”

<sup>18</sup> economically backward áreas

<sup>19</sup> Underdevelopment

<sup>20</sup> Cf.: “Truman changed the meaning of development and created the emblem, a euphemism, used ever since to allude either discreetly or inadvertently to the era of American hegemony.” (Esteva, 2010, p. 2)

senso comum ou no vocabulário científico e intelectual, em pelo menos uma coisa: escapar da condição indigna chamada subdesenvolvimento (ESTEVA, 2010; WINTERHALT, 2018).

Que nas palavras de Truman corresponderia:

(§45) Mais da metade das pessoas do mundo estão vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua comida é inadequada. **Eles são vítimas de doença.** Sua **vida econômica é primitiva e estagnada.** Sua **pobreza é uma desvantagem e uma ameaça para eles e para áreas mais prósperas.** (1949).

Dirá Merleau-Ponty em *Les aventures de la dialectique* de 1955, a respeito da verdade na política: “a verdade talvez seja apenas essa arte de inventar o que mais tarde parecerá ter sido exigido na época” (MERLEAU-PONTY, 1973, p. 29). E, para este desenvolvimento havia a exigência de condições particulares; por um lado, que a demanda pela agenda de desenvolvimento fosse institucionalizada pelo aparato do Estado (condição político-econômica), por outro, que a lógica do desenvolvimento se espraiasse para a vida privada e nas relações (condição ética) (WINTERHALT, 2018).

A ambos prestava a compreensão da condição de subdesenvolvido. Ela diagnostica a precariedade: a) dos Estados (modelos político-Institucionais) como aqueles responsáveis por promover condições necessárias ao livre acesso aos avanços técnico-científicos modernos (materiais, ex.: produtos industrializados e imateriais, ex.: cultura, educação, emprego, igualdade [equidade] etc.), e b) da vida comum, como resultado do fluxo da histórica e que a distanciou da dignidade de ser moderno (o subdesenvolvido não é só a região, mas seus hábitos) (BOSIER, 2001; SEN, 2010).

O desenvolvimento e seu antônimo, sub, deixam de ser somente uma categoria econômica (e aqui caberia perguntar se algum dia elas foram estritamente econômicas) e passam a operar em outros níveis da vida (SEN, 2010). Se espraiando para as histórias privadas a partir do rearranjo das palavras e categorias e se transforma em **é uma forma habitual de percepção de si-mesmo e outro**; ou ainda poder-se-ia dizer, uma nova percepção de si-mesmo ou como pertencentes a um local desenvolvido ou a um local subdesenvolvido.

E em realidade o discurso do desenvolvimento em Truman deste momento em diante faz com que o diferente, o Outro desenvolvido, corresponda a “um espelho invertido da realidade alheia: um espelho que os deprecia e os envia para o fim da fila, um espelho que

define sua identidade, que é realmente a de uma maioria heterogênea e diversa, simplesmente nos termos de uma minoria homogênea e estreita.” (ESTEVA, 2010, p. 3 nossa tradução)<sup>21</sup>.

E faz (em afã hegeliano) o subdesenvolvimento do arranjo lingüístico de seu discurso, realidade (SACHS, 2010). Há subdesenvolvimento, o que permite a orientação de planos econômicos (ex. a doutrina Truman [*Truman Doctrine*], Plano Marshall [*European Recovery Program, ERP* ]), de agendas políticas independentes (ex.: *Peace Corps* ou *Alliance for Progress*), a arregimentação das Instituições Estatais e de campos epistemológicos da ciência moderna (BAPAT, 2005).

Foi necessário esperar até a década de 1960 para que no seio do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) inspirado por experiências de pesquisadores do desenvolvimento como *Amartya Sen*, *Mahbub ul Haq*, *Richard Jolly* e outros críticos da redução do campo a economia, fosse elaborado uma mudança significativa dos critérios de quantificação do desenvolvimento com a introdução dos Índices de Desenvolvimento Humano (BOSIER, 2001).

Em Sergio Bosier (2001, p. 3 nossa tradução) lê-se a definição de desenvolvimento humano em citação direta do relatório anual do PNUD do período 1955-1960 que o descreve como um *processo de ampliação das opções das pessoas*, que para além das necessidades subjacentes a manutenção da vida relevam *benefícios que são menos materiais*. O documento exemplifica: *a liberdade de movimento* [ir e vir] e *de expressão, ausência de opressão, violência ou exploração*. E enfatiza: as pessoas querem ter um *sentimento de propósito na vida*. E assenta sobre as formas uma forma de direito à tradição e a cultura.<sup>22</sup>

Com esta citação Bosier indica uma crescente preocupação com a crítica do desenvolvimento estritamente econômico em direção de, nas palavras do autor (2001, p.3-4 nossa tradução), uma *subjetivação e intangibilização*. A época, a mudança paradigmática no campo levou o Secretário das Nações Unidas Boutros Boutros-Gali (1922-2016) a publicar documento, *An Agenda for Development*, em 1995 que propõe cinco eixos de importância para o desenvolvimento. Eixos que circunscrevem uma área como o campo do Desenvolvimento a

<sup>21</sup> Cf. Original: “Underdevelopment began, then, on 20 January 1949. On that day, 2 billion people became underdeveloped. In a real sense, from that time on, they ceased being what they were, in all their diversity, and were transmogrified into an inverted mirror of others’ reality: a mirror that belittles them and sends them off to the end of the queue, a mirror that defines their identity, which is really that of a heterogeneous and diverse majority, simply in the terms of a homogenizing and narrow minority.” (Esteve, 2010, p. 2).

<sup>22</sup> Cf. Original: Según se escribe en el informe del año 1996 (55/56): “El desarrollo humano puede describirse como proceso de ampliación de las opciones de la gente...Más allá de esas necesidades, la gente valora además beneficios que son menos materiales. Entre ellos figuran, por ejemplo, la libertad de movimiento y de expresión y la ausencia de opresión, violencia o explotación. La gente quiere además tener un sentido de propósito en la vida, además de un sentido de potenciación. En tanto miembros de familias y comunidades, las personas valoran la cohesión social y el derecho a afirmar sus tradiciones y cultura propia”.

Escala Humana, a saber: ética (1. *Peace as the foundation*), econômica (2. *The economy as the engine of progress*), ecológica (3. *The environment as a basis for sustainability*), jurídica (4. *Justice as a pillar of society*) e social (5. *Democracy as good governance*)<sup>23</sup>.

O documento a cima, indica uma tendência contra-reducionista, reconhecendo que por fundamento do desenvolvimento diz da vida (humana). Se desenvolvimento diz da vida, usando alguns elementos da fenomenologia merleau-pontyana, ele se manifesta é preenchimento de sentidos no e pelo tempo e dadas as suas condições singulares de manifestação (MERLEAU-PONTY, 2009).

De outra forma: ele é complexo, axiológico e qualitativo. E, por consequência sua compreensão não pode assumir exclusivamente modelos lineares (casuísticos e positivados) se não, deve variar as forma de análise para captar mesma que de forma tosca e esquemática, como qualifica Aristóteles (1988) as exposições dos fenômenos sociais, ou ainda formas sistemática e circuitária como aponta Capra (2010).

### **3. OS LOCAIS DO DESENVOLVIMENTO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O TEXTO**

A década 1970, no que diz respeito ao cenário econômico internacional, começou conturbada, em 1971 a primeira crise expôs o descontrole da economia bélica norte americana, seu artificial controle inflacionário e forçou dois anos mais tarde a queda da correspondência entre moeda e o ouro. Impulsionando o dólar como moeda reguladora da economia. Em 1973 com forte influência das políticas internacionais norte americano o petróleo árabe deixa de circular pelo mundo, e o mundo industrial se viu forçado a reduzir seus lucros e enquanto seus custos operacionais se elevavam.

Mesmo após vinte anos do início da *Doutrina Truman*, suas promessas de seguridade econômico-sociais, e seus correlatos. Não se concretizaram. Pelo contrario. Aprofundou-se a dependência do mercado da sanidade das políticas internas norte americanas. Aprofundaram-se as precariedades dos mercados internos de países que passaram pela Doutrina Truman, e mesmo os países europeus já reerguidos não logravam manter a insegurança causada pelas crises (MEDEIROS; MAZAT, 2019).

Começa-se assim um movimento que visava o redesenho dos modelos e estratégia de desenvolvimento (SACHS, 2010), e que tinham como horizonte uma, escreve Bosier (2001, p. 6 nossa tradução) *insustentável utopia do desenvolvimento o*

<sup>23</sup> As cinco dimensões do Desenvolvimento a Escala Humana formariam uma figura heptaedrica, poliedro com sete faces e com 34 disposições topologicamente distintos, excluindo suas imagens espelhadas.

desenvolvimento que congregaria a todos os sentidos compreendidos até o momento como fundamentais para a instituição de um modelo.

Neste contexto surge um leque variado de perspectivas sobre o desenvolvimentos. Quanto a estrutura eles são: *territoriais, regionais, locais, endógenos, sustentáveis e humanos*; quanto sentido da iniciativa para o desenvolvimento, eles são “baixo para cima” (dos coletivos humanos para o sistema estatal) e de “cima para baixo” (das Instituições do Estado para os coletivos humanos) entre outros (BOSIER, 2001).

Cada uma destas formas de pensar o desenvolvimento constituiu área no campo; possuem epistemologia, *corpus* teórico, métodos e léxico próprios para dizer de suas questões/fenômenos. O que dificulta parte do intercambio de resultados e faz divergir posturas na construção de uma agenda política e epistemológica, é aquilo que garante a complexidade do campo (BAPAT, 2005; BOSIER, 2001; DOWBOR; POCHMANN; SANTOS, 2010). As pretensões com o desenvolvimento também se organizaram de acordo com a perspectiva da área, como veremos mais a diante. No entanto, há ainda uma unidade fundamental entre estas áreas.

Amparados em (NUSSBAUM, 2011; SEN, 2010), afirmamos por nossa conta, que a concordância entre estas áreas assenta-se em: 1) A afirmação da *pluralidade do fenômeno que nomeamos desenvolvimento*; e 2) Quem quer que deseje atuar no campo do desenvolvimento deve manter como *horizonte de preocupação* a vida pela *promoção do diálogo* (hospitalidade) entre sociedades organizadas (pólo) com o aparato Institucional do Estado e ou acadêmica (pólo), tal que, este *diálogo* considere as *capacidades sociais, políticas, econômicas e geográficas* (sensibilidade) que operam entre os pólos a fim de responder a demandas programáticas ou espontâneas (dinâmica) da relação e na vida.

Ao incluir o posicionamento acadêmico como pólo passível ou não de articulação entendemos que um coletivo pode negar-se (dadas as suas capacidades) a viver a partir de um enunciado científico. E é tarefa de quem trabalhe com estas áreas do desenvolvimento contribuir com a ponderação (hospitaleira e sensível as condições desta comunidade) deste posicionamento e se possível estabelecer, pedagogicamente (ÁVILA, 2000, 2008, 2012, 2016) condições para uma atualização do habitual.

Mas, também, nossa compreensão de desenvolvimento, firmando como necessária a articulação de níveis da vida (pluralidade de acontecer), acaba atribuindo ao subdesenvolvimento (abjeto), aquelas pretensões de trabalho com o campo que privatize o fenômeno num nível de análise; ex.: eminentemente econômica, eminentemente histórica, eminentemente administrativa, etc.

A digressão que promovemos a cima nos permite estabelecer alguns critérios éticos que julgamos operarem em todas as áreas destas versões críticas ao desenvolvimento econômico. Agora, podemos pensar as diferenças. E, neste ponto, ao dizer como o título desta sessão *os locais do desenvolvimento e o desenvolvimento local* não temos a pretensão de reduzir as singularidades de cada área ao desenvolvimento local, mas justamente o contrario. Mostrar que pela polissemia da categoria local o campo do desenvolvimento local parece se solver nas preocupações destas outras.

Parafraseando simultaneamente ao cientista político alemão Günther Maluschke<sup>24</sup> que se debruçava sobre política e poder, e ao geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2016, p. 79), que pensava os níveis de compreensão do território. Dizemos há uma “[...] apreciável quantidade de superposições entre as ideias [...] não somente na linguagem do senso comum, mas também nas próprias teorias políticas ou nos discursos da Ciência Política, da Filosofia Política”, “da Geografia Política” e da Ciência do Desenvolvimento.

Estas sobreposições: “[...] (e até mesmo confusões) desse teor costumam estar, nas Ciências Sociais, associadas a divergências de fundo metateórico, que nem sempre chegam a ser explicadas.” (SOUZA, 2016, p. 79). Concordamos com os autores, pois nos parece possível e até inevitável que na linguagem atualizem-se significados. A construção de uma sinonímia, não deixa de ser uma delas (MERLEAU-PONTY, 2003). E o atravessamento de um campo a outro tem sido tema de autores como Bruno Latour<sup>25</sup> e Michel Serres<sup>26</sup>.

De volta ao campo do desenvolvimento, sublinhando o desenvolvimento territorial, endógeno e local, vamos tentar entender o que há nas áreas que foram incorporadas ao desenvolvimento local e aquilo que ele tem de singular para ai então falar do pode vir a ser entendido como o local. Entendendo também que esta é uma palavra que durante as leituras parece ser frequentemente preterida em relação a outras que parecem lhe ser sinônimos.

Tomando como exemplo as publicações de Ávila (2000, 2008, 2012, 2016) e de Le Bourlegat (CASTILHO; ARENHARDT; LE BOURLEGAT, 2009; 2000, 2004, 2008). Autores que participaram da construção da área e de sua consolidação como campo de

<sup>24</sup> Para maiores detalhes Cf.: Maluschke, 1991, p. 354 a respeito de poder, dominação, violência, autoridade e competência.

<sup>25</sup> Cf.: LATOUR, B. **Politics of nature: how to bring the sciences into democracy**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2004.; e LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Laboratory life: the construction of scientific facts**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1986.

<sup>26</sup> Cf.: SERRES, M.; HARARI, J. V.; BELL, D. F. **Hermes--literature, science, philosophy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982.



pesquisa no Brasil, como narra o próprio Fideles de Ávila (2000) em artigo sobre os Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local.

A busca pela palavra revela que *local* dá lugar progressivamente a outras categorias como *lugar*, *espaço*, *região*, *território*. E quando aparece diz de um recorte específico do global, ou conotando território e região. Ambos os autores podem ter deixado progressivamente o uso do termo local voltando-se para as suas preocupações principais de pesquisas sem que justificasse a necessidade de pensá-lo fora do termo.

Além do que, ao menos no início da estruturação do DL no Brasil em meados dos 80, estas palavras já haviam recebido certo sentido pela teoria do desenvolvimento endógeno (ESTEVA, 2010), por um lado, e pelos campos das ciências econômicas e geográficas, por outro (ÁVILA, 2000, 2016).

O que encontramos sob o nome de endógeno assemelha-se ao que Ávila atribui ao desenvolvimento local, ou ainda como prefere o autor, *desenvolvimento local endógeno*. O mesmo passa em Sérgio R. Oliveira Martins para quem o endógeno é processo para a participação comunitária sobre o qual do desenvolvimento se efetivaria, assim como o desenvolvimento local. Nestes casos tomados como exemplo as áreas parecem estar tão emaranhadas e se atravessando que é difícil perceber alguns tons na categoria.

### 3.1 TORÇÕES COM O TERRITORIAL: O TEXTO

O desenvolvimento territorial assenta-se sobre a compreensão de território específica. Ela passa ao largo do contexto político administrativo dos Estados modernos; ao menos para categorizar o termo território. O termo neste contexto liga-se a compreensão escalar “pequenos territórios”, campo e locais. Estas, por sua vez desdobram-se em ao menos três sentidos, identificados por Bosier (2001), a saber: a) *território natural*; b) *território equipado*; e c) *território organizado*.

Esta divisões se sustentam, pois tanto território quanto meio, podem corresponder à superfície transformada e síntese entre o interno e externo, o orgânico e inorgânico, e o humano e inumano, incorporando parte das tematizações do geógrafo francês Élisée Reclus na obra chamada *La Terre* (1868-1869) e de *L’Homme et la Terre* (1905-1908). Em que os termos são utilizados para designar o espaço como natureza primeira disponível à transformação, “humanização”<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Élisée Reclus em obra publicada após sua morte nomeada *L’Homme ET la Terre* (1905-1908) irá distinguir entre o que chamou de *meio estático* e meio dinâmico. Aquela se distingue desta por: (1) modificar-se relativamente pouco em um intervalo de tempo correspondente a uma vida humana e (2) por ser esta característica de uma natureza modificada e apropriada por uma sociedade convertendo-se em um meio mutável.

Seguindo neste esquema do desenvolvimento territorial encontramos um primeiro sentido, *território natural*, denota um corte indeterminado e inespecífico da superfície terrestre (lugar qualquer) e se aproxima da noção de *espaço geográfico* (SOUZA, 2016), ou ainda *território natural*; um tipo de recorte primário em que só é possível reconhecer os elementos da natureza, sem sequer penetração ou, ainda menos, sem intervenção humana.

Nesta orientação genérica e não relacional, afirma Bosier (2001), ela não relevante ao campo do desenvolvimento. E o mesmo parece acontecer para Le Bourlegat (2008), que pensará o território na área do desenvolvimento local, ele precisará ser primeiro habitado. Deve carregar consigo a marca humana, da existência.

O segundo nível territorial que Bosier (2001, p. 6) identifica na teoria do desenvolvimento territorial é o *equipado*, ou ainda *intervencionado*. Nele começariam a ser dadas as condições mínimas para ser pensado pelo desenvolvimento. Nas palavras do autor: “[...] o homem já instalou sistemas (por mais precários que sejam) para transporte, equipamentos (como represas) e até mesmo atividades de produção extrativa (campos de mineração para exemplo).”.

O último nível corresponde ao *território organizado* que Bosier (2001) qualifica como aquele que é marcado por *atividades humanas complexas* e cujas referências analíticas são dadas. Finalmente o desenvolvimento pode voltar-se para o território questionando-se como é feita a apropriação do *território* e como ele é disposto no *sistema político-administrativo*. São estas questões que devem estabelecer as competências territoriais; e sua localização e papel na ordem da vida e Estatal.

Por outro lado, sua análise é voltada para o território como uma superfície modificável, em que arroga o objetivo de identificar na apropriação pelas estruturas institucionais ali presentes o nível de envolvimento humano com o lugar. Neste caso, o afastamento da ideia de território como é matizada pelas Ciências Políticas parece não corresponder às exigências analíticas.

Sobretudo, Souza (2016, p. 78) dirá que é comum a associação da ideia de território com *espaço geográfico* descartando o seu conteúdo Político. Segundo o autor território é fundamentalmente um *espaço de poder*, a que ele recorre a Hannah Arendt para considerar, como a congregação das forças individuais em um potencial coletivo para a ação coordenada de modificação do espaço.

Já o Estado seria a manutenção em institucional e representacional da potência coletiva de atuar na realidade, não só é o que estabelece o território como lugar organizado e articulado para vida pública como também é pelo território que o Estado é possível. E, neste

sentido, o Estado e o território são contemporâneos da habilidade humana própria ao indivíduo de agir em uníssono pelo e no coletivo e expressar poder (SOUZA, 2016).

Seus efeitos são a marca da vontade pública e resultado político das vidas privadas. Analisa que encontramos no desenvolvimento territorial se apoiaria em construtos eminentemente políticos, os mesmos construtos que fundamenta o Estado é o que dá as dimensões concretas do território. Só seria possível nestes termos, um território sem as poder coletivo é sem corpo e sem lugar (SOUZA, 2016).

O território, intrinsecamente público-privado, é o que encontramos em Le Bourlegat (2008). A autora não faz uso destes termos, mas assinala para: o *agir territorial*, a *força territorial*, o *território vivido*, *território*, a *territorialidade* entre outras categorias. Referindo-se a um nível de análise que quando integrada ao corpo local da teoria demonstra o que ela denominou a força holística do território.

De fato, haverá nos textos de Le Bourlegat um rompimento com o sentido de território utilizado no desenvolvimento territorial a que se referia Bosier (2001). O que parece não será rompido com o territorial, é o interesse na investigação das estruturas Estatais. E neste caso Le Bourlegat (2008, 2017a) leva para dentro da área do desenvolvimento local o interesse investigativo pela relação estabelecida entre lugar e quem o habita, incluindo entre elas as formas mais estruturadas e burocráticas.

Uma dos caminhos pelo território para se chegar no local parece ser um das referências de Le Bourlegat, Bernard Pecqueur (1953-). A própria autora (LE BOURLEGAT, 2017a) o cita referindo-se a sua compreensão de território. Na leitura de Le Bourlegat o território seriam as entidades socioeconômicas que se construiriam em uma dimensão em que estão em relação indivíduos e sistemas produtivos.

O local e a área do desenvolvimento local se ligariam ao território. O primeiro como suporte a vida: “[...] ocorria, porque além dos atores se organizarem em rede, encontravam-se enraizados no lugar”, e o segundo “O desenvolvimento local no território tornaria compatível a rentabilidade econômica com a viabilidade social e ecológica, a longo prazo.” (LE BOURLEGAT, 2017a, p. 1).

E de fato, uma rápida leitura de Pecqueur (LAJARGE et al., 2012) nos dá indícios que corroboram este caminho:

O desenvolvimento local "seria o sinal concreto de que estamos entrando em um novo e longo ciclo de industrialização". A relevância do local está

relacionada ao fato de que a mudança de modelo de desenvolvimento passa por uma recomposição territorial.<sup>28</sup>

O território parece entrar no desenvolvimento local ora como perspectiva para fazer ver fenômenos da ordem do aparelhamento institucional (empresarial como é o caso dos arranjos e sistemas produtivos) e do Estado (relação do público e do privado) e da economia (pós-capitalista) e sustentabilidade (holístico). Mas e também surge como alternativa linguística para a palavra local. E neste contexto a sinonímia aponta para o sentido para um matiz da pesquisa na área, tal qual nos referíamos à cima.

O território também se espalhará com um neologismo no campo atual a territorialidade que vão fazer frente a palavras ligadas a uma perspectiva filosófica, psicológica e geográfica, como: a topofilia (TUAN, 2015), pertencimento (ÁVILA, 2016) e a rugosidade (SANTOS, 2012).

Território e territorialidade parecem agora com as articulações darem conta de todo um nível de análise de fenômeno do desenvolvimento. Parecem referir a toda relação de representação (referência) e ser representado (referido) ajustando-se explicativamente a vida.

Um exemplo está no texto *Territorialidade* de Le Bourlegat de 2017. Nele há uma explícita co-implicação de “natureza que condiciona a sociedade e sociedade que condiciona a natureza” (SOUZA, 2016, p. 289); como é possível ser lido no trecho abaixo:

A **territorialidade**, como identidade territorial, manifesta-se nas **particularidades da multidimensionalidade do "vívido territorial"**, seja pelos integrantes de uma coletividade, ou pela sociedade em geral, construída socialmente num processo de **apropriação territorial**, visando garantir maior sustentabilidade e autonomia. (LE BOURLEGAT, 2017b, p. 1 grifos do original)

Mas bem, foquemos agora em pensar a sinonímia de território com o local. Havíamos apontado anteriormente a habitualidade com que a palavra território é associada a ideia de *espaço geográfico* (SOUZA, 2016). Havíamos também nos referido ao seu contexto político e de poder, contexto em que Sack (2002, p. 114) irá firmar suas discussões sobre a territorialidade humana. Para ele, se o poder é potencia coletiva para a concretização de uma vontade é, dentre outras coisas, o território.

<sup>28</sup> Cf. Original: “Le développement local « serait le signe concret que nous entrons dans un nouveau cycle long d'industrialisation ». La pertinence du local est liée au fait que le changement de modèle de développement passe par une reposition territoriale. Mais, faire du développement local un principe opératoire d'une alternative est un pari risqué car dans les structurations en cours plusieurs stratégies sociales contradictoires sont à l'œuvre et, on le sait, cette thèse est en débat depuis plusieurs années. Mais c'est aussi un pari stimulant, car il conduit à un exposé systématique des conditions du développement.”

Uma qualidade essencial de nossas vidas é que somos criadores de lugares. Criamos lugares - áreas delimitadas e controladas do espaço que contêm regras sobre o que pode ou não ocorrer (ou lugares-como-territórios) - para que projetos possam ocorrer. Praticamente todos os nossos empreendimentos requerem tais lugares, e eles variam desde a pequena escala da sala até a grande escala do estado-nação. Esses lugares e as atividades que eles apóiam afetam a realidade. Mesmo que influenciem apenas uma pequena porção do real como existe na vastidão do cosmos, a área que afetamos - a Terra - é para nós uma parte muito importante do real. O lugar afeta a realidade em termos de adição, subtração e alteração de atividades. Construir uma nova cidade é uma alteração ou um acréscimo. Assim também está construindo uma plantaçaõ com mão de obra escrava ou um campo de concentraçaõ.

Seu logro, ter (Estado) ser de (indivíduo) um território é o logro de tudo o que possa haver com ele. O território, esta dimensão humana que se assenta interativamente sobre um substrato material, quando se destaca dela coisificando-a, faz das coisas (vivas e não vivas) que compõe o substrato, disponíveis .

Dá a elas o status de recursos. O substrato material donde, e por onde o território é, pode ser desenvolvido como o que posso extrair dele. Em outras palavras, o território enquanto lugar onde se assenta a vida esta disponível à doma (SACK, 2002; SOUZA, 2016).

Propriamente enquanto se mantenha o cuidado de não se reduzir o território ao substrato material; de outra forma, enquanto território for uma relação dinâmica de produção de sentidos e significados dentre eles o Estado, a instituição, etc., a sinonímia entre local e território não é totalmente equivocada somente parece estabelecer um compromisso com determinada visada para o fenômeno local, ligada a saber: a) Uma relação política e institucional; b) uma articulação econômica; c) uma constituição identitária.

### **3.2 TORÇÕES COM O ENDÓGENO: O TEXTO**

O desenvolvimento endógeno tem seus primeiros momentos entre as décadas de 1950 e 1960 e em meio às discussões da *Conferência Mundial Tripartida sobre Emprego, Distribuição de Renda e Progresso Social da Divisão Internacional do Trabalho da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco). Nele pesquisadores da Unesco e externos demonstraram a preocupação com mudanças expressivas no cenário mundial. Sobretudo no que diz respeito, a) a dependência dos mercados regionais do internacional, b) a diminuição da diversidade produtos, típicos de uma especialização do mercado interno, e c) a subvalorização e ou extinção de singularidades tradicionais e modos de vida específicos (VÁZQUEZ-BARQUERO; RODRÍGUEZ-COHARD, 2016).

Ainda aqui a atenção esta voltada à economia. E não se trata de observar, mesmo que empaticamente a singularidade do outro, mas sim capilarizar o sistema produtivo para diminuir custos operacionais e minimizar impactos de novas e possíveis crises. O que não quer dizer que a estratégia endógena não contenha elementos de uma proposta humanista (em seu sentido comum: voltado para o homem) no desenvolvimento, mas sim que estes elementos não são um fim em si-mesmo (VÁZQUEZ-BARQUERO; RODRÍGUEZ-COHARD, 2016).

O projeto do desenvolvimento endógeno é contraponto ao desenvolvimento em etapas de Rostow que pressupunha um desenvolvimento escalonado segundo complexidade do mercado consumidor e abrangência do sistema produtivo. Em tal estrutura pressupunha-se a subida progressiva desde as formas mais elementares, autóctones e regionais de trocas mercantis até as formas mais complexas e globalizadas do capitalismo. O desenvolvimento endógeno por definição, não pode se assentar sobre a condição de sair de si-mesmo para desenvolver (ESTEVA, 2010).

É um projeto que tem como objetivo principal fortalecer o mercado interno. Enquanto pratica, se trata de voltar-se a si mesmo buscando elementos que lhe são próprios para atender demandas programáticas (em certa medida previsíveis) ou espontâneas (imprevisíveis)<sup>29</sup> que possam estar associadas as necessidades básicas humanas. E desta forma, desenvolver endogenamente é fazer frente às agendas desenvolvimentistas de tipo exportação (ESTEVA, 2010).

Ao assumir tal caráter, o modelo (por nossa conta), toma pra si ao mesmo tempo a uma virtude e a uma maldição. Virtude, por que enquanto endógeno, ele diz de uma estrutura corporal que se retroalimentar e se auto-compreende (tem o que lhe é próprio). Maldição, por que por arrogar-se pensar endogenamente passa a ter de cuidar-se reiteradamente para não isolar seu corpo do contato com outros corpos, arriscando tornar-se vulnerável a mudanças que lhe são dependentes, mas externas.

Não obstante, a proposição de que há uma via pela qual se pode promover o desenvolvimento pela participação comunitária, e assim, se aproximar das necessidades humanas fundamentais específicas de uma região, e aqui entendidas como *escala humana*, é

---

<sup>29</sup> Retiro a compreensão de demanda programática e espontânea da minha experiencia pratica pessoal e de leitura sobre as políticas públicas de saúde voltadas para a atenção básica a saúde. Aqui estas noções não foram desenvolvidas como deveriam para chegar a elaboração que se encontram no campo da Saúde. Deixo em aberto esta possibilidade, assinalando como intuição que com o devido tratamento, a programaticidade e a espontaneidade poderia contribuir servir como porta de entrada para a dinamicidade do conceito de desenvolvimento, dado que programaticidade e a espontaneidade implicam também em movimento no fluxo de temporalidade.

ganho significativos para as áreas do desenvolvimento que dispunham somente até então de vias mediadas para a análise (LEITE, 2015).

Visando suas pretensões pressuporiam requisitos que foram organizados, segundo Bosier (2001), no bojo das pesquisas de Stöhr e Todtling<sup>30</sup>. Estes requisitos estabelecem critérios para análise das necessidades humanas, pensando os processos decisórios: a) donde partem as demandas, se de um coletivo organizado, ou se das estruturas institucionais do Estado; b) quem são os agentes (instituições ou coletivos organizados) envolvidos e como eles atuam na efetivação das decisões tomadas no território e c) quem é impactado pelas decisões comunidades, instituições, meio ambiente etc.

Há um componente político de transformação associado ao que o desenvolvimento chama de endógeno. Ele é associado a capacidades de reagir a desafios externos coletivamente e internamente dispor de meios para o processo decisório. Que se traduzem, por outro lado, na capacidade de introduzir formas específicas de regulação social em nível local que favoreçam o desenvolvimento das características acima. O desenvolvimento endógeno é, em outras palavras, a capacidade de promover mudanças em nível local (ÁVILA, 2012; BOSIER, 2001).

Estes critérios aparecem em Ávila (2016, p. 70) como o *desenvolvimento local endógeno* relacionado com o que ele chama de *fatores endógenos* do desenvolvimento local. Para o qual ele refere ser “potenciais, dinamismos e forças tanto individuais, familiares e coletivos quanto físico-ambientais presentes explícita ou implicitamente no cotidiano de cada comunidade localizada.”, que garantiriam *a sobrevivência individual ou coletiva*.

E são também estes critérios que parecem operando em sua matização dos modelos de desenvolvimento. Fidelis (2000, 2008, 2012, 2016) caracteriza o desenvolvimento observando constância do local. O local é neste caso algo que dura e resiste, mesmo quando o modelo de desenvolvimento é exógeno. E neste caso, o que matiza o desenvolvimento não seria a presença ou não disso que é território e que pode ou não ser endógeno.

Ele assinala três modos de relação: a) desenvolvimento para o local; b) desenvolvimento no local; e, c) desenvolvimento local. Os dois primeiros *para o local* e *no local* se caracterizam por seus projetos de desenvolvimento possuam desenhos de agentes, experts, externo a comunidade. A diferença entre estes matizes é a forma com que os agentes locais atuam nos momentos de implementação e construção da agenda de desenvolvimento (ÁVILA, 2000, 2008, 2012, 2016).

---

<sup>30</sup> Cf.: STÖHR, W.Y.; TODTLING, F.. “Spatial Equity: Some Anti- Theses to Current Regional Development Strategy”. *Papers of the Regional Science Association*, v. 38, n.1, 1977.

No primeiro, desenvolvimento para o local, não há participação em nenhum dos momentos dos *agentes locais*. O local é passivo e totalmente disponível, não oferece resistência. O segundo, *no local* expõe o local como meio no qual o desenvolvimento acontece. Neste sentido, local tem conotação muito semelhante da aproximação de território como substrato material. Pois desconsideram a dimensão da vida, ou ao simplificar território como um pedaço da plataforma continental, ou ao simplificar o local como um corpo manobrável e objetivável (ÁVILA, 2000, 2008, 2012, 2016).

Acrescentaríamos ao segundo, por nossa conta e a título de suspeita, de que o local participaria, também, deste modelo de desenvolvimento quando objetivada, datificada, por pesquisas; ele “contribui” na construção de um modelo oferecendo passivamente seus dados mesmo quando cumpridas os requisitos protocolares da ética de pesquisa. Neste ponto cuidados éticos não protocolares de reconhecimento e sensibilidade do outro, como por exemplo, a devolutiva serviram para uma tentativa de fazer falar os participantes de uma pesquisa à pesquisa.

Nestas formas de relação estabelecida do local para com os seus processos decisórios e implementação, sobressai uma relação não ética nos termos que dispusemos anteriormente. O local parece objetivado; e uma ambiguidade parece fundamental: o desenvolvimento dispõe do local o tem como recurso. Um contraponto a esta completa disponibilidade é a importância que Ávila (2012) atribui a educação para o desenvolvimento. Esta é a forma com que ele encontra de operacionalizar o que o desenvolvimento endógeno considera ser a capacitação do território para as demandas internas e externa (BOSIER, 2001).

Pareceu-nos que o peso de sua discussão não fica restrito a uma concepção de Desenvolvimento Local. Ao invés, Ávila desdobra a área em um exercício pedagógico para o desenvolvimento, para a autonomia e emancipação do local. E, sobretudo, como estratégia para construção de condições aos projetos de desenvolvimento que se querem locais resistentes, e neste caso parece que a proposta de desenvolvimento local encontra eco nos últimos trabalhos de Nussbaum (2011, 2015).

Uma pedagogia desta forma expõe algumas questões que dizem respeito a que/quem é o local que vive o desenvolvimento. O que fica marcado como uma que recaímos no erro de desconsiderar o local *ao localizarmos o desenvolvimento*; de entender: “... apoiar, promover ou fazer qualquer coisa localizada numa comunidade definida já significa[ria] automaticamente apoiar, promover ou fazer DL.” (ÁVILA, 2012, p. 24).



#### 4. O DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até aqui trouxemos algumas questões que parecem ser importantes para pensar o campo do desenvolvimento e a área desenvolvimento locais. Cabe-nos agora desenvolver um pouco do que foi trabalhado até agora frente a teoria específica da área.

Primeiro é importante ter ciência que o desenvolvimento local, como diz Bosier (2001), refere local como a variada forma de manifestações e dimensões territoriais. Ao se referir a variadas formas é assinalar que desenvolvimento local observará a diferença e a manifestação desta diferença dentro de seu processo analítico. E não obstante parece que essa definição carece ser mais bem trabalhada.

Pensado junto à Souza e sua visão Arentiana de território inseparável da política de Estado, e recuperando esta leitura aqui, o território seria entendido como o logro da manifestação do poder coletivo em uníssono às vontades individuais. Portanto, ao falar que o desenvolvimento local percebe as variadas formas de manifestações e dimensões territoriais, lançamos o campo para uma discussão das relações humanas de força e poder.

Essas vontades individuais e coletivas que possuem demandas específicas podem ser orientadas como Ávila discutia em uma forma educacional de atuação da área e em benefício de articulação de forças para promoção de modificação do espaço. É importante assinalar que quando falamos de uma modificação do espaço retomamos co-implicação de território, coletivos e indivíduos que se por um lado tornam o território, territorializável por outro territorializa os coletivos.

Há que indicar que o desenvolvimento local é então esta forma específica da área e o local dentro deste contexto, ademais de ser como afirma Bosier (2001) arrazoado confuso na literatura da área. Tem ao menos uma importante característica, ele é resistente ao desenvolvimento. Quando dizemos isto apontamos para a ideia de que ele é uma relação escalar em que operam forças individuais em uníssono através da vontade coletiva alinhada pelas demandas espontâneas e programáticas na construção de uma agenda particular e própria para o desenvolvimento.

\*\*\*

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Barcelona (ESP): Gredos, 1988.
- ÁVILA, V. F. Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p. 63–76, set. 2000.
- ÁVILA, V. F. **Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB e diplomado em qualquer curso de graduação Desenvolvimento Local**, 2008. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentolocalvfa.com.br/2010/08/16/mestrado-em-desenvolvimento-local-ucdb-e-diplomado-em-qualquer-curso-de-graduacao/>>
- ÁVILA, V. F. Dupla relação entre Educação e Desenvolvimento Local (endógeno-emancipatório). **Paidéia Revista do curso de pedagogia da Universidade FUMEC**, v. 9, n. 12, p. 13–49, jun. 2012.
- ÁVILA, V. F. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). **Interações (Campo Grande)**, v. 8, n. 13, p. 133–140, fev. 2016.
- BAPAT, J. **Development projects and critical theory of environment**. New Delhi; Thousand Oaks, Calif: SAGE Publications, 2005.
- BOSIER, S. Desarrollo (Local): ¿ de qué estamos hablando? In: MADDOERY, O.; VÁZQUEZ BARQUERO, A. (Eds.). **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosário (ARG): Editorial Homo Sapiens, 2001. p. 22.
- BRISTOW, G.; HEALY, A. Crisis response, choice and resilience: insights from complexity thinking. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 8, n. 2, p. 241–256, 1 jul. 2015.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução Key Amana. São Paulo (SP): Cultrix, 2010.
- CASTILHO, M. A. DE; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **Interações (Campo Grande)**, v. 10, n. 2, dez. 2009.
- CHURCHILL, W.; ROOSEVELT, F. **Carta do Atlântico** (Organização das Nações Unidas, Ed.) Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo, , 1941. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html>>
- DOWBOR, L.; POCHMANN, M.; SANTOS, A. C. (EDS.). **Políticas para o desenvolvimento local**. 1ª edição ed. São Paulo, SP, Brasil: Editora Fundação Perseu Abramo : Instituto Cidadania, 2010.
- ESTEVA, G. **Development** (W. Sachs, Ed.) **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. London: Zed Books, 2010.
- JOUEN, M. et al. **Cohesion policy support for Local Development: best practice and future policy options**. Geneva, Switzerland: adetef.; Notre Europe; AEIDI; CC, 2010.

LAJARGE, R. et al. **Ressources territoriales: gouvernance et politiques publiques**. [s.l.] HAL, archives-ouvertes.fr, 2012. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00700760>>.

LE BOURLEGAT, C. A. Ordem Local como força interna de desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p. 13–20, set. 2000.

LE BOURLEGAT, C. A. **Sustentabilidade Local**. Sinpan 2004. **Anais...** In: IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICO DO PANTANAL. Corumbá (MS): Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nov. 2004

LE BOURLEGAT, C. A. **Do território produzido e vivido ao dinamismo territorial**. Campo Grande, MS, 2008. . Acesso em: 4 dez. 2018.

LE BOURLEGAT, C. A. **Desenvolvimento Territorial (texto pedagógico)**. Campo Grande (MS), 2017a.

LE BOURLEGAT, C. A. **Territorialidade**. Campo Grande (MS), 2017b.

LEITE, A. **Todos fazendo Bonito: Uma história de desenvolvimento territorial**. 1. ed. Campo Grande, MS: SEBRAE, 2015.

MEDEIROS, C. A.; MAZAT, N. Geopolitics, Geoeconomics, and Development Strategies in the New Millennium. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRONDINO, G. (Eds.). . **Development in Latin America**. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 89–122.

MERLEAU-PONTY, M. The Crisis of Understanding. In: **Adventures of the dialectic**. Northwestern University studies in phenomenology & existential philosophy. Tradução Joseph Bien. Evanston [Ill.]: Northwestern University Press, 1973. p. 9–29.

MERLEAU-PONTY, M. **A prosa do mundo**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. **El Mundo de la percepción: siete conferencias**. Tradução Víctor Goldstein. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. Tradução José Artur Gianotti; Armando Mora. 4. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2009.

NUSSBAUM, M. C. **Creating capabilities: the human development approach**. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

NUSSBAUM, M. C. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. Tradução Fernando Santos. 1. ed. São Paulo (SP): WMF Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA MARTINS, S. R. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 51–59, 2002.

QUETEL, C. **História da Segunda Guerra Mundial**. Tradução Pedro Eloi Duarte. 1. ed. [s.l.] Edições Texto & Grafia, 2010. v. 16

SACHS, W. (ED.). **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. 2. ed ed. London: Zed Books, 2010.

SACK, R. D. (ED.). **Progress: geographical essays**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2012.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. 5. ed. São Paulo (SP): Companhia de Bolso, 2010.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2016.

TRUMAN, H. S. **Inaugural Addresses of the Presidents of the United States** U.S. G.P.O.: for sale by the Supt. of Docs., , jan. 1949. Disponível em: <<http://www1.bartleby.com/124/pres53.html>>

TUAN, Y.-F. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução Livia De Oliveira. Londrina, PR: Eduel, Universidade Estadual de Londrina, 2015.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A.; RODRÍGUEZ-COHARD, J. C. Endogenous development and institutions: Challenges for local development initiatives. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 34, n. 6, p. 1135–1153, set. 2016.

WALLERSTEIN, I. M.; CECENA, A. E. Economic Inequality, Stratification, and Mobility. In: **The world is out of joint: world-historical interpretations of continuing polarizations**. London; New York: Routledge, 2016. p. 61–94.

WINTERHALT, K. R. Truman's New Deal: Point Four and the Genesis of Modern Global Development. **University of Saskatchewan Undergraduate Research Journal**, v. 4, n. 2, p. 9, 2018.

---

**CAPÍTULO 2 - MERLEAU-PONTY. A PELE E O  
DESENVOLVIMENTO.**

---

## MERLEAU-PONTY. A PELE E O DESENVOLVIMENTO.

### RESUMO

Há várias apropriações da fenomenologia em curso, que às vezes são objeto de crítica por serem eivadas de idealismo. Aqui ensaiamos uma visita a alguns lugares da obra de Maurice Merleau-Ponty para iluminar o campo sempre em construção da teoria para um desenvolvimento local. Que tenha em mente a textura do local, no âmbito da construção teórica da rede de conceitos anteriores e condicionantes de todas as agendas. Ensaíamos uma exploração de troncos chave de sei pensamento tentando encontrar, na sua busca de uma descida ao mundo, pontos de orientação seguros para não perder de vista a realidade, como é entretecida no cotidiano. Se, como mostraremos, não se pode aceitar uma fenomenologia sem fenômeno, muito menos um local sem pele.

### PALAVRAS-CHAVE:

Merleau-Ponty; Teoria do Desenvolvimento Local; Fenomenologia.

### ABSTRACT

There are several appropriations of phenomenology underway, which are sometimes the object of criticism because they are full of idealism. Here we rehearse a visit to some places in the work of Maurice Merleau-Ponty to illuminate the field, always under construction of the theory for local development. Bear in mind the texture of the place, within the framework of the theoretical construction of the network of previous concepts and conditions of all agendas. We rehearsed an exploration of key trunks of knowledge, trying to find, in its search for a descent into the world, safe points of orientation so as not to lose sight of reality, as it is interwoven in everyday life. If, as we will show, a phenomenology without a phenomenon cannot be accepted, much less a place without skin.

### KEY WORDS:

Merleau-Ponty; Local Development Theory; Phenomenology.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto que tem como objetivo *fazer ver e fazer falar* a fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty ao campo do desenvolvimento. Ele é parte do esforço de pesquisa de uma *Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local* que propôs analisar a dinâmica do

conceito de local a partir de Merleau-Ponty. Especificamente este artigo explorará alguns elementos da fenomenologia merleau-pontyana que contribuam para a construção de pesquisas que arroguem a responsabilidade de pensar no campo do desenvolvimento.

Com este objetivo, um primeiro passo é pensar de que forma e com quais aspectos a fenomenologia pode contribuir ao campo. Um trabalho que encontra caminhos já iniciados por pesquisas em áreas do conhecimento científico que integram ao campo desenvolvimento, como a: geografia (Ex.: DE LA FUENTE et al., 2015), história (Ex.: STAEHLER, 2017), sociologia (Ex.: SPURLING, 2014), ciência e filosofia política (Ex.: PLOT, 2014), direito (Ex.: HAMRICK, 1987) e arquitetura e urbanismo (Ex.: HALE, 2017). Cada uma destas áreas ao seu modo e frente as suas particularidades incorporaram e operacionalizaram *um tipo de fenomenologia*.

Designadamente ao campo do desenvolvimento, haveríamos de nos perguntar se é suficiente que as contribuições da fenomenologia dependam das leituras e perguntas externas, ou se caberia uma aproximação desde os próprios pressupostos do campo. Para responder a esta pergunta nos amparamos por, um lado, no campo dos *Estudos do Desenvolvimento* e, por outro, nos *Estudos Críticos do Desenvolvimento*. O primeiro, encurtando o caminho histórico que é necessário para maior elucidação, é um campo de estudos interdisciplinar que se preocupa em pensar o desenvolvimento, desde suas muitas formas de compreensão, constituindo um saber e uma pratica que possa contribuir para transformação sócio-política.

Já o segundo, *Os Estudos Críticos do Desenvolvimento*, preocupa-se principalmente em evidenciar sistematicamente pressupostos teóricos e implicações de teorias de base e outras camadas de intercâmbio intelectual nas iniciativas práticas que dão corpo a campos como o desenvolvimento e a sustentabilidade (BAPAT, 2005). Mais especificamente, pensam o campo do desenvolvimento no brasileiro e latino-americano num contexto político-econômico neoliberal, marcado pela ideia de progresso de e crescimento econômico (SACHS, 2010). Um contexto que se espriam por disciplinas científicas já acostumadas a planejar (geografia), calcular (economia) ou reportar (história) e fazendo com que assumam compromissos em relação a agentes interessado no desenvolvimento.

Ora os bancos (caso da Economia), ora os agentes institucionais (caso da Geografia), ora os agentes disciplinadores (caso da história) tomam a palavra e transformam o discurso desenvolvimento e operando uma agenda de interesses, que por vezes, são indiferentes às comunidades que as vivem (FERNÁNDEZ; BRONDINO, 2019). Enquanto isso, gestado nas humanidades, surge um apelo por uma forma de operar o desenvolvimento

que esteja alinhada as escuta do diverso, caipira, tradicional e simples (BAPAT, 2005). E acena para necessário aprofundar da sensibilidade para que os debates sejam mais qualificados na construção de capacidades de sujeitos e coletividades para a vida (NUSSBAUM, 2011). Neste sentido os estudos críticos do desenvolvimento, apontam para necessidade de repensar o campo. De forma tal, que seja possível *fazer ver e fazer falar* as muitas e particulares formas de experienciar a vida (BAPAT, 2005; FERNÁNDEZ; BRONDINO, 2019).

A aproximação à fenomenologia, por um lado, possibilitaria resposta à demanda crítica acerca de noções e movimentos de pensamento que ditaram sem oposição interna as ciências do desenvolvimento e as agendas de desenvolvimento neoliberais, permitindo a análise e problematização da produção de conhecimento no campo do desenvolvimento. Esta perspectiva toma a fenomenologia desde sua crítica às ciências modernas que resultou em uma epistemologia fundamentalmente cética e estruturalmente analítico-descritiva. Por outro, a fenomenologia, também, seria importante, para qualificar a escuta e sugerir insights para a reflexão e, quem sabe, alguns rumos para o interior da experiência a que denominamos como sendo o local, o diverso, caipira, tradicional e simples. Mas antes que julgemos ter logrado encontrar uma forma e aspectos que permitam a fenomenologia contribuir ao campo.

Pesa ainda um contraditório ao sobredito que nos importa pensar. Recentemente publicado por Perus (2018), *Un problema de las Ciencias Sociales latinoamericanas: sobre los orígenes supuestos y los reales*, encontram-se análise de apropriações da fenomenologia husserliana e heideggeriana em pesquisas do campo das ciências sociais latino-americanas, que aponta que a fenomenologia associada ao campo, não foi capaz de promover as prometidas discussões e mudança nas heranças históricas e coloniais da região. Para o autor, isto se justifica, pois a metodologia analítico-descritiva especializada da filosofia teria feito proliferar nas pesquisas uma espécie de *relato de experiência* que desconecta pesquisadores e resultados da facticidade e mundanidade das questões do homem local e suas comunidades, histórica e culturalmente atrelado.

A crítica de Perus pode ser lida ao menos de duas formas, uma como crítica aos tipos de fenomenologia criadas dentro de contexto específico da leitura da filosofia por um campo de conhecimento científico. Sobre esta forma de entender a crítica, pesariam as análises e as asseverações de Castro (2016), que aponta para a necessidade de manter-se observante na tarefa de aproximação à fenomenologia dos seus fundamentos epistemológicos e de suas implicações possíveis. De outra forma que ler a crítica, corresponde a um questionamento quanto a capacidade da fenomenologia de responder as necessidades práticas



de uma população. Esta segunda crítica, exige uma argumentação mais elaborada do que pretendemos com o texto deste artigo, mas com sorte lançaremos alguns elementos que podem corroborar para análise mais aprofundada do tema.

Não obstante, precisamos dizer que esta segunda crítica de Perus (2018) encontra correspondência na fenomenologia como é o caso de Hannah Arendt (1994) ou de Merleau-Ponty (2006a), que indicam que filosofia fenomenológica de Husserl e Heidegger, todavia contribuíam para a construção de uma abordagem filosófica absolutamente mundana, não se responsabilizavam por ele, mundo. Por exemplo, Arendt (1994) em *What Is Existential Philosophy?*, aponta que uma leitura de Husserl do voltar-se para aquilo que posso ter por minhas experiências indicaria um desatar-se do mundo (solipsismo). Ou ainda, focada em Heidegger, que uma análise autêntica do *ser que sou cada um em cada caso (Dasein)* pode ser entendida como um apelo à *solidão* e retorno ao próprio, privado e distanciado.

Estas críticas iniciais que escolhemos para enfrentar, em Perus e no seio da fenomenologia, colocam-nos, dentre outras questões que poderão ser pensadas a contento, frente necessidade de estabelecer uma apropriação com a fenomenologia mantendo como horizonte a responsabilidade do *campo do desenvolvimento em sua vertente crítica*. Para tanto o passo seguinte é encontrar nas estruturas fundantes da filosofia e do campo uma região de convergência epistemológica que permita apontar para um sentido igualmente válido a ambos. Para tanto há que se fazer uma breve mais importante digressão a respeito do que vem ser a fenomenologia.

## 2. AS CONDIÇÕES PARA A PESQUISA: A FENOMENOLOGIA

É interessante como, mesmo após cem anos desde as primeiras publicações de Edmund Husserl, a fenomenologia ainda careça de apresentações. Esta frase bem poderia ser entendida como uma paráfrase do Prefácio da *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty (2006b) que já em 1945 apontava com certo espanto para a pergunta pelo que é a fenomenologia. Mas não. Esta frase parece necessitar sempre ser refeita. Em parte porque o projeto Husserliano de filosofia articulado para um fim específico resultou numa multiplicidade de projetos cuja empresa de uma única e terminante explicação não seria possível. O que foi de certa forma enunciado e previsto pelo próprio Husserl ao dizer que a fenomenologia era um *trabalho de muitas mãos*.

Ou ainda, como escreve Paul Ricoeur (2004, p. 9 nossa tradução) em sua *À l'école de la phénoménologie*, ela seria:

[...] soma do trabalho husserliano e heresias de Husserl; é também a soma das variações do próprio Husserl e, em particular, a soma das descrições propriamente fenomenológicas e interpretações filosóficas pelas quais ele reflete e sistematiza o método.<sup>31</sup>

Tentemos, no entanto, fazer um sobrevôo as questões que são fundamentais para a fenomenologia husserliana e nos colocar em seu pensamento, mesmo que a primeira vista esta seja uma intercessão de exigências quase inconciliáveis. Todavia, e é preciso começar: a fenomenologia é uma área da filosofia preocupada em estabelecer uma alternativa ao modelo de ciência moderna Ocidental operacionalizado, por um lado, pelas ciências empiristas e positivistas, e, por outra pelo idealismo e cartesianismo (THÉVENAZ, 2017). O primeiro, estruturado baixo a coincidência entre a compreensão de real e de verdadeiro, e o segundo, na separação e independentização de sujeito em relação ao objeto (CASTRO, 2016).

Segundo Husserl (2009), a igual objeção das ciências empíricas e idealistas, baseia-se no que chamou de *A ingenuidade da ciência (Die Naivität der Wissenschaft)*. Por um lado, a ciência cria ter desenvolvido uma forma de extrair do mundo, enunciados capazes de dizer o quê as coisas são em-si. Capacidade assentada, tanto na antecipação do que as coisas são, independentes em-si, evidentes, sem resistência (passivas e disponíveis) quanto na compreensão de que a nossa relação com as coisas seria imediata *Natural*, ou seja, que as coisas são tal qual as percebemos comumente no mundo, e, corresponderiam ao que pensamos sobre elas, numa relação que Husserl (2006a) chama de *Atitude Natural*.

Por outro, a ciência moderna Ocidental supõe haver uma coincidência entre o conceito de *realidade* e o de *verdade*: o real é por essência verdadeiro e tudo quanto se possa dizer de algo visa dar-lhe caráter de realidade. Um dos resultados desta coincidência e que resultará em uma mudança profunda em como pensamos e atuamos, científica, filosófica e politicamente, diz da correspondência entre o real e o racional resultado das elaborações lógicas da filosofia hegeliana, que nas palavras de Castro (2016, p. 21): “O modelo centrado no *ego cogito*, na relação direta entre realidade e verdade, nas estruturas mecânicas, acabou fazendo do modelo racional mecânico um ideal regulativo para toda a sociedade”.

Com efeito, a fenomenologia não tratara de perfazer um caminho partindo da suposição de fatos externos (empiristas e positivistas) ou internos (idealismo e cartesianismo). Ao contrário, ela põe provisoriamente em suspenso e silencia a questão que interroga sobre a realidade, tanto objetiva (*quid*) como a dos conteúdos da consciência. E

<sup>31</sup> Cf. Original: Si bien que la phénoménologie au sens large est la somme de l' œuvre husserlienne et des hérésies issues de Husserl; c'est aussi la somme des variations de Husserl lui-même et en particulier la somme des descriptions proprement phénoménologiques et des interprétations philosophiques par lesquelles il réfléchit et systématise la méthode. (RICOEUR, 2004, p. 9)

passa a orientar seus esforços para a realidade na consciência (*quod*), ou seja, para aquilo que logro pensar pela relação como a realidade (*ego cogito cogitatum*). A diferença é importante, sobre tudo, por que como pensado de uma consciência a fenomenologia estabelece uma interdependência constitutiva e institutiva do conhecimento; eles passam a ser intencionados (HUSSERL, 2006a, 2006b).

Husserl chamará de essências este dado da consciência intencional. O que precisa ser diferenciado da compreensão de representações subjetivas (dados psicológico) ou das realidades ideais. O autor, faz tal diferenciação por meio do recurso ao fenômeno, uma noção que tem história, e que poderia ser narrada desde a filosofia antiga (CASTRO, 2016, p. 17–18) acrescentando matizes importantes ao fenômeno e para compreensão do conceito na filosofia husserliana e na fenomenologia. Mas como é-nos urgente falar da fenomenologia de Merleau-Ponty e estabelecer o diálogo que propusemos com o campo do desenvolvimento, optamos compreendê-la desde a sua conceituação heideggeriana (que possui pontos que serão pensados por Merleau-Ponty), a saber: *fenômeno é aquilo que se mostra/oculta tal qual se mostra/oculta dado suas condições de mostra/ocultação, ou fenomenalidade* (HEIDEGGER, 2012).

O fenômeno aquilo que se mostra, se libera, o se dá por si mesmo (*Selbstgebung*) e que apercebo. Ele exigirá um método próprio para sua compreensão. A este respeito a filosofia fenomenológica terá dissidências importantes, por exemplo em Heidegger (2012) a fenomenologia será um movimento de *ver e fazer ver aquilo que se mostra tal como se mostra a partir de si mesmo*. Em Husserl ele consiste em que em face dos conteúdos apercebido da consciência, possamos, como sintetiza Thévenaz (2017, p. 253) descrever: “[...] tais quais se dão, como pura e simples visada da consciência, como significações, a torná-los visíveis e aparentes como tais.”.

Destarte, entre o desenvolvimento e a fenomenologia, agora é possível afirmar haver em comum que ambos os seus conhecimentos ancoram-se na percepção do real como Outro (diferente de si-mesmo), não importando se este real é entendido como fenômenos sócio-político-geográficos, remetendo-nos, por exemplo, a autores como Milton Santos (2002, 2007, 2012), ou como o fenômeno em sentido fenomenológico a que se referirá Husserl (2006a, 2012), Alfred Schutz (1975) e, em especial a este texto Merleau-Ponty (1973). Pois tudo que existe, existe aí no mundo como irrefutável *presença* percebida como *diferente – como coisa outra – fenômeno*.

E nesta esta região comum entre fenomenologia e o campo do desenvolvimento que podemos começar o trabalho de diálogo. O fenômeno como aquilo que simplesmente se

mostra deve ser pensado, agora desde uma perspectiva merleau-pontyana visando estabelecer uma visada que a nosso ver permite cumprir com o itinerário crítico e ao mesmo tempo propositivo e político do desenvolvimento. Um que nos põem frente ao mundo e seus habitantes (MERLEAU-PONTY, 2006b) e nos permitem fazer o movimento de *volta às coisas mesmas* (HUSSERL, 2006a). Neste ponto: encontrar um movimento para redescobrir o contato ingênuo com o mundo dando-lhe suficiente atenção – que a filosofia de Husserl delineia um possível caminho e que será a tarefa filosófica de Merleau-Ponty.

### **3. A FENOMENOLOGIA DE MARICE MERLEAU-PONTY COMO CAMINHO DESCENDENTE AO MUNDO**

A fenomenologia de Merleau-Ponty se assenta em um trabalho já feito, e não por qualquer motivo os escritos de Husserl, disponíveis em Louvain (Bélgica [BEL]) nos Arquivos-Husserl após o início da Segunda Guerra Mundial, foram seu campo de trabalho mais profícuo. Neste empenho ele logrou, à época em que pouca coisa havia sido publicada do fundador da fenomenologia, encontrar um grande número de manuscritos inéditos que expunham os caminhos de pensamento husserliano (BECH, 2005). Esta oportunidade lhe abriu as portas para conhecer uma parte do filósofo alemão e de seu empenho com a fenomenologia que só seria publicamente conhecida a partir do ano de 1950 com a publicação da primeira edição da coleção Husserliana. Em meio aos escritos de Husserl, Merleau-Ponty não se furtou do desejo de analisar as últimas consequências as ponderações do seu autor assim como de, a partir delas desenhar um caminho próprio para sua fenomenologia (BECH, 2005; PERRUCHOUD GONZÁLEZ, 2017).

A sua dependência da fenomenologia é anunciada em textos dedicados a Husserl, como é o caso do *Husserl at the Limits of Phenomenology, O Filósofo e sua sombra* e mesmo a introdução da *Fenomenologia da Percepção*. Neles além de expor sua leitura, também empreender a defesa da fenomenologia e de Husserl das críticas que já começavam a serem desenhadas. Dentre elas, as que Merleau-Ponty dedica mais empenho na primeira fase de seus trabalhos, correspondem as apontavam a proximidade da disciplina com o idealismo. Basicamente ele se opunha a considerar o recurso fenomenológico do fenômeno (como o apercebido da consciência) uma (des)mundanização (retorno idealista) da fenomenologia; não é um simples retorno ao sujeito psicológico, e sim se opõe: “[...] a uma análise noética que faz o mundo repousar na atividade sintética do sujeito a sua ‘*reflexão noemática*’, que reside no objeto e explicita uma unidade primordial em lugar de engendrará-la.” (MERLEAU-PONTY, 2006b, p. 5).

O autor defenderá que seu método fenomenológico que assim como o de Husserl, se *volta às coisas mesmas* num conhecimento que não é caminho de ascensão as ideias, mas de descida ao mundo, no e com e pelo o mundo (PERRUCHOUD GONZÁLEZ, 2017). De tal forma, que este retorno ao mundo da fenomenologia merleau-pontyana é a condição inicial, constante e final da experiência do filósofo, do cientista ou de sua própria obra (BECH, 2005). Neste ponto o autor elabora uma crítica aos modelos de conhecimento científico moderno, e tal qual Husserl utilizará da intencionalidade como elemento para afirmar a co-implicação. A diferença agora é a *radicalidade* com que Merleau-Ponty prescindirá da compreensão de intencionalidade, escreverá Moutinho (2004).

Para Merleau-Ponty é imprescindível que escapemos do recurso ao pensamento (de ir ao transcendental) para fundamentar uma fenomenologia que possa cumprir com o itinerário de manter o mundo como uma presença inalienável. O que conhecemos do mundo não nos chega à forma de uma verdade ou enunciado lógico. Mas na ordem do sensível (pré-lógico). Neste sentido, o que me capacita senti-lo? Este é um dos trabalhos da *Fenomenologia da Percepção*. Neste sentido e já prefácio da obra (2006b, p. XII–XIII), o autor analisa a *Primeira* e a *Terceira Críticas do Juízo* de Immanuel Kant (1724-1804), e sublinha na *Terceira* um acordo entre o sensível e o conceito, de modo que a unidade, isto é, a significação não é simplesmente posta nas coisas, mas se faz em nível antepredicativo.

Escreverá Moutinho (2004, p. 271–272): “consiste justamente na junção da idéia e da existência, do inteligível e do sensível, o que se vê pela ‘organização intrínseca’ da forma, pela ausência, nela, de ‘eventos exteriores uns aos outros, sem laço interno’”. A forma traz um sentido próprio, que não corresponde a algo que um sujeito possa ter-lhe atribuído. Mas é próprio dela. O que implica, dentre outras coisas, que atividade que uma consciência possa fazer sobre o mundo é sempre um ato posterior e dependente. Neste contexto, o sentido é “autóctone”, ele advém da organização interna dos elementos, o que significa dizer que, no interior dela, tais elementos não estão separados, bem como, não são ligados deis de fora.

Tal compreensão se espraia por toda a fenomenologia merleau-pontyana; a indissociabilidade do sentido-conceito ou ainda da idéia-existência, faz a esta filosofia incapaz de operar por dualismos. Não haverá mais alma e corpo, sujeito e objeto, sensação e pensamento etc., mas sim uma condição ambígua da experiência com o mundo e nem por isto indeterminada (PÉREZ RIOBELLO, 2008). Ambiguidade caracteriza a experiência vivida e os fenômenos humanos, e apresenta-se como a simultaneidade um *um e um outro* e devem ser a fonte de nossa nova compreensão da natureza humana como *sendo-no-mundo* e, portanto, não é um aspecto inconveniente da experiência vivida que deve ser transcendida ou

dissolvida no pensamento lógico pois tudo quanto possa ser produzido pela humanidade é ao mesmo tempo ambigualmente natural e cultural (LANDES, 2013).

E de fato até empreender uma narrativa que se faça compreensível e fiel a teoria merleau-pontyana não pode ser feitas a partir de uma segmentação categorial clássica. As coisas são de tal modo que só as podemos compreender em se identificando suas relações e suas condições de ser como são (REGUERA, 1983). Daí em diante, também, a da percepção que havia sido renegada a uma simples condição, passa a ser a *via vital* do pensamento fenomenológico. É ela que nos põe frente ao originário e também e revela na partícula reflexiva da linguagem, nos, que existe um corpo cuja experiência é sempre em primeira pessoa (experiencia perceptual). É ele que se movimenta e esta no mundo e é *sendo-no-mundo* (MERLEAU-PONTY, 2009, p. 210).

A insistência de Merleau-Ponty de que a filosofia deve retornar à experiência encarnada e vivida começa por meio de sua análise do corpo vivo já *Na Estrutura do Comportamento* (2006a). Mas torna-se central na *Fenomenologia da Percepção* (2006b), em que autor afirma desde uma formulação de Gabriel Marcel (1889-1973), *meu corpo não é um mero objeto físico no mundo ou o simples veículo para minha consciência; em vez disso, sou meu corpo* (2006b, p. 151). O corpo próprio é uma experiência perceptiva que vai à contramão do fluxo natural das percepções habituais; a percepção nos põe diante ao mundo, mas sua vivencia habitual não localiza o copo nesta relação, seu foco esta naquilo que a ela interessa (MOUTINHO, 2004).

E não obstante, não haveria outro lugar para que a percepção esteja e habite se não este corpo que é próprio (pessoal e privado). E é justamente por haver esta inseparabilidade entre um e outro que a percepção se dá como se a tudo pudesse iluminar, menos a si mesma, uma afirmação que Merleau-Ponty reiteradamente trata de exemplificar, “[...] meu corpo, [escreve Merleau-Ponty] como encantador da minha percepção, já destruiu a ilusão de uma coincidência de minha percepção com as próprias coisas.” (MERLEAU-PONTY, 2009, p. 20). A análise fenomenológica deve fazer ver e fazer falar a experiência que retira ao corpo da sua percepção natural das coisas do mundo e incorporar todas as implicações dos elementos epistêmicos anteriores, resultando o corpo como sujeito natural e expressão das dimensões existenciais do ser-no-mundo (MERLEAU-PONTY, 2006b).

Uma reflexão que se desdobrará em Merleau-Ponty em uma série de investigações, como por exemplo: de vida pessoal e vida política; vida privada e vida pública. Desprendem destas investigações três preocupações temáticas que importam para este

trabalho, a saber: *o tempo* (fenômeno histórico), *o espaço* (fenômeno geográfico) e *o Outro* (fenômeno Ético).

### 3.1. SOBRE O TEMPO-CORPORIFICADO

Na Fenomenologia da Percepção (MERLEAU-PONTY, 2006b) a introdução do problema do tempo para pensar a encarnação não é a última nem a mais radical. Neste primeiro momento da análise do tempo, derivará a noção de corpo como uma síntese entre a passagem do corpo habitual (passado) ao atual (presente) e no mundo (pólo intencional futuro). E ao mesmo tempo o corpo é parte do mundo, sobre o qual implica a condição alóctone das coisas no mundo, fundada em uma estrutura indissociável da ideia e da existência (MOUTINHO, 2004).

Essa atualização não assume o lugar da memória anterior, nem é adicionada como um dado passado, mas altera todo o fluxo das vivências habituais e as lança para o imediatamente presente-futuro. O “corpo atual”, instalado no “presente vivo” e voltado para o mundo, para o porvir, arrasta atrás de si o sedimentado, que é o “corpo habitual”, ambos, corpo habitual e corpo atual, passado e presente, engrenados e orientados, prospectivamente, para um pólo intencional (MOUTINHO, 2004). Daí o esforço de Merleau-Ponty em mostrar que esse sedimentado não é uma massa inerte no fundo de nossa consciência, que ele, ao contrário, se “alimenta secretamente” de meu presente, formando com este uma unidade que não é mais a de substâncias ontologicamente distintas (SPURLING, 2014).

Agora, a união corpo e alma, em si e para si, é a união de um passado que não é jamais completamente transcendido, que, por não ser ultrapassado completamente, é “assumido” e responde a determinadas situações e permanece, de algum modo, presente. O corpo habitual é essa *quase presença* do passado; não é uma imagem que podemos evocar, não são traços gravados no corpo, não é, portanto, uma presença objetiva; essa existência habitual, anônima, pré-pessoal, não é uma coisa inerte, como o em si, mas esboça também ela, o movimento de existência — o que só uma descrição da percepção como forma temporal permite mostrar. O meu presente assume o corpo habitual e o reintegra à existência pessoal.

Pois bem, a história não só poderia ser lida como a história de uma existência pessoal e privada (história narrada no fluxo de atualizações sobre as percepções do corpo próprio e intencionadas), mas também como história público-privada, pelas instituições. Este uma leitura que começa a ser desenvolvida em Merleau-Ponty e sobre a qual não logramos vencer as leituras. O que sabemos, corresponde a uma leitura exploratória do *La*

“*institución*” en la historia personal y pública (MERLEAU-PONTY, 2003) e de dois comentadores em seus trabalhos *Time, Memory, Institution: Merleau-Ponty’s New Ontology of Self* (MORRIS, 2015) e *Stiftung et pensée du social: à propos de la phénoménologie merleau-pontienne de l’institution* (LARISON, 2016)

Os textos nos levam a entender que a instituição é uma ideia que aparece apenas na obra tardias de Merleau-Ponty, publicadas no seminário dos anos 1954 e 1955. Nestes seminários encontra-se uma nova noção de passagem da ideia de corpo próprio como dimensão primeira da existência, que havíamos trabalhando a cima, para uma dialética dos tempos vividos e em meio a um programa fundamental de uma fenomenologia da instituição. A passagem a esta outra temporalidade consiste em um movimento que distingue, por um lado, a vida pessoal da vida da consciência, e por outro, obscurece a distinção no interior da vida pessoal, da vida biológica e da vida cultural, bem como a vida privada e vida pública (LARISON, 2016; MORRIS, 2015).

Merleau-Ponty coloca assim a vida pessoal em um campo concêntrico do orgânico e do cultural, do público e do privado um campo que é configurado como multidimensional na qual se situa a relação pessoal com o mundo com os outros com ação e com o tempo. O sujeito da vida pessoal ele próprio é uma instituição desta forma que põe em questão a separação mesmo entre público e privado. Ainda mais, o sujeito de campo de presença deve ser entendido como uma concretização de um fenômeno tipo chamado instituição, cuja outras concretizações não são apenas a vida humana concreta, mas também toda outra série de fenômenos ordenados por certa organização temporal e significativa como a vida orgânica, sentimental, a vida das obras de artes culturais e de pensamento e finalmente a vida comum ou história pública.

O que o termo instituição designa, portanto são os:

[...] eventos de uma experiencia que adota de dimensões duráveis com relação as quais toda uma série de experiências terão sentido formarão uma continuidade pensável ou história, ou melhor os eventos que colocam um sentido em mim não como sobrevivência ou resido mas como um chamado para a continuidade, a exigência de um futuro. (MERLEAU-PONTY, 2003, p. 50 nossa tradução)<sup>32</sup>

<sup>32</sup> Cf. Original: “Por institución entendíamos, pues, los acontecimientos de una experiencia que dotan a ésta de dimensiones duraderas y con respecto a las cuales toda una serie de otras experiencias tendrán sentido y formarán una serie pensable o una historia; o bien entendíamos los acontecimientos que depositan en mí un sentido, a título de supervivencia y de residuo, sino como invocación de una continuidad, como exigencia de un porvenir.” (MERLEAU-PONTY, 2003, p. 50)



Desta forma as notas do seminário mostram um exercício de pensamento que sugere como hipótese geral a reformulação da abordagem filosófica tradicional do tempo, não se tratando mais de saber se o tempo existe, qual seu modo próprio de existência, e nem de perguntar se a existência do tempo é objetiva, é dependente de sujeitos humanos (subjetiva) e nesse sentido fundadora de todo tempo objetivo, tão pouco, se envolve o ser ou se é envolvido por ele, se ocorre de modo linear ou circular ou se transcorre, se é eterno, se está presente, ou se o tempo simplesmente não é (LARISON, 2016). Ao contrário a primeira descrição dizer de um tempo que “é passivo e ativo” e que sempre foi, mas que sempre está por vir “o tempo não é eterno, mas quase eterno” (MERLEAU-PONTY, 2003, p. 50; 51)

Seguindo o que escreve Morris (2015) há uma superposição de momentos temporais em uma simultaneidade composta de identificações e interferências e confusões de filiação. Um *parentesco lateral dos ágoras* mais precisamente uma transtemporalidade; uma transtemporalidade originária que não é uma repetição do passado nem a presença do futuro mas envolve uma sobreposição de momentos temporais nem atraso nem antecipação, a transtemporalidade está no tempo certo, o tempo que é. Num gesto ainda mais radical, o tempo modelo da instituição, isto é, da maneira particular da temporalização do sentido não se deixa classificar como privado ou público (LARISON, 2016), ao contrário, bem antes dessa partição a temporalidade é entendida e aparece como aquilo que unifica a história privada e pública em seu acontecer o que permite que ambas as histórias sejam comuns e nesse sentido, que a vida pessoal possa ser pensada como instituição; a própria pessoa deve ser entendida como uma instituição e não como uma consciência e a partir daí, uma relação estranha, diz Merleau-Ponty (MERLEAU-PONTY, 2003, p. 52): “[...] nenhum corte entre instituição privada e pública.”.

### **3.2. SOBRE O ESPAÇO-CORPO**

A encarnação não é uma condição somente do homem, nas palavras de Heidegger (2012), deste ente que somos cada um em cada caso. O mundo, as coisas que nele são, são *em carne e osso* e existem. Seu modo de ser não é o de estar disponível a nós, bem como não estão de modo que possamos simplesmente manipular com as mãos ou visá-los, ou, ainda não é um pólo que a consciência precisa animar. Elas existem como corpos vivos ou não (em seu sentido comum) e sobre estes corpos incidem todas as compreensões até aqui direcionadas ao corpo do homem: a síntese da existência e ideia unida por uma temporalidade própria (MOUTINHO, 2004; SPARROW, 2014).

Esta passagem do corpo do homem para o corpo do sensível, que é a via oposta a que nos referíamos ainda a pouco, ocorre por que os corpos nunca estão sem uma intrincada rede de relações, que arrastam consigo fios intencionais e que as ligam ao seu mundo (ambiente) que claramente nos inclui. O mundo é um mundo da vida () em que as coisas são em função e como condição uma das outras. Enquanto mantidas na relação com as outras coisas é impossível determinar ou conceituar a totalidade de suas implicações e o limite que estas estabelecem. Neste nível de relações atravessa a mesma temporalidade a que nos referíamos sobre o corpo do homem.

Enquanto coisa no mundo natural ela é enraizado em um mundo pela percepção. Por si ela possui singularidades que são sentidas ambigualmente ora como características do mundo percebido e ora como do corpo que percebe. Aqui também a relação com o tempo atualiza em mim e no mundo o que era habitual, um saber latente. Esta atualização que ocorre no fluxo das percepções se assenta reiteradamente em uma tarefa já feita por outros seres na história pública (eminentemente Outra) ou na história privada (pessoal).

Assim o que as coisas são no mundo e aquilo que nossa percepção pode assumir como dela possuí sempre um hiato carecido que cada novo encontro as habitualidades da percepção sejam retomado. Há uma espessura histórica envolvida na percepção que nos impede de tomar o sujeito de percepção como transparência absoluta, e ao passo que todo percebido tem sempre condições não necessariamente de movimentos atuais e prospectivos. Não que esta ambiguidade será dissolvida, ao contrário ela tornar-se-á refletida. Dirá Moutinho (2004, p. 287)

Dizer que a coisa é correlata ao meu corpo, dizer que percebo com o corpo, significa dizer que eu não constituo a coisa. Que eu não ponho ativamente as relações de todas as superfícies sensoriais entre si e com os meus aparelhos sensoriais. É o próprio espetáculo que dá as indicações ao meu olhar faz se não reunir o sentido que está assumido e olhar somente o que se oferece para ser reunido. E esta síntese que requer a mediação do corpo investe a coisa de humanidade, carrega predicados antropológicos.

A percepção de uma vez por todos não é um ato pessoal, ela retoma um saber adquirido, saber que nosso olhar utiliza no anonimato. Dizer que se percebe pelo corpo, significa justamente dizer que a percepção considerada em sua ingenuidade não efetua a mesma síntese. Ela se beneficia de um trabalho já feito, de uma síntese geral constituída no jogo e no fluxo das atualizações temporais.

### 3.3. SOBRE OS OUTROS

O problema dos outros é uma questão relativamente recente, porque em um empirismo absoluto e consistente, o outro é radicalmente incognoscível, enquanto que para uma filosofia puramente "reflexiva", as mentes puras são absolutamente auto-coincidentes e existem além do mundo da experiência. Em ambos os relatos, a questão da experiência dos outros é essencialmente sem sentido, mesmo que muitas vezes falem sobre o conhecimento dos outros (REYNOLDS, 2002).

No caso do idealismo, para o qual nosso autor se dedicará nas primeiras páginas da *Fenomenologia da Percepção* (2006b), remove opacidade do mundo julgando poder conjugar o tema da *constituição, a saber*: se o objeto é constituído pelo espírito, a reflexão deve recuperar as pegadas da constituição, em um esforço em coincidir seus enunciados com um naturante, como se essa restauração, essa *re-constituição* fosse a imagem em espelho da constituição efetiva (MERLEAU-PONTY, 2006b). Com efeito, o filósofo idealista acredita possuir a representação exata do mundo, não porque ele, o mundo, lhe seja próprio, mas porque julga que as coisas estão disponíveis ao seu desenvolvimento racional em busca de respostas pela pergunta que interroga as coisas sobre sua realidade e essência.

O idealismo disporá de racionalidade que lhe permite participar do mundo e conhecer as coisas de maneira clara e distinta. A compreensão da coisas como outra, portanto, a alteridade não precisa fazer parte de destas preocupações filosóficas. A própria natureza de nossa consciência nos permite naturais e necessariamente acesso a verdades universais: o outro é *um outro eu*, um alter ego, *como eu*, em sua essência, levando as mesmas possibilidades racionais. O outro já não é um mistério, um universo impenetrável, alguém que pode aprender, descobrir, não: "[...] há nada oculto por trás desses rostos ou gestos, nenhuma paisagem que é inacessível para mim; apenas uma pequena sombra é apenas pela luz" (MERLEAU-PONTY, 2006b, p. 12).

No entanto, para Merleau-Ponty, como para Husserl, o alter ego é um problema relevante. Ambos vão se dedicar em retornar ao status ontológico e epistemológico do outro. Com efeito, o outro é verdadeiramente um alter, quando pode ser para si-mesmo e fora de mim. Neste caso o outro é o que há a nossa frente e que não posso englobar nem compreender plenamente. *Ele oferece resistência*. Ele aparece para mim e eu para ele com um exterior, um corpo, alguns gestos, algumas expressões.

É sobre a perspectiva intersubjetiva: "O outro é aqui uma figura coletiva." (MERLEAU-PONTY, 2009, p. 35). No duplo movimento que é do Ser Para si e do Ser para o Outro, nós nos apresentamos um ao outro com um visível e sensível exterior, que é nem

mais nem menos do que o nosso próprio corpo: "Os outros homens eles nunca são puro espírito para mim: eu só os conheço através de seus olhares, seus gestos, suas palavras, enfim, através de seus corpos" (MERLEAU-PONTY, 2009, p. 35–36). Além do mais, temos que ser o nosso exterior, que é o nosso corpo, para que possamos ser nós, você e eu, que realmente aparecem, que se apresentam como fenômenos para outros seres que existem no mundo.

### **3.4. CONCLUSÃO: A SOMBRA DO FILÓSOFO E O CAMPO DO DESENVOLVIMENTO**

A fenomenologia, para Merleau-Ponty, é antes de tudo uma experiência ou visão que revela uma verdade fundamental: nossa afiliação a um mundo pré-constituído. Nesse sentido, o retorno ao *Lebenswelt* (mundo vivido) é primordial. Trata-se de retornar às coisas, ao mundo, aos outros [os fenômenos] com um olho livre de todo pensamento objetificador. Portanto, o método husserliano convida a suspender, através da redução fenomenológica, o conjunto de enunciados envolvidos em nossa maneira de nos relacionar com o mundo e nos distanciar de tudo o que podemos acrescentar à realidade.

Para o filósofo francês, as investigações fenomenológicas não levam a um enclausuramento no cogito – por conseguinte, elas colocam-se como resistência ativa a um abstracionismo idealista, cartesiano ou anti-intelectual, que negue ao primeiro horizonte seus legítimos direitos de cidadania no âmbito da construção do conhecimento. O movimento gerado, noutros termos, é uma saída da representatividade atemporal para nos encontrarmos com um ser íntegro, sensível, temporal e inter-relacionado. Desta forma, a percepção precede toda a *Wesenschau* (visão das essências): construímos uma visão das essências a partir do firme embasamento da percepção.

A *Wesenschau* não é a recuperação intelectual, uma elucidação ou explicação do que temos experimentado uma maneira concreta. Mais, trata-se da visibilidade do indivíduo investigado. Lembre-se que para alcançar uma essência é necessário considerar uma experiência concreta que testamos rigorosamente - variamos - em nosso pensamento. Através de todas as modificações, o que permanece invariavelmente é a essência dos fenômenos considerados. Mas o próprio fenomenólogo francês, sem dúvida, foi capaz de relacionar as essências com a existência; isto é, empreender uma busca por significado, baseado nos fatos da existência. Assim, o movimento de retorno a nós mesmos é rasgado, por sua vez, por um movimento inverso de saída de nós mesmos.

Refletir, segundo o nosso autor, é revelar um campo irreflexo que resiste em nós. Portanto, a questão assume um significado muito particular: "A descida para o reino da nossa arqueologia deixa intactas nossas ferramentas de análise?" \*\*\*86 Em outras palavras, faz a chamada de um mundo fora do nosso pensamento não compromete o método fenomenológico em si? Sabemos que a intenção de Merleau-Ponty sempre foi corretamente problematizar os diversos aspectos da existência, a fim de compreender o Self. Fenomenologia, nesse sentido, nunca deixou de ser, para ele, um método que conduzirá, no final, a uma nova forma de ontologia, e mesmo a uma filosofia da natureza. Daí a sua confissão a Sartre sobre o seu desejo de escrever sobre a Natureza, este princípio bárbaro que a nós resiste, à sombra do filósofo e ao qual finalmente pertencemos ao nosso corpo.

A análise reflexiva ignora o problema do outro assim como o problema do mundo, porque ela faz surgir no sujeito que pensa, com primeiro lampejo de consciência, o poder de dirigir-se a uma verdade de direito universal, e porque sendo o outro também sem ecceidade, sem lugar e sem corpo, o Alter e o Ego são um só no mundo verdadeiro, elo dos espíritos. Não existe dificuldade para se compreender como um Eu é capaz de pensar o Outro porque o Eu e, por conseguinte, o Outro não estão presos no tecido dos fenômenos e mais valem do que existem. Não há nada de escondido atrás destes rostos ou destes gestos, nenhuma paisagem para eles inacessível, apenas um pouco de sombra que só existe pela luz:

“A variação eidética, pois, não me faz passar a uma ordem das essências separadas, a um possível lógico, a invariante que ele me proporciona é invariante estrutural, um ser de infra-es-estrutura que, em última análise, só ganha sua *Erfüllung* na *Weltthesis* deste mundo” (MERLEAU-PONTY, 2009, p. 210).<sup>33</sup>

Assim sendo, a experiência nos conduz à consideração da existência dos seres humanos e considerar suas potencialidades em processo: suas ações, seus relacionamentos, seu trabalho. Embora ele não o diga explicitamente, a teoria do conhecimento de Merleau-Ponty quer ser uma teoria comprometida que veja o homem e sua existência com respeito e ética (PÉREZ RIOBELLO, 2008).

Ao interpor essa forma de correlação, mesmo de modos variados, a fenomenologia co-implica o sujeito ao mundo numa relação que receberá o tratamento de *intencionalidade*, uma necessária co-presença a partir das próprias condições de interação entre sujeito condicionado interessado em conhecer e mundo condicionado já em suas próprias estruturas. Nesta maneira de operar os elementos constitutivos do conhecimento, não

---

<sup>33</sup> Onde *Erfüllung* se traduz como plenitude e *Weltthesis* como mundanidade, algo de que o mundo depende para ter a sua singular categorialidade (N. do A.)

seria possível nem sujeito nem objeto em-si, sendo que a própria noção de objeto das epistemologias modernas (um ente passivo de escrutínio e independente) não consegue operar dentro da lógica da fenomenologia. Em seu lugar, opera a compreensão fenomenológica de fenômeno, ou seja, aquilo que somos capazes de perceber desde nossas condições corpo perceptivas como outro no mundo em tempo-espaço determinados e por meio do modo de ser da *co-presença* (Estar aí com)<sup>34</sup>, que mantém a dinâmica de correlações (HUSSERL, 2006a, 2013).

Estes elementos fundamentais da fenomenologia implicam, dentre outras coisas, que o conhecimento jamais será distinguível das condições de sua construção; dito de outra forma, não há enunciado que pretenda dizer exclusivamente da realidade que não carregue consigo os limites compreensivos de seu(s) autor(es), ou ainda, não há *teoria de tudo* sem o claro limite do possível que é, perdoe o leitor, *possibilitado* no âmbito da percepção, o que não elimina os ganhos obtidos com os correspondentes empenhos, mas sim desbanca a titulação ufanista de *universalidade, imparcialidade e replicabilidade* das ciências modernas e Ocidentais (HUSSERL, 2012).

Estas afirmações teriam diversas implicações, muitas das quais possuem um longo caminho histórico. Aqui, no entanto, uma delas é fundamental, a saber: que o pesquisador do campo do Desenvolvimento Local só poderá conhecer seu fenômeno se o experimentar. Melhor dizendo, se fizer a experiência do local estando-lhe co-presente (CASTRO, 2016). E, dirá Castro (2016, p. 19): “[s]em interação e co-presença não há conhecimento do real sob o ponto de vista fenomenológico.”. Isto implica que para que nos apropriemos da fenomenologia para a pesquisa no campo do Desenvolvimento é imprescindível entender comprometimento e interesse do pesquisador em seu problema.

Esta afirmação aqui apresentada a modo de corolário, quer construir-se na verdade como uma ressonância ou, melhor dizendo, como uma forma de acatamento obediente da ideia de Mercier, que entendeu ser possível o estudo da particular configuração do humano que denominamos como cidade, apenas lá onde a pessoa se deixa interromper por contatos e linhas de fuga; por vocalidades e por vazios. Noutros termos, apenas quando se condive a experiência da cidade, quando se compartilha a gramática do ser cidadão, gramática esta que é corpórea, e não abstrata, se pode penetrar nas diversas camadas de fabricação da cidade, do habitar, da paisagem e ultimamente, do lugar.

---

<sup>34</sup> Cf.: Original: *mitgegenwärtigkeit*. Literalmente, a condição de se estar aí em condiveção de uma presencialidade (*Gegenwartigkeit* é a nova substantivação de “presente”)

Quem desenvolveu muito bem este chamado foi a dupla Pinçon e Pinçon-Charlot (2009), que discute a possibilidade de experienciar o dinamismo de uma cidade como Paris apenas a partir de seus encontros, mortes, projetos, silêncios, movimentos demográficos e movimentos de planejamento urbano. Para além do turismo como borboleteagem de superficialidade, a ideia convida ao envolvimento com uma experiência que, em última análise, não pode jamais ser reproduzida.

Mas pode ser compartilhada, se a ciência que estuda o desenvolvimento se abre para o contato com áreas do pensamento que são sensíveis a estas duas chamadas importantes: a do rigor na descrição da experiência e no esforço da conceituação, por um lado; e a da simpatia, abertura fundamental para encontrar nas relações e nas vivências subjetivas o início de um tecido mais amplo. Paradoxalmente, o fundador da geografia humana escreveu um tratado em oito volumes que hoje seria traduzido como “quadros” de Paris, e não mais se vê ali um sentido profundo de “mapa”, como experiência de espacialidades compartilhadas. Por isso este texto se justifica, porque há muitas tranças a recuperar.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- ARENDDT, H.; KOHN, J. **Essays in understanding, 1930-1954: formation, exile, and totalitarianism**. New York: Schocken Books, 1994.
- ÁVILA, V. F. Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p. 63–76, set. 2000.
- ÁVILA, V. F. **Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB e diplomado em qualquer curso de graduação Desenvolvimento Local**, 2008. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentolocalvfa.com.br/2010/08/16/mestrado-em-desenvolvimento-local-ucdb-e-diplomado-em-qualquer-curso-de-graduacao/>>
- ÁVILA, V. F. Dupla relação entre Educação e Desenvolvimento Local (endógeno-emancipatório). **Paidéia Revista do curso de pedagogia da Universidade FUMEC**, v. 9, n. 12, p. 13–49, jun. 2012.
- ÁVILA, V. F. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). **Interações (Campo Grande)**, v. 8, n. 13, p. 133–140, fev. 2016.
- BAPAT, J. **Development projects and critical theory of environment**. New Delhi; Thousand Oaks, Calif: SAGE Publications, 2005.
- BAVA, S. C. Desenvolvimento Local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 53–59, 1999.
- BECH, J. M. **Merleau-Ponty una aproximación a su pensamiento**. Rubí, Barcelona: Anthropos Editorial, 2005.
- BOSIER, S. Desarrollo (Local): ¿ de qué estamos hablando? In: MADOERY, O.; VÁZQUEZ BARQUERO, A. (Eds.). **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosario (ARG): Editorial Homo Sapiens, 2001. p. 22.
- BRISTOW, G.; HEALY, A. Crisis response, choice and resilience: insights from complexity thinking. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 8, n. 2, p. 241–256, 1 jul. 2015.
- CASTILHO, M. A. DE; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **Interações (Campo Grande)**, v. 10, n. 2, dez. 2009.



CASTRO, G. J. M. DE. **Para além da clareira: aproximações entre fenomenologia e pesquisa em psicologia da saúde em relação a tempo, narrativa e sujeito**. Dissertação de Mestrado—Campo Grande (MS): Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós Graduação em Psicologia, 2016.

CHILLÓN, L. A. Hacer los hechos. Un ensayo de fenomenología de los “hechos sociales”. *Ars Brevis [en línea]*, n. 13, p. 27–49, 2007.

COLLIER, P. **The plundered planet: why we must - and how we can - manage nature for global prosperity**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2010.

COSTA, M. L. **Lévinas: uma introdução**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

COUTINHO, D. P. R.; DE CAMPOS MACIEL, J.; BORGES, P. P. **Local development in the context of territoriality face to globalization**. 2015 International Conference on Technologies for Sustainable Development (ICTSD). **Anais...** In: 2015 INTERNATIONAL CONFERENCE ON TECHNOLOGIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD). Mumbai, India: IEEE, fev. 2015Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/document/7095837/>>. Acesso em: 29 nov. 2018

CROSSLEY, N. **The social body: habit, identity and desire**. London ; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2001.

CUEVA PERUS, M. Un problema de las Ciencias Sociales latinoamericanas: sobre los orígenes supuestos y los reales. *Revista Rupturas*, v. 8, n. 2, p. 1, 7 jul. 2018.

DANSERO, E.; GIACCARIA, P.; GOVERNA, F. Desenvolvimento local: contextos nacionais em conflitos. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Eds.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo (SP): Ed. Expressão Popular (UNESP): Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 95–120.

DE LA FUENTE, J. et al. Can Culture Influence Body-Specific Associations Between Space and Valence? *Cognitive Science*, v. 39, n. 4, p. 821–832, maio 2015.

DOWBOR, L.; POCHMANN, M.; SANTOS, A. C. (EDS.). **Políticas para o desenvolvimento local**. 1ª edição ed. São Paulo, SP, Brasil: Editora Fundação Perseu Abramo : Instituto Cidadania, 2010.

ESTEVA, G. **Development** (W. Sachs, Ed.)**The development dictionary: a guide to knowledge as power**. London: Zed Books, 2010.

FERNÁNDEZ, V. R.; BRONDINO, G. (EDS.). **Development in Latin America: Critical Discussions from the Periphery**. Cham: Springer International Publishing, 2019.

FERREIRA, D. DA S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 9, n. 17, p. 111–135, abr. 2014.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 2, n. 4, p. 24–29, 2005.

GARCÉS, M. **Un mundo común**. 1. ed. Saragoça (ESP): Espa eBook, 2013.

GARCÍA, E. A. El primado del espacio en la fenomenología del cuerpo de Maurice Merleau-Ponty. **Eikasia: revista de filosofía**, v. 1, n. 48, p. 21–46, 2013.

HALE, J. A. **Merleau-Ponty for architects**. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017.

HAMRICK, W. S. **An Existential Phenomenology of Law: Maurice Merleau-Ponty**. Dordrecht: Springer Netherlands, 1987. v. 104

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo: edição em alemão e português**. Tradução Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

HUSSERL, E. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Tradução Márcio Suzuki. 1. ed. Aparecida: Idéias & Letras, 2006a.

HUSSERL, E. **The basic problems of phenomenology: from the lectures, winter semester, 1910-1911; from the German “Aus den Vorlesungen, Grundprobleme der Phänomenologie, Wintersemester 1910/1911” in Zur Phänomenologie der Intersubjektivität, Husserliana XIII, ed. by Iso Kern**. Tradução Ingo Farin. Dordrecht (NE): Springer, 2006b.

HUSSERL, E. A ingenuidade da ciência (Die Naivität der Wissenschaft). **scientiæ Studia**, v. 7, n. 4, p. 659–667, 2009.

HUSSERL, E. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica; de acordo com o texto de Husserliana VI**. Tradução Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

HUSSERL, E. **Meditações cartesianas e conferências de Paris: De acordo com o texto de Husserliana I**. Tradução Pedro M. S Alves. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

JOUEN, M. et al. **Cohesion policy support for Local Development: best practice and future policy options**. Geneva, Switzerland: adedef.; Notre Europe; AEIDI; CC, 2010.

LANDES, D. A. **The Merleau-Ponty dictionary**. London; New York: Bloomsbury, 2013.

LARISON, M. Stiftung et pensée du social: à propos de la phénoménologie merleau-pontienne de l'institution. **Chiasmi International**, v. 18, p. 363–376, 2016.

LE BOURLEGAT, C. A. Ordem Local como força interna de desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p. 13–20, set. 2000.

LE BOURLEGAT, C. A. **Sustentabilidade Local**. Sinpan 2004. **Anais...** In: IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICO DO PANTANAL. Corumbá (MS): Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nov. 2004

LE BOURLEGAT, C. A. **Do território produzido e vivido ao dinamismo territorial**. Campo Grande, MS, 2008. . Acesso em: 4 dez. 2018.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo: antropologia e sociologia**. Tradução Maria Appenzeller. 6. ed. Campinas (SP): Papirus, 2013.

LE BRETON, D. **Antropologia dos Sentidos**. Tradução Francisco Morás. 1. ed. Petropolis (RJ): Vozes, 2016.

MEDEIROS, C. A.; MAZAT, N. Geopolitics, Geoeconomics, and Development Strategies in the New Millennium. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRONDINO, G. (Eds.). . **Development in Latin America**. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 89–122.

MERIGHI, C. DE C. et al. Energía, espacio, territorio y desarrollo local: el uso del gas natural en las cerámicas de Mato Grosso del Sur. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 8, n. 22, p. 39–52, 2009.

MERLEAU-PONTY, M. **Adventures of the dialectic**. Tradução Joseph Bien. Evanston [Ill.]: Northwestern University Press, 1973a.

MERLEAU-PONTY, M. The Crisis of Understanding. In: **Adventures of the dialectic**. Northwestern University studies in phenomenology & existential philosophy. Tradução Joseph Bien. Evanston [Ill.]: Northwestern University Press, 1973b. p. 9–29.

MERLEAU-PONTY, M. **El Mundo de la percepción: siete conferencias**. Tradução Víctor Goldstein. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento: precedido de uma filosofia da ambigüidade de Alphonse de Waelhens**. Tradução Márcia Valéria Martinez De Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. Tradução José Artur Gianotti; Armando Mora. 4. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2009.

MERLEAU-PONTY, M. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas**. Tradução Sílvio Rosa Filho; Thiago Martins. 1. ed. Belo Horizonte (MG): Autêntica Editora, 2015.

MORRIS, D. (ED.). **Time, memory, institution: Merleau-Ponty's new ontology of self**. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2015.

MOUTINHO, L. D. S. O sensível e o inteligível: Merleau-Ponty e o problema da racionalidade. **Kriterion Miolo**, v. 1, n. 110, p. 264–293, dez. 2004.

NUSSBAUM, M. C. **Creating capabilities: the human development approach**. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

NUSSBAUM, M. C. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. Tradução Fernando Santos. 1. ed. São Paulo (SP): WMF Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA MARTINS, S. R. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 51–59, 2002.

OSLENDER, U. Fleshing out the geographies of social movements: Colombia's Pacific coast black communities and the 'aquatic space'. **Political Geography**, v. 23, n. 8, p. 957–985, nov. 2004.

PÉREZ RIOBELLO, A. Merleau-Ponty: percepção, corporalidade y mundo. **Eikasia**, v. 1, n. 4, p. 197–220, 2008.

PERRUCHOUD GONZÁLEZ, S. La fenomenología según Merleau-Ponty: un camino descendente. **Revista de Filosofía (Madrid)**, v. 42, n. 1, p. 59–76, 2017.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, D. **Paris. Quinze promenades sociologiques**. Paris (FRA): Payot, 2009.

PLOT, M. **The aesthetico-political: the question of democracy in Merleau-Ponty, Arendt, and Rancière**. New York: Bloomsbury Academic, 2014.

QUETEL, C. **História da Segunda Guerra Mundial**. Tradução Pedro Eloi Duarte. 1. ed. [s.l.] Edições Texto & Grafia, 2010. v. 16

REGUERA, I. **Introducción a la filosofía de Maurice Merleau-Ponty**. Anales del seminario de Historia de la Filosofía. **Anais...** In: SEMINARIO DE HISTORIA DE LA FILOSOFÍA DE LA UNIVERSIDADE COMPUTENSE DE MADRID. Madrid (ESP): Universidade Computense de Madrid, 1983

REYNOLDS, J. Merleau-Ponty, Levinas, and the Alterity of the Other: **Symposium**, v. 6, n. 1, p. 63–78, 2002.

RICOEUR, P. **À l'école de la phénoménologie**. 2. ed. Paris (FRA): Librairie Philosophique; l'édition de poche, 2004.

SACHS, W. (ED.). **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. 2. ed ed. London: Zed Books, 2010.

SANTOS, B. DE S. (ED.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: “um discurso sobre as ciências” revisitado**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2012.

SCHUTZ, A. **On phenomenology and social relations**. Tradução Helmut Rudolf Wagner. 3. impr ed. Chicago [usw.]: Univ. of Chicago Pr, 1975.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. 5. ed. São Paulo (SP): Companhia de Bolso, 2010.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2016.

SPARROW, T. **Plastic Bodies: Rebuilding Sensation After Phenomenology**. London, UK: Open Humanities Press, 2014.

SPURLING, L. **Phenomenology and the social world the philosophy of Merleau-Ponty and its relation to the social sciences**. Londres (Inglaterra: Routledge & Kegan Paul, 2014.

STAEHLER, T. **Hegel, Husserl, and the phenomenology of historical worlds**. Lanham: Rowman & Littlefield International, 2017.

TAIPALE, J. Beyond Cartesianism: Body-perception and the immediacy of empathy. **Continental Philosophy Review**, v. 48, n. 2, p. 161–178, jun. 2015.

THÉVENAZ, P. O que é a fenomenologia. **Phenomenological Studies. Revista da Abordagem Gestaltica**, v. 23, n. 2, p. 247–256, 2017.

TODES, S.; DREYFUS, H. L.; HOFFMAN, P. **Body and world**. Cambridge, Massachusetts London, England: The MIT Press, 2001.

TRUMAN, H. S. **Inaugural Addresses of the Presidents of the United States** U.S. G.P.O.: for sale by the Supt. of Docs., , jan. 1949. Disponível em: <<http://www1.bartleby.com/124/pres53.html>>

VÁZQUEZ-BARQUERO, A.; RODRÍGUEZ-COHARD, J. C. Endogenous development and institutions: Challenges for local development initiatives. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 34, n. 6, p. 1135–1153, set. 2016.

WALLERSTEIN, I. M.; CECENA, A. E. Economic Inequality, Stratification, and Mobility. In: **The world is out of joint: world-historical interpretations of continuing polarizations**. London; New York: Routledge, 2016. p. 61–94.

WINTERHALT, K. R. Truman's New Deal: Point Four and the Genesis of Modern Global Development. **University of Saskatchewan Undergraduate Research Journal**, v. 4, n. 2, p. 9, 2018.

\*\*\*



## ***CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UM MUNDO COMUM***

É preciso começar... foi assim que abrimos os trabalhos desta dissertação. Agora, no momento oposto, dizemos: é preciso terminar... O tempo, nosso maior carrasco obrigamos neste caso, que façamos um corte projeto inicial. Propomos discutir neste momento duas intuições que nos parecem ainda serem de importantes para a discussão do local, mas dado a dificuldade em consegui-los, temos que admitir que nós prometemos muito.

Fazendo uma revisão do caminho que fizemos, adicionamos um primeiro Artigo/Prólogo em que entregamos um primeiro momento para essa dissertação. Contendo questões metodológicas e elementos que julgamos alinhar a fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty ao campo do desenvolvimento. Trouxemos algumas questões metodológicas e epistemológicas de um e outro e propusemos uma amarração possível com o fenômeno local.

No segundo artigo referíamos à fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty, nossa leitura por assim dizer. Trouxemos elementos que nos pareciam, no momento significativos, para pensar o problema do local o nos levou a (re)considerar o *corpo*, a *temporalidade* e o *mundo* como fundamentais e neste caminho encontramos a ideia de *Instituição* não desenvolvido completamente pelo autor, mas que promete ser uma reviravolta interessante para a pesquisa na área.

O corpo e o mundo deveriam agora servir para pensar o local propriamente dito, junto aos resultados do terceiro artigo. Mas já nos vemos com este problemas. Por hora, também ressaltamos algumas questões da linguagem para o alinhamento como uma constante atualização a partir do corpo e da experiência perceptual como significativa para pensar o campo e da filosofia.

O terceiro artigo tratou especificamente do campo do desenvolvimento e do campo do desenvolvimento local e nos trouxe até uma condição razoável e poder dizer o local como isso que resiste e que permite que possamos ao mesmo tempo chamar de território, lugar, espaço entre outras categorias que aparecem no campo sem que essas categorias necessariamente reduzam o local, ou melhor, eles a qualificam.

Nesse caso o que apontamos ou pensamos ser importante não é propriamente dita encontrar A CATEGORIA LOCAL, mas encontrar um modo de operar com a categoria que não a reduza a um dos termos que lhe são sinônimos no campo. Esse modo nos parece ser o da crítica constante a teoria e uma busca reiterada pelos fundamentos do campo afirmada pelo professor Fidélis de Ávila e objetivo das *Teorias Críticas do Desenvolvimento*.

Desde o ponto de vista prático e de pesquisa, o que podemos apontar indica para uma revisão ética a partir de uma sensibilidade para e hospitalidade para o Outro local. Não só como uma metáfora teorizável, mas como uma realidade inexorável: resistente. Teoria e práticas de pesquisa dentro do Campo só poderão ver este local quando estiverem postos na experiência dele e com ele e na atualização constante de sua forma de falar sobre o ele.

Nesse sentido deveríamos chegar agora há duas proposições que anunciamos na introdução como intuições a serem trabalhadas. A primeira delas o corpo-tempo-local e a segunda delas um mundo comum. Sabemos que a expectativa era a de encontrar aqui uma resolução menos grosseira, não duvide esta também era a nossa. Faremos no entanto algumas considerações que podem ajudar orientar futuras pesquisas quanto a sua possibilidade e algumas questões que foram possíveis serem pesquisadas e trabalhadas ao longo desses anos.

O desenvolvimento local enfrenta dentre seus já reconhecidos problemas um que precisa ser tocado, como não recair em mais uma concepção totalizante de vida, o que hoje se corporifica nas diferentes visões que nos são oferecidas pelo mundo globalizado em modelos tão multivariados e com nomes tão brilhantes e publicitários como *economia criativa* ou *inovadora*. A ideia de mundo comum deve ser incluída para a análise como forma de desestabiliza o poder sobre o mundo-objeto (GARCÉS, 2013).

Ele não nos apresenta uma definição ou uma imagem acabada para um mundo, mas mantém o todo como horizonte e, por tanto, desprende dele discussões relevantes como ecologia e direitos humanos. E nos inscreve na descontinuidade dos seres inacabados e nos transforma em nossa situação (COLLIER, 2010; NUSSBAUM, 2015; SEN, 2010).

O mundo não é a medida que resulta de uma soma, uma magnitude incomparável na qual eles unem todas as coisas, mas é a medida de sua continuidade: variável e medida interna, como a batida de um coração. Mas o status da ideia do mundo comum não é fácil de estabelecer (GARCÉS, 2013). Para nós, se trata de pensar através de uma frase de Merleau-Ponty (2009, p. 23) “[...] certeza injustificável de um mundo sensível comum a todos nós é, em nós, o ponto de apoio da verdade”.

Nessa afirmação, o mundo não funciona como objeto de pensamento, mas como pano de fundo ou condição (GARCÍA, 2013; MERLEAU-PONTY, 2006a; PERRUCHOU GONZÁLEZ, 2017). Esse deslocamento é o que a fenomenologia fez em face da ideia da totalidade do pensável com a qual a filosofia moderna vem discutindo, de Kant () a Wittgenstein (). A tal ponto que escreverá Merleau-Ponty (2009, p. 23):



Então é mesmo verdade que os mundos privados se comuniquem entre si, que cada um deles se dá a seu titular como variante de um mundo comum. A comunicação transforma-nos em testemunhas de um mundo único, como a sinergia dos nossos olhos os detém numa única coisa. Mas tanto num caso como no outro, a certeza, embora inelutável, permanece inteiramente obscura; podemos vivê-la, não podemos nem pensá-la, nem formulá-la, nem erigi-la em tese. Todas as tentativas de elucidação traz-nos de volta aos dilemas.

Trazendo ilustrativamente um fragmento bem conhecido de Heráclito: “para aqueles que estão acordados há um mundo ou, gestão ou público comum único, enquanto que aqueles que estão dormindo, é desviado para um privado e próprio seu ser”. E portanto o pensamento só pode despertar na base de um mundo comum ou vice-versa: o despertar do pensamento passa por uma transformação íntima do sujeito, pelo deslocamento de si e privados para o território do comum, público, prenho de sentidos e motivos comuns (ARENDR, 2016; MERLEAU-PONTY, 1973a, 2009).

Do "eu penso" e do "eu vejo" que organiza o reino da opinião, para um pensamento e visão impessoais, impróprios e abertos, sem deixar de ser singular. Daí também que a certeza injustificável em um mundo comum é a base da política, entendida como aquela dimensão da atividade humana que assume que a vida é um problema nosso.

Os sistemas políticos, suas instituições e suas classes dominantes tendem a conjurar esse problema fazendo o monopólio comum ou seu projeto particular. Na medida em que a vida no planeta vem estreitando seus laços de interdependência, a luta por esse monopólio se intensificou, a tal ponto que, atualmente, o enredo das relações que compõem a vida social é percebido, diretamente, como uma armadilha (FERREIRA, 2014; PLOT, 2014).

Vivemos presos, num mundo que não nos é oferecido como um cosmos acolhedor, mas como uma prisão ameaçadora (ARENDR, 2016). É por isso que a tendência hoje é construir nichos de segurança, seja na forma de privilégios, seja na forma de ideologias e identidades bem estabelecidas e fechadas.

Mas é óbvio que a busca por segurança alimenta a guerra e semeia minas no campo de batalha em que a realidade mundial se tornou (ARENDR, 2011). Diante disso, recuperar a ideia de um mundo comum não é uma forma de escapismo utópico. O oposto. É assumir o compromisso com uma realidade que não pode ser o projeto particular de ninguém e em que, queremos ou não, já estamos sempre envolvidos.

A imagem de um mundo unificado dominou os sonhos de progresso, desenvolvimento e pacificação do mundo ocidental. Do antigo mercantilismo para o atual tecnoglobalismo. A idéia de uma humanidade unida, reunido e reconciliado tem sido o

horizonte que moldou a imaginação da nossa civilização, tanto a expansão cultural e religiosa e desenvolvimento técnico, científico e econômico. Hoje o mundo já se tornou um. A humanidade deixou de ser uma abstração ideal e o universal deixou de ser projetado em direção a um horizonte histórico, transcendente ou utópico (NUSSBAUM, 2015; SEN, 2010).

É necessário analisar sem prejuízo a articulação histórica e conceitual desse mesmo ideal universalista. Assumindo que as alegações do pós-modernismo e do pensamento pós-colonial o levaram, mas além do ideal universalista. Devemos afirmar que o universalismo é a forma abstrata e é que anda junto a ideia de indivíduo (MEDEIROS; MAZAT, 2019).

Partindo da irredutibilidade do indivíduo como um dogma da filosofia do sujeito e do seu desenvolvimento liberal e cartesiano (CASTRO, 2016), a questão da qual a ideologia universalista se afasta é aquela que interroga como podemos estar juntos. E mais assumindo que passemos indivíduo qual seria o horizonte mais amplo da nossa coexistência.

A isto tem a importância a discussão do corpo. Ele é mais uma das questões que estão presente na história do pensamento Ocidental de forma contraditória. Ele é representado como admirável e negado – exaltado como esta estrutura que é capaz de exercer no mundo a sua vontade de um sujeito, coadjuvante como corpo de uma alma ou um cogito e ainda como indivíduo (LE BRETON, 2013, 2016; TAIPALE, 2015).

A filosofia não está fora desta ambiguidade, interessando-se por determinar desde a constituição metafísica de corpos individuais – perguntar se os indivíduos realmente existem ou não – até dizer da encarnação e ou preocupado com a forma como o corpo informa e adquire conhecimento, gênero e identidade racial ou intersubjetividade (CROSSLEY, 2001; DE LA FUENTE et al., 2015).

Desta história nos interessamos em pensar uma parte que diz respeito a um giro em direção ao corpo na filosofia, promovido principalmente pelos trabalhos da fenomenologia francesa a partir de Merleau-Ponty (TODES; DREYFUS; HOFFMAN, 2001). Merleau-Ponty insiste de que a filosofia deve retornar à experiência encarnada e vivida e isto começa através de sua análise do corpo vivo durante as teses da *Estrutura do Comportamento* (MERLEAU-PONTY, 2006a), mas torna-se central com a inclusão da análise do tempo e da percepção na *Fenomenologia da Percepção* (MERLEAU-PONTY, 2006a).

Merleau-Ponty (2006a, p. 151) afirma que meu corpo não é um mero objeto físico no mundo ou o simples veículo para minha consciência; sim, "sou meu corpo". Como resultado, o corpo é um sujeito natural e expressa as dimensões existenciais do meu ser-no-

mundo. O corpo (2006a, p. 205) “enraizado na natureza no exato momento em que é transformado pela cultura; nunca é fechado em si mesmo, mas nunca se transcende”.

Isso prenuncia ao próprio desenvolvimento filosófico de Merleau-Ponty, uma vez que o corpo permanece presente no centro de seus estudos adicionais, incluindo arte, língua, política e história, nunca fechado em si mesmo como a causa desses fenômenos, mas nunca transcendeu qualquer um (BECH, 2005). Os trabalhos exegéticos sobre a filosofia de Merleau-Ponty referem-se frequentemente à centralidade que adquire a questão da temporalidade (GARCÍA, 2013).

O próprio Merleau-Ponty enfatizar explicitamente a primazia da questão de tempo em sua obra, por exemplo, afirmando na primeira parte da Fenomenologia da Percepção de que “[...] a ambigüidade de ser **mundialmente traduzido por corpo, e isso é entendido pelo tempo** [...] A partir desse fenômeno central [tempo] as relações entre o ‘psíquico’ e o ‘fisiológico’ tornam-se concebíveis” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 104).

Em sua apresentação sobre o mundo percebido uma ligação intrínseca entre o corpo perceptual e mundo comum, Merleau-Ponty reitera que na percepção numa síntese temporária surge esta subjetividade que auto-reflexivamente se reconhece como *Eu*. É esse eu quem vai ao mundo em um perpétuo movimento de estar no mundo com e a partir dele: uma “síntese espacial e a síntese do objeto são baseadas nesta exibição de tempo” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 376).

Todos os problemas-chave de toda a sua Fenomenologia, de acordo com essas afirmações, terminariam e seriam resolvidos aparentemente em torno de como o corpo e o mundo se relacionam em um conjunto de atualizações espaço-temporais. E neste sentido Merleau-Ponty logra escapar da uma relação, por um lado, binária sujeito e objeto, tanto quanto visa sair da necessidade de recorrer ao intelecto para estabelecer com o mundo e com os Outros corpos do mundo uma relação imediata.

Análise do espaço, corporeidade e percepção, nos orienta para um caminho necessário que não é a "temporalização" do espaço ou do corpo, mas da ao contrário, é justamente a "espacialização" do tempo no corpo e no mundo. Corpo, não só este que escreve e tenta narrar uma experiência, mas todos os corpos se movimentam no tempo em um sentido não linear de atualizações (BECH, 2005; GARCÍA, 2013; SPARROW, 2014).

Observamos em segundo lugar como este movimento de reflexão de Merleau-Ponty se afastada intuição de que o tempo é propriedade distinta da interioridade da consciência, bem como se distancia da concepção reticular de Husserl (2006b) da temporalidade nos momentos e perspectivas. Esta análise é feita por meio de uma

compreensão de temporalização, isto é, a impossibilidade de descrever o espaço sem categorias temporais (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 280).

Não só a espacialidade é sempre temporal, mas também é definida em termos de tempo: “[... a] coexistência, que define efetivamente o espaço, não é estranho para o tempo, é a pertença de dois fenômenos para a mesma onda temporal” (Merleau-Ponty, 2006b, p. 280). Todas essas análises apontam explicitamente para o que poderia ser chamado de uma temporalização do espaço.

Uma redução do segundo pelo primeiro ou ainda a compreensão do primeiro pela: “percepção [que] me dá uma 'presença campo' em um sentido amplo que se estende em duas dimensões: a dimensão aqui-lá e a dimensão passado-presente-futuro. A segunda [temporal] faz entender a primeira [espacial]” (Merleau-Ponty, 2006b, p. 280).

Temos imagens visuais privilegiadas para nos referirmos à "espacialização" do tempo. O que acontece com a percepção auditiva de um som ou uma melodia, que parece passar apenas no tempo. Refere-se ao entrelaçamento de momentos temporais necessariamente a algum espaço. Na verdade, ela faz também, como Merleau-Ponty já observado anteriormente em seu trabalho:

Na sala de concertos, quando eu abrir meus olhos, o espaço visível parece-me atentamente sobre esse outro espaço que faz uma a música foi desdobrada, e mesmo quando mantenho meus olhos abertos enquanto o fragmento está sendo tocado, parece-me que a música não está realmente contida neste espaço preciso e mesquinho. O diagrama é na direção certa, e se ele não consegue fazer-nos ver o passe não é ser espacial, mas não há espaço suficiente: porque o diagrama linear da temporalidade não tem profundidade. Três dimensões e transparências seriam necessárias - a espessura seria necessária - para mostrar o tráfego. O fenômeno particular de transparência é, na verdade, nada mais do que um caso muito eloquente para o envolvimento dos horizontes - de espaciais de "outros lugares" - em cada encurtamento ou a cada espaço de objeto implicação é a regra de toda a percepção espacial: em a percepção de um cubo como um cubo de um, dois ou no máximo três lados, os rostos posteriores invisíveis são percebidos "como pela transparência. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 315)

Com esta imagem merleau-pontyana queremos por fim indicar uma implicação desta pesquisa para o campo do desenvolvimento local, a saber: que o que chamamos de local é uma representação na linguagem que indica para uma experiência vivida em primeira

pessoa do mundo. E portanto, ela não é jamais completamente transcendida ou lograda pela consciência ou pela narrativa científica.

O pesquisador do desenvolvimento local lida com a vida que esta para além da categoria, sua responsabilidade com ele deve prevalecer em um cuidado que também aponta para sua forma de dizer sobre a teoria do campo, no sentido de atualizá-lo e permitir que mesmo de uma forma parcial dê condições para que estas vidas para qual se apontam seus documentos dissertativos permitam ajudar na construção de possibilidade para a vida e para resistirem inclusive a própria pesquisa que lhe foi destinado.

Lembrando aqui uma frase repetida muitas e muitas vezes por Merleau-Ponty: o verdadeiro pensamento não substitui a realidade pelo pensado. É dizer ele não a domestica não o faz objeto se não para em seguida desfazê-lo.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARENDT, H.; KOHN, J. **Essays in understanding, 1930-1954: formation, exile, and totalitarianism**. New York: Schocken Books, 1994.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p. 63–76, set. 2000.

ÁVILA, V. F. **Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB e diplomado em qualquer curso de graduação Desenvolvimento Local**, 2008. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentolocalvfa.com.br/2010/08/16/mestrado-em-desenvolvimento-local-ucdb-e-diplomado-em-qualquer-curso-de-graduacao/>>

ÁVILA, V. F. Dupla relação entre Educação e Desenvolvimento Local (endógeno-emancipatório). **Paidéia Revista do curso de pedagogia da Universidade FUMEC**, v. 9, n. 12, p. 13–49, jun. 2012.

ÁVILA, V. F. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). **Interações (Campo Grande)**, v. 8, n. 13, p. 133–140, fev. 2016.

BAPAT, J. **Development projects and critical theory of environment**. New Delhi ; Thousand Oaks, Calif: SAGE Publications, 2005.

BAVA, S. C. Desenvolvimento Local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 53–59, 1999.

BECH, J. M. **Merleau-Ponty una aproximación a su pensamiento**. Rubí, Barcelona: Anthropos Editorial, 2005.

BOSIER, S. Desarrollo (Local): ¿ de qué estamos hablando? In: MADOERY, O.; VÁZQUEZ BARQUERO, A. (Eds.). . **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosário (ARG): Editorial Homo Sapiens, 2001. p. 22.

BRISTOW, G.; HEALY, A. Crisis response, choice and resilience: insights from complexity thinking. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 8, n. 2, p. 241–256, 1 jul. 2015.

CASTILHO, M. A. DE; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **Interações (Campo Grande)**, v. 10, n. 2, dez. 2009.

CASTRO, G. J. M. DE. **Para além da clareira: aproximações entre fenomenologia e pesquisa em psicologia da saúde em relação a tempo, narrativa e sujeito**. Dissertação de Mestrado—Campo Grande (MS): Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós Graduação em Psicologia, 2016.

CHILLÓN, L. A. Hacer los hechos. Un ensayo de fenomenología de los “hechos sociales”. **Ars Brevis [en línea]**, n. 13, p. 27–49, 2007.

COLLIER, P. **The plundered planet: why we must - and how we can - manage nature for global prosperity**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2010.

COSTA, M. L. **Lévinas: uma introdução**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

COUTINHO, D. P. R.; DE CAMPOS MACIEL, J.; BORGES, P. P. **Local development in the context of territoriality face to globalization**. 2015 International Conference on Technologies for Sustainable Development (ICTSD). **Anais...** In: 2015 INTERNATIONAL CONFERENCE ON TECHNOLOGIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD). Mumbai, India: IEEE, fev. 2015 Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/document/7095837/>>. Acesso em: 29 nov. 2018

CROSSLEY, N. **The social body: habit, identity and desire**. London ; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2001.

CUEVA PERUS, M. Un problema de las Ciencias Sociales latinoamericanas: sobre los orígenes supuestos y los reales. **Revista Rupturas**, v. 8, n. 2, p. 1, 7 jul. 2018.

DANSERO, E.; GIACCARIA, P.; GOVERNA, F. Desenvolvimento local: contextos nacionais em conflitos. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Eds.). . **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo (SP): Ed. Expressão Popular (UNESP): Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 95–120.

DE LA FUENTE, J. et al. Can Culture Influence Body-Specific Associations Between Space and Valence? **Cognitive Science**, v. 39, n. 4, p. 821–832, maio 2015.

DOWBOR, L.; POCHMANN, M.; SANTOS, A. C. (EDS.). **Políticas para o desenvolvimento local**. 1ª edição ed. São Paulo, SP, Brasil: Editora Fundação Perseu Abramo : Instituto Cidadania, 2010.

ESTEVA, G. **Development** (W. Sachs, Ed.) **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. London: Zed Books, 2010.

FERNÁNDEZ, V. R.; BRONDINO, G. (EDS.). **Development in Latin America: Critical Discussions from the Periphery**. Cham: Springer International Publishing, 2019.

FERREIRA, D. DA S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 111–135, abr. 2014.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 24–29, 2005.

GARCÉS, M. **Un mundo común**. 1. ed. Saragoça (ESP): Espa eBook, 2013.

GARCÍA, E. A. El primado del espacio en la fenomenología del cuerpo de Maurice Merleau-Ponty. **Eikasia: revista de filosofía**, v. 1, n. 48, p. 21–46, 2013.

HALE, J. A. **Merleau-Ponty for architects**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017.

HAMRICK, W. S. **An Existential Phenomenology of Law: Maurice Merleau-Ponty**. Dordrecht: Springer Netherlands, 1987. v. 104

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo: edição em alemão e português**. Tradução Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

HUSSERL, E. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Tradução Márcio Suzuki. 1. ed. Aparecida: Idéias & Letras, 2006a.

HUSSERL, E. **The basic problems of phenomenology: from the lectures, winter semester, 1910-1911 ; from the German “Aus den Vorlesungen, Grundprobleme der Phänomenologie, Wintersemester 1910/1911” in Zur Phänomenologie der Intersubjektivität, Husserliana XIII, ed. by Iso Kern**. Tradução Ingo Farin. Dordrecht (NE): Springer, 2006b.

HUSSERL, E. A ingenuidade da ciência (Die Naivität der Wissenschaft). **scientiæ Studia**, v. 7, n. 4, p. 659–667, 2009.

HUSSERL, E. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica ; de acordo com o texto de Husserliana VI**. Tradução Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

HUSSERL, E. **Meditações cartesianas e conferências de Paris: De acordo com o texto de Husserliana I**. Tradução Pedro M. S Alves. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

JOUEN, M. et al. **Cohesion policy support for Local Development: best practice and future policy options**. Geneva, Switzerland: adedef.; Notre Europe; AEIDI; CC, 2010.

LANDES, D. A. **The Merleau-Ponty dictionary**. London ; New York: Bloomsbury, 2013.

LARISON, M. Stiftung et pensée du social: à propos de la phénoménologie merleau-pontienne de l'institution. **Chiasmi International**, v. 18, p. 363–376, 2016.

LE BOURLEGAT, C. A. Ordem Local como força interna de desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p. 13–20, set. 2000.

LE BOURLEGAT, C. A. **Sustentabilidade Local**. Sinpan 2004. **Anais...** In: IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICO DO PANTANAL. Corumbá (MS): Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nov. 2004

LE BOURLEGAT, C. A. **Do território produzido e vivido ao dinamismo territorial**. Campo Grande, MS, 2008. . Acesso em: 4 dez. 2018.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo: antropologia e sociologia**. Tradução Maria Appenzeller. 6. ed. Campinas (SP): Papirus, 2013.

LE BRETON, D. **Antropologia dos Sentidos**. Tradução Francisco Morás. 1. ed. Petropolis (RJ): Vozes, 2016.

MEDEIROS, C. A.; MAZAT, N. Geopolitics, Geoeconomics, and Development Strategies in the New Millennium. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRONDINO, G. (Eds.). . **Development in Latin America**. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 89–122.

MERIGHI, C. DE C. et al. Energía, espacio, territorio y desarrollo local: el uso del gas natural en las cerámicas de Mato Grosso del Sur. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 8, n. 22, p. 39–52, 2009.

MERLEAU-PONTY, M. **Adventures of the dialectic**. Tradução Joseph Bien. Evanston [Ill.]: Northwestern University Press, 1973a.

MERLEAU-PONTY, M. The Crisis of Understanding. In: **Adventures of the dialectic**. Northwestern University studies in phenomenology & existential philosophy. Tradução Joseph Bien. Evanston [Ill.]: Northwestern University Press, 1973b. p. 9–29.

MERLEAU-PONTY, M. **El Mundo de la percepción: siete conferencias**. Tradução Víctor Goldstein. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento: precedido de uma filosofia da ambigüidade de Alphonse de Waelhens**. Tradução Márcia Valéria Martinez De Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.



MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. Tradução José Artur Gianotti; Armando Mora. 4. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2009.

MERLEAU-PONTY, M. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas**. Tradução Sílvia Rosa Filho; Thiago Martins. 1. ed. Belo Horizonte (MG): Autêntica Editora, 2015.

MORRIS, D. (ED.). **Time, memory, institution: Merleau-Ponty's new ontology of self**. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2015.

MOUTINHO, L. D. S. O sensível e o inteligível: Merleau-Ponty e o problema da racionalidade. **Kriterion Miolo**, v. 1, n. 110, p. 264–293, dez. 2004.

NUSSBAUM, M. C. **Creating capabilities: the human development approach**. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

NUSSBAUM, M. C. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. Tradução Fernando Santos. 1. ed. São Paulo (SP): WMF Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA MARTINS, S. R. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 51–59, 2002.

OSLENDER, U. Fleshing out the geographies of social movements: Colombia's Pacific coast black communities and the 'aquatic space'. **Political Geography**, v. 23, n. 8, p. 957–985, nov. 2004.

PÉREZ RIOBELLO, A. Merleau-Ponty: percepción, corporalidad y mundo. **Eikasias**, v. 1, n. 4, p. 197–220, 2008.

PERRUCHOUD GONZÁLEZ, S. La fenomenología según Merleau-Ponty: un camino descendente. **Revista de Filosofía (Madrid)**, v. 42, n. 1, p. 59–76, 2017.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, D. **Paris. Quinze promenades sociologiques**. Paris (FRA): Payot, 2009.

PLOT, M. **The aesthetico-political: the question of democracy in Merleau-Ponty, Arendt, and Rancière**. New York: Bloomsbury Academic, 2014.

QUETEL, C. **História da Segunda Guerra Mundial**. Tradução Pedro Eloi Duarte. 1. ed. [s.l.] Edições Texto & Grafia, 2010. v. 16

REGUERA, I. **Introducción a la filosofía de Maurice Merleau-Ponty**. Anales del seminario de Historia de la Filosofía. **Anais...** In: SEMINARIO DE HISTORIA DE LA FILOSOFÍA DE LA UNIVERSIDADE COMPUTENSE DE MADRID. Madrid (ESP): Universidade Computense de Madrid, 1983

REYNOLDS, J. Merleau-Ponty, Levinas, and the Alterity of the Other: **Symposium**, v. 6, n. 1, p. 63–78, 2002.

RICOEUR, P. **À l'école de la phénoménologie**. 2. ed. Paris (FRA): Librairie Philosophique; l'édition de poche, 2004.

SACHS, W. (ED.). **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. 2. ed ed. London: Zed Books, 2010.

SANTOS, B. DE S. (ED.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: “um discurso sobre as ciências” revisitado**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2012.

SCHUTZ, A. **On phenomenology and social relations**. Tradução Helmut Rudolf Wagner. 3. impr ed. Chicago [usw.]: Univ. of Chicago Pr, 1975.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. 5. ed. São Paulo (SP): Companhia de Bolso, 2010.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2016.

SPARROW, T. **Plastic Bodies: Rebuilding Sensation After Phenomenology**. London, UK: Open Humanities Press, 2014.

SPURLING, L. **Phenomenology and the social world the philosophy of Merleau-Ponty and its relation to the social sciences**. Londres (Inglaterra: Routledge & Kegan Paul, 2014.

STAEHLER, T. **Hegel, Husserl, and the phenomenology of historical worlds**. Lanham: Rowman & Littlefield International, 2017.

TAIPALE, J. Beyond Cartesianism: Body-perception and the immediacy of empathy. **Continental Philosophy Review**, v. 48, n. 2, p. 161–178, jun. 2015.

THÉVENAZ, P. O que é a fenomenologia. **Phenomenological Studies. Revista da Abordagem Gestaltica**, v. 23, n. 2, p. 247–256, 2017.

TODES, S.; DREYFUS, H. L.; HOFFMAN, P. **Body and world**. Cambridge, Massachusetts London, England: The MIT Press, 2001.

TRUMAN, H. S. **Inaugural Addresses of the Presidents of the United States** U.S. G.P.O.: for sale by the Supt. of Docs., , jan. 1949. Disponível em: <<http://www1.bartleby.com/124/pres53.html>>

VÁZQUEZ-BARQUERO, A.; RODRÍGUEZ-COHARD, J. C. Endogenous development and institutions: Challenges for local development initiatives. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 34, n. 6, p. 1135–1153, set. 2016.

WALLERSTEIN, I. M.; CECENA, A. E. Economic Inequality, Stratification, and Mobility. In: **The world is out of joint: world-historical interpretations of continuing polarizations**. London; New York: Routledge, 2016. p. 61–94.

WINTERHALT, K. R. Truman's New Deal: Point Four and the Genesis of Modern Global Development. **University of Saskatchewan Undergraduate Research Journal**, v. 4, n. 2, p. 9, 2018.

**POSFÁCIO DO ORIENTADOR**

---

## POSFÁCIO DO ORIENTADOR

Não é comum um posfácio do orientador em uma dissertação de Mestrado, mas neste caso é importante que seja dita uma última palavra, e uso da minha responsabilidade como Docente e Orientador para dirigir uma fala ao Rodrigo, à Dolores, sua Coorientadora, ao nosso Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Local e, eventualmente, a alguém que tenha a ousadia de percorrer estas páginas e, quem sabe, ainda melhor, lê-las.

Elas foram escritas entre muitos percalços e com paixão. Rodrigo teve que nascer algumas vezes nestes anos. Teve que aprender muito rápido que um trabalho técnico, conceitual, a partir da leitura de um filósofo, para um campo que se pretende eminentemente prático, sofreria de dificuldades. E foi o caso. Houve acidentes físicos, paradas e travamentos emocionais, conflitos e instabilidades, que devem ser vistas no documento que aqui segue para depósito.

Mas esse depósito não será uma sepultura, porque as pontas que a reflexão aqui explora são muito oportunas e relevantes. O mundo hoje – depositamos este trabalho em plena pandemia – precisa repensar o corpo e a corporeidade. Estamos, mais que nunca, à flor da pele e, ao mesmo tempo, sofrendo de abstração congênita. Perdidos entre números escandalosos de não-cuidado e números que nos são subtraídos para que possamos nos entender a nós mesmos. Cada dia que passa o clamor merleau-pontyano é mais atual. A interpretação da palavra “mundo” não substitui a realidade do mundo. O consumo não substitui o corpo, a opinião não substitui o cuidado.

Uma ciência crítica – autocrítica – do Desenvolvimento se pode fazer apenas se, e quando, conseguirmos nos arrepiar com a verdade, ou seja, quando entendermos o que é pensar à flor da pele. E a escola da Fenomenologia, provocativa e aguda, se viu representada neste texto.